

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS: QUÍMICA DA VIDA E SAÚDE**

RAQUEL KARAS BATISTA

***A CASA DAS SETE MULHERES: UM ARTEFATO CULTURAL E SUAS
CONVENÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADE***

**URUGUAIANA
2021**

RAQUEL KARAS BATISTA

***A CASA DAS SETE MULHERES: UM ARTEFATO CULTURAL E SUAS
CONVENÇÕES DE GÊNERO***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação de Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde da Universidade Federal do Pampa, como requisito para título de Mestra em Educação em Ciências.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a. Fabiane Ferreira da Silva

Linha de pesquisa: Educação Científica: implicações das práticas científicas na constituição dos sujeitos.

Uruguaiana

2021

RAQUEL KARAS BATISTA

**A CASA DAS SETE MULHERES: UM ARTEFATO CULTURAL E SUAS
CONVENÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências: química da vida e saúde da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre na área de Educação em Ciências.

Dissertação defendida e aprovada em: 15 de julho de 2021.

Banca examinadora:

Profa. Dra. Fabiane Ferreira da Silva
Orientadora
(UNIPAMPA)

Prof. Dr. Guilherme Howes Neto

(UNIPAMPA)

Profa. Dra. Ana Maria Colling
(UFGD)



Assinado eletronicamente por **FABIANE FERREIRA DA SILVA, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 15/07/2021, às 17:16, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



Assinado eletronicamente por **GUILHERME HOWES NETO, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 19/07/2021, às 21:50, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.unipampa.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador 0570235 e o código CRC 561552CC.

Dedico este trabalho a três pessoas que me ensinaram a amar e a esperar de modos totalmente distintos:

Primeiro a minha avó, Cacilda Gomes Karas, Cidinha, com ela entendi o amor na prática, nunca me senti tão amada e tão protegida. Entendi com ela, distante da teoria, que o amor é cuidado e construção diária. Sou privilegiada por ter tido, a partir dela, o maior exemplo de amorosidade. Estejas onde estiveres, a ti dedico cada linha.

Depois dedico à menina mais especial que já conheci, a minha doce Íris, que me ensinou que a espera é marcada por ciclos e que esperar pode ser uma grande dádiva. Cumpriste a promessa, minha pequena, vieste, roubaste o arco e coloriste os meus dias, trazendo alegria, paz, amor e calma ao meu coração. Contigo posso experienciar e dar um pouco do amor que recebi da Cidinha. Que a vida permita que tu possas lutar por um mundo mais justo e bonito para todos e todas.

E por último, dedico ao homem que me ensinou na prática o que é o amor e a espera. Aquele que rotulou o meu sentimento e disse que ele era uma idealização, que também falou que nosso relacionamento não resistiria à primeira “DR”, ledo engano, meu lindo, lá se vão algumas décadas. A ti ofereço cada palavra que compõe este trabalho, cada leitura compreendida, cada escrita incompreendida, cada parágrafo construído e todo o desespero quando a prática insistia em destoar da teoria. Entre os tantos

encontros, desencontros, esperas, lapsos, elipses, escolhi te amar. Desde que tomei a decisão por essa temática e tu tens participação efetiva nisso, compreendi que seria uma redenção e uma catarse, todavia, não vislumbrava o aprendizado que se descortinava. Muitas lágrimas derramei sobre os livros, desidratei-me, mas cá estou, mais forte e desconstruída. Reinventei-me a partir da Manuela e, para mim, a espera ganhou uma nova conotação: esperar também pode ser deixar ir. Neste momento, penso que entendi o que de fato é o amor.

Posso afirmar sem nenhuma dúvida: foi amor, era amor, é amor, será sempre amor. Não é amor idealizado, pois o meu amor, o teu amor, o nosso amor, contribuiu para a construção da mulher que eu estou me tornando. Digo isso com firmeza ao entender o que bell hooks tão magnificamente afirma: o amor é ação. Saibas que o amor que tu despertaste em mim me move e me torna uma pessoa melhor a cada dia. Obrigada por tanto. Trago a tua marca em minha pele, mas acima de tudo te trago guardado para sempre em meu coração. Este trabalho também é teu, Maurice.

AGRADECIMENTOS

Escrevi minha dissertação em meio a uma pandemia. Hoje, em função do que estamos vivendo, há uma incerteza quanto ao amanhã. Sabemos que o amanhã é incerto, mas neste momento, nos deu a real noção de que nada deve ser deixado para depois, pois ele pode não existir.

Foram muitos os sentimentos despertados durante a escrita. O choro passou a ser meu parceiro. Escrever sobre o amor, refletir sobre a espera e constatar o quanto a sociedade impõe a nós mulheres rótulos e nos cobra padrões comportamentais que nos limitam, desconstruiu-me, causou-me dor e desespero, mas também alento. Passei a ver as minhas certezas como dúvidas e transformei algumas dúvidas em certezas. Nenhuma sessão com psicóloga, psicólogo ou psiquiatra operaria a mudança que essa pesquisa operou em mim. Houve uma revolução em minhas perspectivas e por isso sou grata pela coragem que tive em me dispor a escrever sobre coisas que tanto me angustiavam, instigavam, incomodavam, e que por muito tempo me desestabilizaram.

É chegada a hora de agradecer. Agradeço às forças energéticas que sempre estão comigo. Agradeço a capacidade de refazer-me a cada tombo, de não desistir nunca e acreditar que vale a pena e que sempre é possível ir além. Não desistir me fez chegar até aqui. Acreditar em mim foi decisivo. Optchá!

Agradeço imensamente a minha orientadora, Fabiane, briguei para tê-la ao meu lado, que bom ter te escolhido para fazer essa caminhada, que bom tu teres me aceitado. És inspiração, és potência, és exemplo. Levar-te-ei para a vida. Obrigada por tudo, obrigada por tanto.

Agradeço aos meus dois meninos: o primeiro, Sthéfano, que me transformou e me fez entender que posso muito mais do que penso e acredito. O “meu docinho”, aquele que “parcereia” qualquer coisa e que me mostra, todos os dias, o motivo real da escolha que fiz em 1992. A minha vida não teria sido completa se eu não tivesse te escolhido. O segundo, Lorenzo, enfezado, marrento, cheio das certezas, esse me ensina que não sei nada, quando penso que estou acertando lá vem ele e desmonta todas as minhas teorias e me faz começar tudo de novo. Vocês dois fazem a minha

vida ter um sentido ainda maior, despertaram em mim um amor tão grande que eu desconhecia. Obrigada por darem mais vida a minha vida.

Agradeço a minha nora linda e maravilhosa que sei que posso contar para tudo, mesmo sendo clichê é a filha que não nasceu de mim, mas que o universo se encarregou de colocar em meu caminho. Paula, nossa rainha.

Ao meu pai agradeço o incentivo de sempre, as palavras, mas acima de tudo o acolhimento e a presença constante, obrigada por estar sempre junto. Agradeço a minha mãe pela vida.

Dona Alice, obrigada por tantas palavras, tantos “puxões de orelha”, és potência em minha caminhada.

Cinthia e Nívia, “minha dupla de três”, vocês são bálsamo em minha vida, amizades verdadeiras que a vida traz. Obrigada pelas conversas, por terem ouvido as minhas lamentações, por terem discutido comigo sobre o amor e a espera, por terem me incentivado e por terem brigado e discordado quando foi necessário. Amo vocês.

Agradeço a minha afilhada, Angélica, por me escutar e participar da minha vida de forma tão positiva.

Agradeço às colegas e aos colegas que fazem parte do Grupo de Pesquisa Tuna – Gênero, educação e diferença, pelas leituras, encontros, trocas de saberes e construções coletivas. É salutar ser acolhida por pessoas que fazem a diferença em nossa vida.

Agradeço à professora Ana Maria Colling e ao professor Guilherme Howes pelas preciosas contribuições, tê-los ao meu lado, neste momento, é muito significativo.

Enfim, agradeço a todos e a todas que de alguma forma me incentivaram, apoiaram e estiveram ao meu lado durante a construção dessa pesquisa. A Raquel que iniciou esse trabalho não é a mesma que está concluindo e esse é o real aprendizado. O conhecimento e o amor têm o poder de nos transformar, permita-se.

“O espaço da nossa falta também é o espaço da possibilidade” (HOOKS, 2021, p. 186).

RESUMO

Esta dissertação foi desenvolvida no Programa de Pós-Graduação Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde (UNIPAMPA), na linha de pesquisa “Implicações das práticas científicas na constituição dos sujeitos”. Tem como objetivo principal: discutir as representações de gênero e sexualidade na obra *A Casa das Sete Mulheres*, de Leticia Wierzchowski. Traz como objetivos específicos: identificar a naturalização das questões de gênero; reconhecer e discutir as representações de gênero e sexualidade e analisar as convenções de gênero presentes na obra *A Casa das Sete Mulheres*, de Leticia Wierzchowski, considerando as categorias: o amor romântico e a espera feminina. Traz como fundamentação o campo teórico dos Estudos Culturais e nos Estudos Feministas, nas suas vertentes pós-estruturalistas, com base em autores e autoras que coadunam com os assuntos discutidos a pesquisa foi desenvolvida. Por esse viés, as convenções de gênero são compreendidas como construções sociais e culturais e não por uma determinação meramente biológica. Sabe-se que os artefatos culturais por meio de suas pedagogias estabelecem e (re)produzem discursos que podem ser acatados como únicos. Esses discursos também apontam, justificam e naturalizam comportamentos, posicionamentos sociais, habilidades e condutas. O objeto de pesquisa deste trabalho foi o livro *A Casa das Sete Mulheres*, da autora Leticia Wierzchowski que, sendo um artefato cultural ensina e reforça padrões comportamentais, sociais e culturais. Duas categorias foram selecionadas para serem analisadas por aparecerem no discurso da autora como comportamentos naturais do universo feminino: o amor romântico e a espera feminina. O discurso presente na obra interpela e dita o que é ser mulher e homem, reforça como se deve viver a feminilidade e a masculinidade, justificando essas diferenças pelo viés biológico, imprimindo nos sujeitos diferenças que ratificam as relações desiguais entre os gêneros. Esses discursos devem ser analisados e discutidos, já que regulam, normalizam, estabelecem saberes e compõem verdades.

Palavras-Chave: gênero; pedagogias culturais; Literatura; amor romântico; espera feminina.

ABSTRACT

This dissertation was developed in the Postgraduate Program in Science Education: Chemistry of Life and Health (UNIPAMPA), in the research line “Implications of scientific practices in the constitution of subjects.” It has as main target: to discuss the representations of gender and sexuality in the book *A Casa das Sete Mulheres* (The Seven Women’s House), by Letícia Wierzchowski. It has as specific objectives: to identify the naturalization of gender, to recognize and to discuss the representations of gender and sexuality and analyze the gender conventions present in the work *A Casa das Sete Mulheres*, by Leticia Wierzchowski, considering the categories: romantic love and female waiting. It uses as foundation the theoretical field of Cultural Studies and Feminist Studies, in its Post-Structuralist strands; the research was developed based on male and female authors who are consistent with the topics discussed. By this bias, gender conventions are understood as social and cultural constructions and not as a merely biological determination. It is known that cultural artifacts through their pedagogies establish and (re)produce discourses that can be accepted as unique. These discourses also point, justify and naturalize behaviors, social positions, skills and behaviors. So, the target of this research was *A Casa das Sete Mulheres*, author Letícia Wierzchowski’s book that, being a cultural artifact, teaches and reinforces behavioral, social and cultural patterns. Two categories were selected to be analyzed because they appear in the author’s discourse as natural behaviors of the female universe: romantic love and female waiting. The discourse presented in the work challenges and dictates what means both to be a woman and to be a man, reinforces how femininity and masculinity should be lived, justifying these differences by the biological bias, imprinting on the subjects differences that ratify the unequal relations between genders. Since these discourses regulate, normalize, establish knowledge and make up truths, they must be analyzed and discussed.

Keywords: gender; cultural pedagogies; literature; romantic love; female waiting.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	14
2 MUITOS FORAM OS CAMINHOS PARA SE CHEGAR ATÉ AQUI.....	17
3 REFERENCIAL TEÓRICO.....	20
3.1 Estudos Culturais.....	20
3.2 Estudos feministas: gênero e sexualidade.....	26
3.3 Escrita feminina: tornar-se mulher é escrever-se.....	36
3.4 A Revolução Farroupilha.....	49
4 CAMINHO METODOLÓGICO.....	55
5 ARTIGOS.....	59
5.1 As convenções de gênero presentes no artefato cultural <i>A Casa das Sete Mulheres</i>	59
5.1.1 Resumo.....	59
5.1.2 Para começo de conversa.....	59
5.1.3 Caminhos percorridos.....	60
5.1.4 Proseando com as mulheres.....	62
5.1.5 Apontamentos finais.....	76
5.1.6 Referências.....	77
5.2 O amor romântico e a espera feminina como convenções de gênero próprias do universo feminino presentes na obra <i>A Casa das Sete Mulheres</i>	79
5.2.1 Resumo.....	79
5.2.2 Para início de conversa.....	79
5.2.3 Os caminhos trilhados e as suas bifurcações.....	82
5.2.4 Abrindo as janelas e as portas da casa e analisando as convenções de gênero.....	84
5.2.5 Apontamentos finais.....	98
5.2.6 Referências.....	101
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	103

7 REFERÊNCIAS.....	105
---------------------------	------------

1 INTRODUÇÃO

Desde o nascimento, a família e a sociedade ditam padrões que devem ser seguidos em relação àquilo que é tido como certo ou errado no que tange ao gênero, à sexualidade, ou seja, aos comportamentos convencionados como masculinos e femininos. A Literatura também corrobora para fixar esse doutrinamento, pois reflete a sociedade de sua época, visto que problematiza questões sociais pertinentes a um determinado período. Tendo em vista a disseminação dessas ideias nos espaços sociais e a persistente visão de uma hierarquização do que é ser homem e mulher e ainda da perpetuação do machismo urge a necessidade de um debate acerca das questões de gênero. A presente pesquisa tem como objetivo discutir as representações de gênero e sexualidade na obra *A Casa das Sete Mulheres*, de Letícia Wierzchowski. Sabe-se que os artefatos culturais, por exemplo, os livros, os filmes, as revistas, dentre outros, como artefatos pedagógicos que são tendem a produzir e ensinar modos de agir às pessoas, Joanalira Corpes Magalhães confirma em sua colocação: “[...] revistas, programas de TV, propagandas, entre outros meios midiáticos têm funcionado como pedagogias culturais que ensinam modos de ser e de estar na sociedade” (MAGALHÃES, 2008, p. 54).

Diante disso, entende-se a relevância de se analisar e discutir diferentes artefatos culturais, pois entende-se que esses produzem significado, como tão bem argumenta Teresa de Lauretis:

[...] a construção do gênero ocorre hoje através de várias tecnologias do gênero (p. ex., o cinema) e discursos intencionais (p. ex., a teoria) com poder de controlar o campo do significado social e assim produzir, promover e “implantar” representações de gênero. Mas os termos para uma construção diferente do gênero também existem, nas margens dos discursos hegemônicos. Propostos de fora do contrato social heterossexual, e inscritos em práticas micro-políticas, tais termos podem também contribuir para a construção do gênero e seus efeitos ocorrem ao nível “local” de resistências, na subjetividade e na auto-representação. (LAURETIS, 1994, p. 228)

Para tanto, esta pesquisa problematiza alguns discursos presentes no objeto de estudo em questão: *A Casa das Sete Mulheres*, da autora Letícia Wierzchowski, já que esse também (re)produz significados de gênero e sexualidade. A autora ao destacar características próprias para o universo feminino e para o universo masculino está ditando padrões que devem ser seguidos, urge analisá-los. A pesquisa ancora-se no campo teórico dos Estudos Culturais e dos Estudos Feministas nas suas vertentes pós-estruturalistas, com base em autores e autoras que convergem com o estudo em questão, como: Ana Maria Colling, Maria Lúcia Wortmann, Daniela Auad,

Alfredo Veiga-Neto, bell hooks, Valeska Zanello, Richard Johnson, Guacira Lopes Louro, Marisa Vorraber Costa, Tomaz Tadeu da Silva, Marlucy Alves Paraíso, Stuart Hall, dentre outras e outros.

Na análise da obra, ficaram evidentes determinadas convenções de gênero naturalizadas: a espera feminina, a fragilidade da mulher, o amor romântico, o ambiente interno e o externo delimitado, aquele como feminino; este como masculino, dentre outras características. Duas categorias maiores foram escolhidas para análise: o amor romântico e a espera feminina. Justifica-se a análise do livro *A Casa das Sete Mulheres*, em função do entendimento de que o conhecimento é produzido em diversas situações e a aprendizagem dá-se de diversas formas, e o livro é um artefato pedagógico, ou seja, ele reforça e constrói determinadas convenções de gênero ao interpelar as pessoas e na leitura também contribui para fortalecer essas questões. O objeto de estudo dessa pesquisa traz em seu discurso convenções de gênero que podem, na medida em que são difundidas construir e aprofundar comportamentos que são ditados por uma sociedade patriarcal e machista.

A seguir, será apresentada a organização desta dissertação.

Em um primeiro momento, intenciona-se compartilhar com os leitores e as leitoras a trajetória acadêmica que foi desenvolvida por mim e como as influências sofridas foram absorvidas e transformadas em experiências e vivências.

Logo vem a exposição do referencial teórico que embasa a pesquisa. O referencial é dividido em quatro seções, a primeira: Estudos Culturais em que aparecem alguns conceitos teóricos, bem como os autores e autoras que auxiliaram na discussão e análise da pesquisa, ainda um diálogo sobre as pedagogias culturais e o quanto elas reforçam convenções de gênero, ainda que não possuam essa intenção de forma explícita e a reprodução dessas convenções no então objeto de estudo analisado: *A Casa das Sete Mulheres*. Depois, fala-se dos estudos feministas no que tange a gênero e à sexualidade, mencionando a importância desses estudos para o entendimento que convenções de gênero não devem ser tratadas como algo natural, pois são construções culturais. A terceira seção trata da escrita feminina, destacando a invisibilidade que é imposta à mulher e o quanto a história feminina é contada pela ótica dos homens. A quarta seção traz um apanhado histórico para contextualizar o leitor e a leitora do período em que se passam (Revolução

Farroupilha/ 1835-1845) os fatos narrados no objeto de estudo *A Casa das Sete Mulheres* da autora Leticia Wierschowski.

Depois são traçados os caminhos metodológicos que auxiliaram para a realização da pesquisa. Após são apresentados os dois artigos que foram construídos, são eles: As convenções de gênero presentes no artefato cultural *A Casa das Sete Mulheres* e O amor romântico e a espera feminina como convenções de gênero próprias do universo feminino presentes na obra *A Casa das Sete Mulheres*. O primeiro artigo discute as questões de gênero que aparecem no artefato cultural, bem como o reforço dessas questões por parte da autora em sua narrativa; já o segundo artigo traz duas categorias para discussão e análise: o amor romântico e a espera feminina e o fortalecimento dessas questões como parte intrínseca do universo feminino.

Após apresentam-se as considerações finais em que são retomadas as discussões e análises feitas e há uma reflexão sobre possível impacto que causaram. Por fim as referências.

2 MUITOS FORAM OS CAMINHOS PARA CHEGAR ATÉ AQUI

Lanço meu olhar a um passado que me parece um tanto distante, mas que do qual ainda me encontro tão próxima. A pesquisadora que hoje vem caminhando e formulando tantas perguntas e que se encontra à procura de algumas respostas foi uma criança e uma adolescente já questionadora, que não aceitava sim ou não como resposta e que queria saber o porquê de tudo. Nasci em uma família bastante conservadora, no entanto, constituída de mulheres fortes e que escreviam a sua história, cada uma a sua maneira, e essas deixaram em mim a vontade de lutar por dias melhores, por igualdade, por justiça e através do olhar que elas lançavam ao futuro, o meu olhar ia na mesma direção, juntas acreditamos que a educação, o conhecimento, a empatia e o respeito podem mudar muitas verdades e conceitos tidos como absolutos.

Toda a minha trajetória escolar foi em um colégio de freiras, lá também cursei o magistério, pois sempre tive certeza daquilo que queria: construir conhecimento. Muitas coisas, naquele ambiente, me incomodavam: as regras estanques, os hábitos carregados de conservadorismo, mas, principalmente o preconceito, que era tão presente, embora, muitas vezes, mascarado, mas que estava ali ditando os comportamentos. Ele não me “dobrou”; todavia me impulsionou a outras interrogações ainda maiores. Terminei o Ensino Médio e ingressei no curso de Pedagogia, na PUC (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul), de Uruguaiana, pude conhecer, nesses dois anos de estudo e convivência, um mundo bem diferente do qual eu estava acostumada. Encontrei algumas respostas e aumentei o número de perguntas. Depois de uma pequena passagem pelo serviço público em São Luiz Gonzaga, na Secretaria de Educação, como supervisora da Educação Infantil, retornei a Uruguaiana como professora de Pré-Escola na mesma instituição em que estudei, lecionei da Pré-Escola ao Ensino Médio nesse estabelecimento, meus incômodos continuavam, as perguntas também e a busca por respostas era constante.

A Literatura encantava-me e a minha vontade sempre foi ingressar na faculdade de Letras. Em 1999 matriculo-me, mais uma vez na PUC, formando-me em 2003. Para minha surpresa trabalho poucos anos com o componente curricular que tanto me fascinava: a Literatura, e descubro uma paixão tão grande quanto à outra: a Língua Portuguesa. Ainda hoje respiro e vivo o português, diariamente, em minha profissão. Percebo que a Literatura tem um papel revolucionário, pois além de retratar

a nossa história também serve como mola propulsora nos questionamentos e nas mudanças de padrões sociais.

Depois de um longo período dando aula no setor privado em ensino regular, eis que um novo desafio surge: preparar alunos e alunas para concursos públicos e ingresso em universidades, uma nova trajetória inicia-se, depois de algum tempo opto por iniciar meu próprio negócio e montar um curso de preparação para adolescentes e adultos(as) que ambicionam ingressar na carreira pública e em processos seletivos, para isso faço uma especialização em gestão escolar. Ainda me encontro nesse ofício e por ele encantando-me a cada dia.

Por entender e acreditar que a educação deve ser contínua e por ter em mim um desejo incessante pela produção de conhecimento, senti-me incomodada por estar tanto tempo fora da educação formal e aventurei-me em um processo seletivo de Pós-Graduação, dessa forma, ingressei no ano de 2019, no Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências, tendo me candidatado à linha de pesquisa: Educação científica: implicações das práticas científicas na constituição dos sujeitos. Essa linha de pesquisa investiga os efeitos das práticas sociais processadas em diferentes instâncias – laboratório, salas de aula, na universidade e na escola, mídia, entre outras, visando compreender como os discursos e as práticas atuam na produção de “verdades” e de sujeitos. Para tanto, utiliza-se de autores(as) vinculados(as) ao campo dos Estudos Culturais e dos Estudos Feministas, nas suas vertentes pós-estruturalistas.

Após muitas leituras, tentativas, acertos e erros consegui, junto a minha orientadora, chegar a um consenso quanto ao projeto de pesquisa e assim escolhemos o livro: *A Casa das Sete Mulheres*, de Letícia Wierzchowski, como objeto de pesquisa, e como problema, trazemos: “Como as questões de gênero aparecem na obra literária *A Casa das Sete Mulheres* da autora Letícia Wierzchowski?”

Desde o nascimento, ensinam-nos aquilo que podemos e aquilo que não podemos fazer de acordo com o nosso gênero. Ao nascermos, as cores do enxoval já tendem a nos definir enquanto meninos ou meninas, o tipo de roupa que usamos, os brinquedos que ganhamos de presente. Garotos brincam de carrinho; meninas brincam de bonecas. A Literatura, de um modo geral, também corrobora para fixar esse doutrinamento de gênero, pois reflete a sociedade de sua época, visto que problematiza questões sociais pertinentes a um determinado período e ao refletir o

momento histórico, social e cultural que está sendo vivido tende a influenciar comportamentos de sua época e de leitores que interajam com seus escritos. Embora o livro *A Casa das Sete Mulheres* retrate uma história que se passou no início do século XIX, a autora é contemporânea e a obra é deste tempo, ela reflete e tergiversa sobre aquele tempo.

Ao limitar espaços para homens e mulheres, ao ditar atitudes femininas e masculinas, provoca uma diferenciação de gênero, fixando o que é permitido e negado a homens e mulheres. Tendo em vista a disseminação dessas ideias pertinentes à doutrinação de gênero nas famílias, nas escolas, nos ambientes de lazer, enfim nos espaços sociais e a persistente visão de uma hierarquização do que é ser homem e mulher e ainda da perpetuação de um machismo que não decresce, urge a necessidade de um debate acerca das questões de gênero. Tem-se como objeto de pesquisa o livro *A Casa das Sete Mulheres* e sabe-se que a aprendizagem se dá em todos os lugares, de maneiras distintas e através de inúmeros artefatos, a partir disso conclui-se que o livro é um desses instrumentos. A percepção de educação para além da escolar é vislumbrada pela pedagogia cultural. O termo pedagogia cultural supõe que a educação ocorra

[...] numa variedade de áreas sociais, incluindo, mas não se limitando à escolar. Áreas pedagógicas são aqueles lugares onde o poder é organizado e difundido, incluindo-se bibliotecas, TV, cinemas, jornais, revistas, brinquedos, propagandas, videogames, livros, esportes, etc. (STEINBERG, 2001, p.14).

Justifica-se a análise do livro *A Casa das Sete Mulheres*, em função do entendimento de que o conhecimento é produzido em diversas situações e a aprendizagem se dá de diversas formas, e o livro é um artefato pedagógico, ou seja, ele reforça e ensina determinadas convenções de gênero ao interpelar as pessoas e na leitura também contribui para ensinar essas questões. Essa pesquisa tem como objetivo principal: discutir as representações de gênero e sexualidade na obra *A Casa das Sete Mulheres*, de Leticia Wierzchowski. Traz como objetivos específicos: identificar a naturalização das questões de gênero presentes na obra *A Casa das Sete Mulheres*, de Leticia Wierzchowski, reconhecer e discutir as representações de gênero e sexualidade na obra *A Casa das Sete Mulheres*, de Leticia Wierzchowski e analisar as convenções de gênero presentes na obra *A Casa das Sete Mulheres*, de Leticia Wierzchowski, considerando as categorias: o amor romântico e a espera feminina.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 Estudos Culturais

Os Estudos Culturais datam do final do ano de 1950, seu surgimento deu-se na Inglaterra com o intuito de observar e analisar especificamente o processo social, temáticas sobre a realidade, a evolução da cultura, dentre outras situações. A sua institucionalização pode situar-se a partir da criação, em 1964, na Universidade de Birmingham do Center of Contemporary Cultural Studies (CCCS), diante da alteração dos valores tradicionais da classe operária da Inglaterra do pós-guerra (COSTA, 2000). Ocorre que desde a sua formação, eclodem mais como um diálogo reflexivo do que como uma disciplina acadêmica para intelectuais de lugares diversos. Entre as muitas formações das pesquisadoras e dos pesquisadores que labutam nessa área, destacam-se aquelas que são oriundas dos Estudos Literários, Linguística, Sociologia, História, Antropologia, Comunicação, Geografia, Estudos Fílmicos, Psicologia, Educação e Filosofia; com menor incidência aparecem profissionais da área econômica e jurídica.

A atividade do CCCS buscava estimular a união das múltiplas áreas do conhecimento, interligando-as à atualidade, bem como incentivar o uso da interdisciplinaridade. Esses estudos voltavam-se para temáticas múltiplas, tais como: culturas de juventude, feminilidade, raça e etnia, políticas culturais, língua, classes trabalhadoras, mulheres, entre muitos outros. Havia um interesse urgente nesses estudos, de dar voz aos discursos marginalizados e excluídos, como tão bem confirma Maria Lúcia Wortmann e Alfredo Veiga-Neto:

A primeira vertente agrupa todo um conjunto de estudos que passaram a entender a Ciência como uma atividade predominantemente social, concreta, ligada ao mundo da vida. Esses estudos deixaram de fazer o que até então era predominante, a saber, compreender a atividade e o conhecimento científicos a partir da(s) sua(s) racionalidade(s); o que novos estudos – levados a efeito por autores bastante diferentes entre si, como Kuhn, Bachelard, Popper, Bourdieu, Feyerabend, Merton e Piaget (para citar apenas alguns nomes) – fizeram, então, foi um deslocamento de ênfase e de perspectiva: da ‘reflexão lógica’ para a ‘investigação sobre as práticas’. (WORTMANN; VEIGA-NETO, 2001, p. 29).

Pretendia-se estudar aspectos culturais da sociedade, não como algo separado, apartado ou fora do contexto social, mas como algo que faz parte e está incorporado no meio e presente nas práticas cotidianas e com elas interage e produz resultados. Pode-se ainda enfatizar que eles são interdisciplinares e, algumas vezes,

ainda, antidisciplinares, pois não correspondem a uma disciplina específica e tramitam no espaço social e cultural, como bem coloca Richard Johnson:

Os processos culturais não correspondem aos contornos do conhecimento acadêmico na forma como ele existe. Nenhuma disciplina acadêmica é capaz de apreender a plena complexidade (ou seriedade) da análise. Os Estudos Culturais devem ser interdisciplinares (e algumas vezes antidisciplinares) em sua tendência. (JOHNSON, 2004, p. 22)

Os Estudos Culturais também consistem na contestação dos limites socialmente construídos acerca dos marcadores sociais da diferença, por exemplo, de classe, gênero, raça, etc., nas quais as mais variadas realidades humanas inter-relacionam-se. A naturalização dessas categorias tem sido objeto de contestação a partir dos Estudos Culturais, esses têm funcionado como um campo de discussão em relação a certos conceitos pré-determinados e pode-se afirmar que há uma preocupação em estudar o mundo para poder intervir nele e assim construir conhecimentos. Com base nisso pode-se afirmar o caráter político e de intervenção social de tais estudos, como menciona Ana Carolina Escosteguy:

Em primeiro lugar, deve-se acentuar o fato de que os Estudos Culturais devem ser vistos tanto sob o ponto de vista político, na tentativa de constituição de um projeto político, quanto sob o ponto de vista teórico, isto é, com a intenção de construir um novo campo de estudos. Sob o ponto de vista político, os Estudos Culturais podem ser vistos como sinônimo de “correção política”, podendo ser identificados como a política cultural dos vários movimentos sociais da época de seu surgimento. Sob perspectiva teórica, refletem a insatisfação com os limites de algumas disciplinas, propondo, então, a interdisciplinaridade. (ESCOSTEGUY, 2004, p. 136-137)

Esta pesquisa tem por base os Estudos Culturais e os Estudos Feministas em suas vertentes pós-estruturalistas. Pode-se afirmar que o pós-estruturalismo é um estudo inter/multi/trans/ disciplinar da linguagem, ele privilegia a textualidade, a argumentatividade e a intertextualidade. Através de temáticas centrais como a cultura, o poder e a linguagem, discute questões como identidade, subjetividade, gênero, raça, etnia, o multiculturalismo, observa-se o que menciona Michael Peters: “O pós-estruturalismo pode ser caracterizado como um modo de pensamento, um estilo de filosofar e uma forma de escrita, embora o termo não deva ser utilizado para dar qualquer idéia de homogeneidade, singularidade ou unidade” (PETERS, 2000, p. 32).

Ainda vale ressaltar que o pós-estruturalismo não deve ser simplificado meramente como um método ou uma escola como ressalta Michael Peters:

[...] o pós-estruturalismo não pode ser simplesmente reduzido a um conjunto de pressupostos compartilhados, a um método, a uma teoria ou até mesmo a uma escola. É melhor referir-se a ele como um *movimento de pensamento* – uma complexa rede de pensamento – que corporifica diferentes formas de

prática crítica. O pós-estruturalismo é, decididamente, interdisciplinar, apresentando-se por meio de muitas e diferentes correntes. (PETERS, 2000, p.33).

Houve avanço desses estudos pelo mundo, a partir de então, os Estudos Culturais mostraram-se como uma prática intelectual, cujo objetivo, quiçá, tenha se tornado buscar um diálogo entre três raízes principais: cultura, teoria e ação cívica. Procura-se dialogar com os aspectos culturais da sociedade e tratá-los como elementos que fazem parte do sistema e que estão presentes em todas as práticas sociais e que configuram o resultado de suas interações.

As temáticas mais investigadas pelos Estudos Culturais no que tange ao estudo relativo aos modos de construção política e social das identidades, abordam as questões da nação, raça, etnia, diáspora, colonialismo e pós-colonialismo, sexualidade e gênero, levando a significativos resultados de grande qualidade e importância fora e dentro das academias. Ainda mais recentemente, as pesquisadoras e os pesquisadores dessas temáticas têm-se centrado no estudo dos fenômenos relacionados à globalização, articulando-as com questões de desterritorialização da cultura, movimentos transnacionais de pessoas, bens e imagens. Também tem sido objeto de pesquisa a nova sociedade em rede, fenômenos de terrorismo, choques civilizacionais, a crise ambiental global, entre outras temáticas.

Tendo um interesse valoroso em analisar o processo social, questões sobre a realidade e a evolução da cultura são elencadas pelos Estudos Culturais como importantes e necessárias à discussão. Definir cultura torna-se um trabalho árduo, visto o impacto semântico de tal palavra no meio social, ela também tem sido utilizada em campos semânticos diversos substituindo outros vocábulos como “mentalidade”, “espírito”, “tradição” e “ideologia”. A cultura desperta interesses multidisciplinares, transdisciplinares e interdisciplinares, esses são trazidos à tona e estudados por muitas áreas do conhecimento, tais como: sociologia, antropologia, história, comunicação, administração, economia, entre outras.

Dessa forma, entende-se que a cultura se refere à capacidade de o ser humano adaptar-se ao seu meio e o meio adaptar-se a ele. Assim, conclui-se que esse conceito é um argumento decisivo contra as explicações naturalizantes dos comportamentos humanos. Desse modo, pode-se dizer que a naturalidade é construída, já que mesmo as funções humanas ligadas às suas necessidades fisiológicas são informadas pela cultura.

Ainda Tomaz Tadeu da Silva reforça esse conceito:

Tem diferentes conotações e sentidos nas diferentes vertentes da teoria educacional crítica e pós-crítica. Para a análise neomarxista, a cultura é analisada como parte da superestrutura, ou seja, como pertencendo àquelas esferas sociais que se distinguem da base econômica: as instituições jurídicas e políticas, a ideologia, a educação. As diferentes perspectivas neomarxistas distinguem-se pela maior ou menor autonomia atribuída à superestrutura relativamente à base econômica. Na perspectiva de Bordieu, a cultura, definida por gostos e formas de apreciação estética, é central ao processo de dominação: é a imposição da cultura dominante como sendo a cultura que faz com que as classes dominadas atribuam sua situação subalterna não à imposição pura e simples, mas à sua suposta deficiência cultural. A escola tem um papel importante na reprodução desta relação de dominação cultural. Na teorização introduzida pelos Estudos Culturais, sobretudo naquela inspirada pelo pós-estruturalismo, a cultura é teorizada como campo de luta entre os diferentes grupos sociais em torno da significação. A educação e o currículo são vistos como campos de conflito em torno de duas dimensões centrais da cultura: o conhecimento e a identidade. (SILVA, 2000, p. 32)

Partindo do pressuposto de que a cultura é um produto histórico, pode-se dizer que ela reproduz as relações sociais de determinado espaço e tempo numa determinada situação hierárquica, cabe à escola, como uma instituição social-formal e um espaço de manifestação e de reprodução social, levar seus diversos agentes (professoras, professores, alunas, alunos, colaboradoras, colaboradores, funcionárias e funcionários) à reflexão, bem como analisar as diferentes manifestações culturais e as relações que começam a nascer no seu meio, para que determinados protótipos sociais de gênero, raça, sexualidade, etc., não sejam naturalizados, mas repensados e transformados. Há uma tendência da cultura, dita “elitizada”, predominar sobre as demais, ela não é considerada nem pior nem melhor, são apenas culturas diferentes e todas devem ser valorizadas, pois a cultura é parte da luta ideológica travada pelos povos, como tão bem salienta Marisa Vorraber Costa:

A cultura é um dos principais *locus* onde são estabelecidas e contestadas tais divisões, onde se dá a luta pela significação, na qual os grupos subordinados tentam resistir à imposição de significados que sustentam os interesses dos grupos dominantes. Neste sentido, os textos culturais são muito importantes, pois eles são um produto social, o local onde o significado é negociado e fixado. Hall se utiliza do conceito de hegemonia de Gramsci para argumentar que, nos Estudos Culturais, a cultura é o principal *locus* da luta ideológica, o palco da ‘incorporação’ e da ‘resistência’, um dos locais onde a hegemonia será ganha ou perdida. (COSTA, 2000, p. 25).

À cultura é atribuído um papel de destaque no que tange à estrutura e à organização social pós-moderna, bem como em relação

[...] aos processos de desenvolvimento do meio ambiente global e à disposição de seus recursos econômicos e materiais. Os meios de produção, circulação e troca cultural, em particular, têm se expandido, através das tecnologias e da revolução da informação. (HALL, 1997, p. 2).

Há um vertiginoso avanço tecnológico, em específico, da tecnologia da informação, isso fez com que a mídia assumisse um papel de destaque, já que pode exercer poder por estar em um lugar privilegiado onde as ideias podem ser disseminadas com facilidade, dessa forma, informações podem ser manipuladas favorecendo este ou aquele em detrimento até mesmo da “verdade” quando isso convém a determinados grupos que se encontram no poder.

Cabe destacar que o poder faz parte da construção social, ele acontece no centro da sociedade, não é configurado como algo que vem de cima e essa construção social tende a normatizar certas convenções e transformá-las em algo natural, observa-se o que diz Guacira Lopes Louro:

A norma, ensina-nos Foucault, está inscrita entre as artes de julgar, ela é um princípio de comparação. Sabemos que tem relação com o poder, mas sua relação não se dá pelo uso da força, e sim por meio de uma espécie de lógica que se poderia quase dizer que é invisível, insidiosa (Ewald, 1993). A norma não emana de um único lugar, não é enunciada por um soberano, mas, em vez disso, está em toda parte. Expressa-se por meio de recomendações repetidas e observadas cotidianamente, que servem de referência a todos. Daí por que a norma se faz penetrante, daí por que ela é capaz de se naturalizar. (LOURO, 2008, p. 22).

Nessa perspectiva, fica claro que não há como construir uma sociedade livre das relações de poder¹, pois o poder é inerente à vida em sociedade. Percebe-se que as relações de poder acontecem de forma sutil, algumas vezes são imperceptíveis, mas vivem no seio da sociedade e com elas todas e todos convivem. Também são diversos os instrumentos que fomentam essas relações de poder, podem ser: livros, mídia, revistas, aparatos tecnológicos, discursos naturalizados, enfim objetos e fontes diversas que reproduzem, naturalizam e através de seus discursos constroem ideias,

¹ As análises do filósofo francês Michel Foucault (1926-1984) sobre o poder enfatizam sua dimensão produtiva, compreendida no conjunto de práticas discursivas construídas historicamente. Em Foucault, o poder não é uma entidade coerente, unitária e estável, mas “jogos de poder” que supõem condições históricas de emergências complexas, que implicam em efeitos múltiplos, compreendidos fora do que a análise filosófica identifica tradicionalmente como o “campo do poder”. Não há poder que seja exercido por uns sobre os outros, pois “os uns” e “os outros” nunca estão fixados numa posição, mas sucessiva e até simultaneamente inseridos em cada um dos polos de uma relação. Dessa forma, o exercício do poder não pode ser reduzido a uma relação entre “parceiros” individuais ou coletivos, o poder não é da ordem do consentimento, da renúncia de liberdade, da transferência de direito, não é exclusivo do uso da violência. O poder “é um conjunto de ações sobre ações possíveis” (FOUCAULT, 1995, p. 243). Para Foucault não haveria algo como “o poder” ou “do poder” que existiria globalmente ou em estado difuso. O poder não é somente repressivo ou puramente dominação. “O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só com uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso” (FOUCAULT, 1998, p. 8) (SILVA – OLIVEIRA, p. 602)

disseminam o conhecimento e produzem sujeitos², como argumenta Guacira Lopes Louro:

Aprendemos a viver o gênero e a sexualidade na cultura, através dos discursos repetidos da mídia, da igreja, da ciência e das leis e também, contemporaneamente, através dos discursos dos movimentos sociais e dos múltiplos dispositivos tecnológicos. As muitas formas de experimentar prazeres e desejos, de dar e de receber afeto, de amar e de ser amada/o são ensaiadas e ensinadas na cultura, são diferentes de uma cultura para outra, de uma época ou de uma geração para outra. E hoje, mais do que nunca, essas formas são múltiplas. As possibilidades de viver os gêneros e as sexualidades ampliaram-se. As certezas acabaram. Tudo isso pode ser fascinante, rico e também desestabilizador. Mas não há como escapar a esse desafio. O único modo de lidar com a contemporaneidade é, precisamente, não se recusar a vivê-la. (LOURO, 2008, p. 22-23)

Tendo em vista que as práticas culturais – as pedagogias – enquanto processos sociais, não se restringem às instituições escolares e acadêmicas, já que se estendem aos espaços sociais que geram e trocam conhecimentos, pode-se afirmar que todas as pedagogias ensinam tipos de pensamento e de ações em relação a si e aos outros e outras, do mesmo modo que as diferentes práticas – as midiáticas, as sexuais, as escolares, as familiares, etc. – ao manifestarem seus discursos reforçam determinados significados, ensinam, moldando formas particulares de identidades e de subjetividades. Atenta-se à fala de Guacira Louro:

A construção dos gêneros e das sexualidades dá-se através de inúmeras aprendizagens e práticas, insinua-se nas mais distintas situações, é empreendida de modo explícito ou dissimulado por um conjunto inesgotável de instâncias sociais e culturais. É um processo minucioso, sutil, sempre, inacabado. Família, escola, igreja, instituições legais e médicas mantêm-se, por certo, como instâncias importantes nesse processo constitutivo. Por muito tempo, suas orientações e ensinamentos pareceram absolutos, quase soberanos. Mas como esquecer, especialmente na contemporaneidade, a sedução e o impacto da mídia, das novelas e da publicidade, das revistas e da internet, dos sites de relacionamento e dos *blogs*? Como esquecer o cinema e a televisão, os *shopping centers* ou a música popular? Como esquecer as pesquisas de opinião e as de consumo? E, ainda, como escapar das câmeras e monitores de vídeo e das inúmeras máquinas que nos vigiam e nos “atendem” nos bancos, nos supermercados e nos postos de gasolina? Vivemos mergulhados em seus conselhos e ordens, somos controlados por seus mecanismos, sofremos suas censuras. As proposições e os contornos delineados por essas múltiplas instâncias nem sempre são coerentes ou

² Na tradição da Filosofia ocidental, que culmina — com Descartes e Kant — na chamada “filosofia da consciência”, o conceito de “sujeito” é utilizado para expressar a idéia de que o ser humano é constituído de um núcleo autônomo, racional, consciente e unificado no qual se localiza a origem e o centro da ação. De perspectivas variadas, Marx, Nietzsche, Heidegger e Freud efetuaram a crítica desta “teoria do sujeito”. Mais recentemente, esta noção de “sujeito” foi radicalmente questionada por Jacques Lacan, Jacques Derrida e Michel Foucault, entre outros. Na crítica pós-estruturalista de Michel Foucault, por exemplo, o “sujeito” não passa de um efeito do discurso e do poder. É no contexto desse questionamento que se fala na “morte do sujeito”. Na crítica educacional, o questionamento pós-estruturalista do “sujeito” é utilizado para problematizar o “sujeito” centrado, racional e autônomo que está no núcleo tanto das pedagogias tradicionais — como a educação humanista, por exemplo — quanto das pedagogias críticas — como a educação libertadora, por exemplo. (SILVA, 2000, p. 102).

igualmente autorizados, mas estão, inegavelmente, espalhados por toda a parte e acabam por constituir-se como potentes pedagogias culturais. (LOURO, 2008, p. 18)

A menção ao educativo é amplificada a partir desse argumento para além dos locais formais de educação. Tomaz Tadeu da Silva vem reafirmar esse propósito com o seguinte conceito de pedagogia cultural:

Na nomenclatura de analistas como Shirley Steinberg e Henry Giroux, inspirada nos Estudos Culturais, qualquer instituição ou dispositivo cultural que, tal como a escola, esteja envolvido – em conexão com relações de poder – no processo de transmissão de atitudes e valores, tais como o cinema, a televisão, as revistas, os museus etc. (SILVA, 2000, p. 89)

A pedagogia existe em qualquer lugar e cumpre seu papel de transmitir algo, possibilitando aos envolvidos a problematização de discursos. Os artefatos culturais: livros, revistas, tecnologias, histórias em quadrinhos, filmes, etc., podem tocar os indivíduos de uma forma mais profunda, pois eles sentem a familiaridade e identificam-se com o instrumento utilizado ou/e com o discurso proferido criando assim um resultado de aprendizagem que tende a ser mais produtivo, em função da sintonia criada, a isso se dá o nome de força pedagógica. Muitas convenções de gênero são reafirmadas através das pedagogias culturais.

3.2 Estudos feministas: gênero e sexualidade

Convém registrar que o movimento feminista caracterizou-se, ao longo da história, como o espaço de luta das mulheres por sua emancipação. Mesmo que sempre tenham lutado contra suas condições não ideais ou precárias de vida, é apenas no final do século XIX que se configura a primeira onda do feminismo, conhecida como sufragismo e dirigida à procura de direitos no campo político, em especial, do direito ao voto. Nesta ocasião, a pauta era pela luta contra a discriminação e pelos direitos igualitários, “baseando-se nos princípios da identificação com os valores da racionalidade dominante” (MACHADO, 1992, p. 25). O sujeito deste feminismo igualitário era, portanto, essencializado, a-histórico e universal. Tinha-se como meta afastar as mulheres da invisibilidade do mundo privado, já que o papel da mulher era, neste período, vinculado às tarefas domésticas. Observa-se o que diz Ana Alice Alcântara Costa:

Esse primeiro momento do movimento feminista, em linhas gerais, pode ser caracterizado como de cunho conservador no que se refere ao questionamento da divisão sexual dos papéis de gênero, inclusive reforçavam esses papéis, estereótipos e tradições na medida em que utilizavam as ideias

e representações das virtudes domésticas e maternas como justificativas para suas demandas (COSTA, 1981, p. 13).

A segunda onda do feminismo ampliou o debate para uma ampla gama de questões, tais como: sexualidade, família, mercado de trabalho. Tem início, especialmente nos EUA e na França, e possui como bandeira maior a discriminação de gênero. Pretendia-se uma política de respeito às diferenças e de igualdade de direitos, pautada não na superioridade entre os sexos, mas no reconhecimento de equivalência. Para Teresa de Lauretis, os escritos feministas e as práticas culturais feministas dos anos 1960 e 1970 tomavam "o conceito de gênero como diferença sexual" (LAURETIS, 1994, p. 206). Compreender o conceito de gênero dessa forma seria uma limitação, já que não interpela a oposição binária homem/mulher, fixando essas categorias como dicotômicas, Teresa de Lauretis argumenta que é importante uma crítica à oposição binária:

[...] o conceito de gênero como diferença sexual e seus conceitos derivados – a cultura da mulher, a maternidade, a escrita feminina, a feminilidade, etc. – acabaram por se tornar uma limitação, como que uma deficiência do pensamento feminista. [...] A primeira limitação do conceito de 'diferença(s) sexual(ais)', portanto, é que ele confina o pensamento crítico feminista ao arcabouço conceitual de uma oposição universal do sexo (a mulher como a diferença do homem, com ambos universalizados; ou a mulher como diferença pura e simples e, portanto, igualmente universalizada), o que torna muito difícil, se não impossível, articular as diferenças entre mulheres e Mulher, isto é, as diferenças entre as mulheres ou, talvez mais exatamente, as diferenças nas mulheres. (LAURETIS, 1994, p. 206-207).

Gênero, visto sob a ótica binária, passaria a ser compreendido como a criação de diferenças biológicas opondo homens e mulheres, porém o que parecia ser primordial era uma diferenciação que incluísse as diversas categorias (classe, raça, gênero) e assim vinha à tona a necessidade de examiná-las a partir de um novo ângulo. Para Guacira Lopes Louro:

A emergência da categoria [gênero] representou, pelo menos para aquelas e aqueles que investiram na radicalidade que ela sugeria, uma virada epistemológica. Ao utilizar gênero, deixava-se de fazer uma história, uma psicologia, ou uma literatura das mulheres, sobre as mulheres e passava-se a analisar a construção social e cultural do feminino e do masculino, atentando para as formas pelas quais os sujeitos se constituíam e eram constituídos, em meio a relações de poder. O impacto dessa nova categoria analítica foi tão intenso que, mais uma vez, motivou veementes discussões e mesmo algumas fraturas internas. Também as relações de gênero passaram a ser compreendidas e interpretadas de muitas e distintas formas, ajustando-se (a) ou interpelando referenciais marxistas, psicanalíticos, lacanianos, foucaultianos, pós-estruturalistas... (LOURO, 2002, p. 15).

Essencialmente, admite-se que a ideia de gênero busca desnaturalizar as diferenças, mostrando que elas são socialmente construídas, deixando a mostra um poder distribuído desigualmente entre homens e mulheres, levando as mulheres a uma posição de subalternidade, reafirmando diferenças e hierarquias. Desse modo, em todas as ramificações da sociedade, as relações sociais determinadas tendem a ser concebidas por especificidades de gênero. Como indica Joan Scott (1995, p. 76), “o termo gênero torna-se uma forma de indicar construções culturais – a criação inteiramente social de ideias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres”. Ainda Joan Scott reforça o conceito com:

É por esta razão que gênero se mantém um conceito útil para análise crítica. Se pegarmos gênero como um guia não simplesmente como homens e mulheres tem sido definidos em relação ao outro, mas também que visões da ordem social estão sendo contestadas, sobrepostas, resistidas e defendidas nos termos de definições masculino/feminino, chegaremos a uma nova visão sobre as diversas sociedades, culturas, histórias e políticas que queremos investigar. Gênero se torna não um guia para categorias estatísticas de identidade sexuada, mas para a interação dinâmica da imaginação, regulação e transgressão nas sociedades e culturas que estudamos. Há uma política de gênero e uma generificação da política que chama a nossa atenção – sobre a forma de um conjunto interminável sobre como, quando, onde e sob quais condições individuais, sociedades e culturas tentaram responder àquilo que não pode finalmente e definitivamente ser respondido (ou mesmo perguntado). Longe de ser um exercício de frustração, esta abordagem abre caminho para novos pensamentos, novas interpretações e talvez até mesmo para novas políticas. E longe de estar resolvido, como uma vez eu pensei que estava, gênero é uma questão perpetuamente aberta: quando pensamos que foi resolvido, sabemos que estamos no caminho errado. (SCOTT, 2012, p. 347)

Havia uma noção de sujeito construída universalmente que estava definida por especificidades próprias e particulares: homem branco, heterossexual, cristão e possuidor de propriedades, esse sujeito tornava-se uma categoria normativa e opressora, assim como relegava aos demais grupos – mulheres, negros, negras, indígenas, por exemplo, um papel de invisibilidade e ausência. O pós-estruturalismo trouxe um ponto importante de contribuição ao feminismo: o método de desconstrução que permite questionar as verdades pré-estabelecidas, como diz Joan Scott:

[...] desconstruir significa analisar operações da diferença nos textos e as formas nas quais os significados são trabalhados. [...] Revela a interdependência de termos aparentemente dicotômicos e como seu significado se relaciona com uma história particular. Mostra-os como oposições não naturais, mas construídas; e construídas para propósitos particulares em contextos particulares. (SCOTT, 1999, p. 208).

O feminismo e a crítica pós-estruturalista reconhecem que o sujeito constitui-se e constrói-se a partir de determinados significados e representações, que se vive

em uma sociedade e em contato com outras pessoas e é a partir dessas relações que os diversos papéis são construídos e vão, ao longo do tempo, sedimentando-se ou refazendo-se, pois sendo um processo está em franca mutação. Claudia de Lima Costa menciona: “o reconhecimento de que o sujeito se constrói dentro de significados e de representações culturais, os quais por sua vez encontram-se marcados por relações de poder” (COSTA, 2000, p. 57). Assim, faz-se necessário teorias e estudos que pensem o sujeito em termos de pluralidades e diversidades e não no âmbito universal. Logo, deve-se romper com a visão tradicional que privilegia os esquemas binários que acabam construindo hierarquias com mundos masculinos e particularidades femininas.

A oposição binária coloca lentes de aumento naquilo que opõe. Trata-se de um jogo de exclusão e inclusão, não busca aquilo que pode aproximar na própria oposição. Dessa forma, cada lado da oposição é apresentado e representado como um fenômeno unitário, como tão bem enfoca Joan Scott: “Assume que tudo em cada categoria (mulher/homem) é a mesma coisa (é igual); portanto, se suprimem as diferenças dentro de cada categoria” (SCOTT, 1999, p. 219). Isso nutre as relações de poder, a diferença é produzida socialmente, não é algo natural, ainda que naturalizada no cotidiano. Ela fixa as hierarquias sociais e normatiza as identidades, conseqüentemente surge a opressão que define padrões de comportamento e de conduta rejeitando as diferenças dos sujeitos sociais, reforçando o dito, reitera Dagmar Estermann Meyer:

E é nesse contexto que as feministas se viram frente ao desafio de demonstrar que não são as características anatômicas e fisiológicas, em sentido estrito, ou tampouco desvantagens socioeconômicas tomadas de forma isola, que definem diferenças apresentadas como justificativa para desigualdades de gênero. O que algumas delas passariam a argumentar, a partir daqui, é que são os modos pelos quais características femininas e masculinas são representadas como mais ou menos valorizadas, as formas pelas quais se re-conhece e se distingue feminino de masculino, aquilo que se torna possível pensar e dizer sobre mulheres e homens que vai constituir, efetivamente, o que passa a ser definido e vivido como masculinidade e feminilidade, em uma dada cultura, em um determinado momento histórico. (MEYER, 2003, p. 14).

Neste contexto, há um sujeito do feminismo e ele deve ser compreendido como algo que é construído discursivamente em contextos políticos específicos, a partir de articulações. Pode-se dizer que o sujeito do feminismo está sempre em construção, e essa se dá por meio de variadas aprendizagens e práticas, diversificando-se nas múltiplas situações diárias em que o sujeito é exposto já que ele não é pronto ou

acabado, o próprio discurso, os textos e estudos feministas o constrói influenciando seu modo de ser e agir. Assim diz a autora Lauretis:

Com a expressão 'o sujeito do feminismo' quero expressar uma concepção ou compreensão do sujeito (feminino) não apenas como diferente de Mulher com letra maiúscula, a representação de uma essência inerente a todas as mulheres [...], mas também como diferente de mulheres, os seres reais, históricos e os sujeitos sociais que são definidos pela tecnologia do gênero e efetivamente 'engendrados' nas relações sociais. O sujeito do feminismo que tenho em mente não é assim definido: é um sujeito cuja definição ou concepção se encontra em andamento, neste e em outros textos críticos feministas. (LAURETIS, 1994, p. 217)

A partir da década de 1990, a instabilidade do sujeito tradicional do feminismo começou a se efetivar com maior ênfase, principiou-se um questionamento à estabilidade, a essencialidade e a universalidade do sujeito no campo dos estudos de gênero, seja pela vertente teórica, seja pela vertente política do feminismo, analisa-se o que menciona Margareth Rago:

A despeito das discussões entre as teóricas do feminismo em torno de uma definição precisa do gênero, é evidente a preocupação em evitar as oposições binárias fixas e naturalizadas, para trabalhar com relações e perceber por meio de que procedimentos simbólicos, jogos de significação, cruzamentos de conceitos e relações de poder nossas referências culturais são sexualmente produzidas. É nesse sentido que os novos estudos feministas se aproximam da história cultural. Com esta nova proposta metodológica, insiste-se em que consideremos as diferenças sexuais enquanto construções culturais, desmontando e sexualizando conceitualizações que fixam e enquadram os indivíduos, seus gestos, suas ações, suas condutas e representações. Nega-se, portanto, que se parta de uma "realidade objetiva", em que os sujeitos localizados em classes sociais entrariam em cena segundo um procedimento metodológico homogeneizador e generalizante, que visa a estabelecer continuidades no emaranhar dos fatos, e que entende que interpretar significa recolher (e não atribuir) o sentido essencial "oculto" na coisa. Além disso, propõe-se pensar as relações de gênero enquanto relações de poder, e nesse sentido a dominação não se localiza num ponto fixo, num "outro" masculino, mas se constitui nos jogos relacionais e de linguagem. (RAGO, 1995, p. 88).

No campo político, as feministas negras, latino-americanas, do terceiro mundo, das ex-colônias e lésbicas foram as que questionaram o feminismo vigente dizendo que ele não as representava e que esse espaço era de mulheres brancas, heterossexuais (MARIANO, 2005). O feminismo negro revelou os discursos que conferiam privilégio ao gênero ou à classe em relação a outros marcadores identitários, interrogando "as construções de tais significantes privilegiados enquanto núcleos autônomos unificados" (BRAH, 2006, p. 357). Alertavam para a dificuldade de se construir uma base única entre as mulheres tendo como ponto de partida a ideia de uma mulher para a qual as ações políticas eram orientadas de forma neutra e homogênea. Havia um questionamento no que tange à noção de identidade e esse

não era um problema apenas político, mas também teórico, Dagmar Estermann Meyer elucida:

Exatamente porque o conceito de gênero enfatiza essa pluralidade e conflitualidade dos processos pelos quais a cultura constrói e distingue corpos e sujeitos femininos e masculinos, torna-se necessário admitir que isso se expressa pela articulação de gênero com outras “marcas” sociais, tais como classe, raça/etnia, sexualidade, geração, religião, nacionalidade. É necessário admitir também que cada uma dessas articulações produz modificações importantes nas formas pelas quais as feminilidades ou as masculinidades são, ou podem ser, vividas e experienciadas por grupos diversos, dentro dos mesmos grupos ou, ainda, pelos mesmos indivíduos, em diferentes momentos de sua vida. (MEYER, 2003, p. 14).

Os discursos sobre as convenções de gênero e o construir-se mulher e homem estão presentes nos diversos artefatos culturais, esses discursos produzem e constroem: “de forma sistemática, versões do mundo social e natural e para o modo como ele posiciona os indivíduos nas relações de poder” (FISCHER, 2002, p. 86). Dentre os muitos discursos reproduzidos e naturalizados em artefatos culturais encontram-se as questões de gênero, observa-se o que menciona Guacira Lopes Louro:

Pretende-se, dessa forma, recolocar o debate no campo do social, pois é nele que se constroem e se reproduzem as relações (desiguais) entre os sujeitos. As justificativas para as desigualdades precisariam ser buscadas não nas diferenças biológicas (se é que mesmo essas podem ser compreendidas fora de sua constituição social), mas sim nos arranjos sociais, na história, nas condições de acesso aos recursos da sociedade, nas formas de representação. (LOURO, 1997, p. 22)

Há que se problematizar a compreensão de gênero e sexualidade, seus discursos envolvendo os processos biológicos e culturais que vêm se construindo há um tempo considerável e devem ser questionados, atenta-se para o que diz Joanalira Corpes Magalhães: “[...] cabe destacarmos que esse interesse em se definir o posicionamento social dos gêneros de acordo com suas características biológicas decorre desde séculos anteriores.” (MAGALHÃES, 2008, p. 42).

Existem muitas falas tidas como verdadeiras, que, muitas vezes, são (re)produzidas por artefatos culturais diferenciando homens de mulheres, tais como: homens são mais inteligentes, pois possuem mais neurônios, homens têm mais facilidade em lidar com números; mulheres com letras, a mulher é o sexo frágil, homem não chora, mulher deve usar rosa; homem deve usar azul, entre tantas outras. O discurso é descrito em uma narrativa de linguagens e essa é limitada e sujeita a

valores sociais e culturais. Pode-se dizer que identidade e diferença são resultado de atos linguísticos, atenta-se para o que menciona

Dizer, por sua vez, que identidade e diferença são o resultado de atos de criação linguística significa dizer que elas são criadas por meio de atos de linguagem. Isto parece uma obviedade. Mas como tendemos a tomá-las como dadas, como “fatos da vida”, com frequência esquecemos que a identidade e a diferença têm que ser nomeadas. É apenas por meio de atos de fala que instituímos a identidade e a diferença como tais. A definição da identidade brasileira, por exemplo, é o resultado da criação de variados e complexos atos linguísticos que a definem como sendo diferente de outras identidades nacionais. (SILVA, 2005, p. 74-75)

Por meio de distintos discursos, que são construídos por meio da linguagem e por enfoques disciplinares, dinâmicas de constituição de corpos vão surgindo através das pedagogias culturais – publicidade, cinema, revistas, televisão, academias de ginástica e outros espaços sociais que transmitem saberes e valores – as quais buscam disciplinar o corpo, pois é ele objeto de grande atenção. Tal como o currículo escolar, o chamado currículo cultural contém um conhecimento organizado em torno de relações de poder, de regulação e controle (SABAT, 2001).

Percebe-se que as pedagogias culturais são fundamentais na formação das identidades³ e subjetividades⁴ dos sujeitos. Vale lembrar que identidade de gênero é diferente de identidade sexual, como esclarece Guacira Louro:

Suas identidades sexuais se constituiriam, pois, através das formas como vivem sua sexualidade, com parceiros/as do mesmo sexo, do sexo oposto, de ambos os sexos ou sem parceiros/as. Por outro lado, os sujeitos também se identificam, social e historicamente, como masculinos ou femininos e assim constroem suas identidades de gênero. Ora, é evidente que essas identidades (sexuais e de gênero) estão profundamente inter-relacionadas; nossa linguagem e nossas práticas muito freqüentemente as confundem, tornando difícil pensá-las distintivamente. No entanto, elas não são a mesma coisa. Sujeitos masculinos ou femininos podem ser heterossexuais,

³ A construção da identidade de gênero vai se dando desde antes do nascimento de uma pessoa, como no enxoval do bebê, que na maioria das vezes é azul para meninos e rosa para meninas. Desse modo, essas diferenças propagadas por muitos e questionadas por poucos vão deixando marcas de feminilidade e masculinidade, na maioria das vezes, permanentes, em meninos e meninas (GOMES, 2008). Sempre foram designadas diferenças nas representações de papéis masculinos e femininos, onde o masculino era representado pela força e o feminino pela beleza (BAGGIO: CARVALHO et al., 2009). A cultura através da família e da escola, desde cedo incorpora nas crianças diferenças entre os meninos e as meninas, entre masculino e feminino. Assim, o processo infantil de construir a identidade de gênero, está profundamente conectado às experiências tidas com as pessoas que vão desempenhar a função de cuidador ou cuidadora, os quais estão inseridos em uma determinada cultura. Por isso, ao lado dos estudos feministas, além dos gêneros, reforçamos a crítica à biologização da sexualidade e a consequente naturalização dos modos de ser feminino e masculino (SILVA; LUZ, 2010). Quando falamos em uma crítica à biologização, não queremos negar a biologia, mas, enfatizar o aspecto sociocultural da construção de gênero (GOMES, 2006) (MUHLEN, STREY, 2019, p. 409-410).

⁴ A Subjetividade em geral é entendida como aquilo que pertence ao sujeito, que é pessoal, individual, particular, que manifesta as ideias ou preferências da própria pessoa. Caracteriza-se como o contrário de objetividade, pertencendo somente ao pensamento humano, integrando o campo das atividades psíquicas e emocionais do indivíduo. (COLLING, 2019, p. 672)

homossexuais, bissexuais (e, ao mesmo tempo, eles também podem ser negros, brancos, ou índios, ricos ou pobres etc). O que importa aqui considerar é que — tanto na dinâmica do gênero como na dinâmica da sexualidade — as identidades são sempre construídas, elas não são dadas ou acabadas num determinado momento. Não é possível fixar um momento — seja esse o nascimento, a adolescência, ou a maturidade — que possa ser tomado como aquele em que a identidade sexual e/ou a identidade de gênero seja "assentada" ou estabelecida. As identidades estão sempre se constituindo, elas são instáveis e, portanto, passíveis de transformação (LOURO, 1997, p. 26-27).

Entende-se que a pluralidade cultural confirma a importância da diversidade cultural como elemento essencial na construção das identidades, construída e desenvolvida na área dos conflitos e das múltiplas possibilidades de singularização. Deve-se considerar o que menciona Guacira Louro:

Continuamente, as marcas da diferença são inscritas e reinscritas pelas políticas e pelos saberes legitimados e reiteradas por variadas práticas sociais e pedagogias culturais. Se, hoje, as classificações binárias dos gêneros e da sexualidade não mais dão conta das possibilidades de práticas e de identidades, isso não significa que os sujeitos transitem livremente entre esses territórios, isso não significa que eles e elas sejam considerados. Portanto, antes de simplesmente assumir noções "dadas" de normalidade e de diferença, parece produtivo refletir sobre os processos de inscrição dessas marcas. Não se trata de negar a materialidade dos corpos, mas sim de assumir que é no interior da cultura e de uma cultura específica que características materiais adquirem significados. Como isso tudo aconteceu e acontece? Através de que mecanismos? Se em tudo isso estão implicadas hierarquias e relações de poder, por onde passam tais relações? Como se manifestam? Não, a diferença não é natural, mas sim naturalizada. A diferença é produzida através de processos discursivos e culturais. A diferença é "ensinada". (LOURO, 2008, p. 22)

A interação dos indivíduos nos variados espaços sociais possibilita a construção de sentidos de si e do outro, o ambiente social em que o indivíduo se encontra corrobora para a formulação de sua subjetividade e construção da própria identidade. Deve-se considerar que as relações sociais são compostas de modelos culturais pré-estabelecidos, acometidas de afetos e representações sociais, entende-se que gênero é um dos constituintes da identidade dos sujeitos, como confirma Guacira Lopes Louro:

Numa aproximação às formulações mais críticas dos Estudos Feministas e dos Estudos Culturais, compreendemos os sujeitos como tendo identidades que se transformam, que não são fixas ou permanentes, que podem, até mesmo, ser contraditórias. Assim, o sentido de pertencimento a diferentes grupos — étnicos, sexuais, de classe, de gênero, etc. — constitui o sujeito e pode levá-lo a se perceber como se fosse "empurrado em diferentes direções", como diz Stuart Hall (1992, p. 4). Ao afirmar que gênero institui a identidade do sujeito (assim como a etnia, a classe, ou a nacionalidade, por exemplo) pretende-se referir, portanto, a algo que transcende o mero desempenho de papéis, a ideia é perceber o gênero fazendo parte do sujeito, constituindo-o. (LOURO, 1997, p. 24).

É através da dinâmica das relações sociais que se dá a produção dos gêneros, essa construção ocorre na relação uns com os outros. Sabe-se que à mulher foi dado um lugar secundário, o protagonismo no âmbito social é masculino, o homem detinha (e em muitos casos ainda detém) o poder de decisão, a ele cabe definir o destino das vidas que o rodeiam exercendo um papel de protagonista das diversas histórias que perpassam o seu cotidiano e também ele delibera ordens e ajusta o cotidiano em que está inserido. As mulheres foram invisibilizadas historicamente de diversas formas, atenta-se ao que menciona Ana Maria Colling:

A história das mulheres é uma história recente, porque, desde que a História existe como disciplina científica, ou seja, desde o século XIX, o seu lugar dependeu das representações dos homens, que foram, por muito tempo, os únicos historiadores. Estes escreveram a história dos homens, apresentada como universal, e a história das mulheres desenvolveu-se à sua margem. Ao descreverem as mulheres, sendo seus porta-vozes, os historiadores ocultaram-nas como sujeitos, tornaram-nas invisíveis. Responsáveis elas construções conceituais, hierarquizaram a história, com os dois sexos assumindo valores diferentes; o masculino aparecia sempre como superior ao feminino. Este universalismo que hierarquizou a diferença entre os sexos, transformando-a em desigualdade, mascarou o privilégio do modelo masculino sob a pretensa neutralidade sexual dos sujeitos. (COLLING, 2014, p. 21)

Há um esforço explícito da sociedade de construir a mulher como um ser subordinado ao homem, como alguém que é dominada, e isso tende a naturalizar a diferença. Quando essa diferença é levada para o viés biológico, ela reforça características e fortalece preconceitos, amparando-se em qualidades próprias e inquestionáveis atribuídas ao masculino e ao feminino. Essa diferença biológica passa, então, a tomar uma aparência de naturalidade e poderá, dessa forma, transformar-se em desigualdade social. Ana Maria Colling corrobora ao dizer:

A concepção da inferioridade biológica das mulheres reflete-se claramente no domínio da investigação criminológica. Basta lembrar a obra de Cesare Lombroso, médico criminologista italiano, professor de psiquiatria na Universidade de Turim, e seu genro Ferrero, *La Donna delinquente, La prostituta e La Donna normale*, publicada em 1893, em que ambos tentavam resolver o enigma da criminalidade feminina: menos inteligentes, mais infantis, com uma menor sensibilidade moral que os homens, as mulheres eram, afinal, menos criminosas que o sexo mais “perfeito”. (COLLING, 2014, p. 87).

Deve-se discutir e problematizar as chamadas interpretações biológicas, pois as diferenças entre mulheres e homens são culturalmente construídas e vêm carregadas de significados, representações e valores que estão impregnados na sociedade. Também a família e a escola reafirmam os papéis binários, ditando o que é próprio do feminino e do masculino, com suas cores e brinquedos pré-estabelecidos,

azul para meninos; rosa para meninas, carrinhos para meninos e bonecas para meninas, e assim uma lista pode ser reproduzida. Isso vai passando de geração para geração e sendo naturalizados no decorrer do tempo, ainda que se saiba que tudo isso é construído culturalmente desnaturalizar esses paradigmas leva tempo.

Nesse sentido, as pedagogias culturais reafirmam ou questionam esses papéis, mas, substancialmente, fazem um investimento reiterando identidades e práticas hegemônicas, repensar o que é tido e dito como verdadeiro faz parte da construção do conhecimento, assim como entender que o que é passado como verdadeiro e imutável carece de investigação e questionamento, observa-se o que enfatiza Dagmar Estermann Meyer:

Mas, como já enfatizei, os indivíduos aprendem desde muito cedo – eu diria que hoje desde o útero – a ocupar e/ou a reconhecer seus lugares sociais e aprendem isso em diferentes instâncias do social, através de estratégias sutis, refinadas e naturalizadas que são, por vezes, muito difíceis de reconhecer. Nesse sentido, se tem trabalhado com o conceito de pedagogias culturais, que decorre, exatamente, da ampliação das noções de educação e de educativo, e com ele se pretende englobar forças e processos que incluem a família e a escolarização, mas que estão muito longe de se limitar a elas ou, ainda, de se harmonizar com elas. Entre essas forças estão, como referi, os meios de comunicação de massa, os brinquedos e jogos eletrônicos, o cinema, a música, a literatura, os chamados grupos de iguais, os quais produzem, por exemplo, diferentes e conflitantes formas de conceber e de se relacionar com autoridades instituídas, de conhecer o eu e o outro, e que redefinem mesmo os modos com que temos teorizado o currículo, o ser professor, o ser aluno e os processos de ensino e aprendizagem. (MEYER, 2003, p. 22)

O feminismo, os estudos de gênero, a luta dos grupos minoritários, os movimentos sociais e tudo que agrega valor a esse processo de reconstrução social tem trazido diferença no que tange ao repensar práticas sociais já estabelecidas. Romper com padrões leva tempo, daí a importância de se discutir e de se repensar as relações sociais e a inserção social feminina e masculina, desse modo, pode-se por meio de discussões e práticas sociais mais igualitárias buscar uma sociedade mais justa não apenas no que se refere a gênero, mas em todos os níveis de relações que acontecem no seio da sociedade.

Diante disso, pode-se afirmar que as pedagogias culturais assim como os artefatos culturais, ainda que não possuam a meta explícita de ensinar acabam ratificando as diferenças entre os gêneros, ensinando comportamentos tidos como naturais para meninas e meninos e mulheres e homens, pode-se afirmar que essas pedagogias também são formadas por um currículo, considera-se o que tenciona Dagmar Estermann Meyer:

Aparentemente, apenas aparentemente. Um olhar mais cuidadoso nos mostra que todos os processos educativos sempre estiveram – e estão – preocupados em vigiar, controlar, modelar, corrigir, construir os corpos de meninos e meninas, jovens, homens e mulheres. Os corpos foram – e são – objeto da mais meticulosa atenção, não apenas das escolas, mas de várias instâncias sociais. Eles são o alvo central de muitas pedagogias culturais que, além das instituições escolares e por vezes de forma mais sedutora e eficiente do que essas, veiculam saberes, transmitem valores e, efetivamente, acabam por produzir os sujeitos sociais. Nesse processo, as dimensões de gênero e de sexualidade usualmente se tornam alvo de atenção privilegiada. Hoje, a publicidade, o cinema, a televisão, as revistas, os shopping center, as agências de modelos, as academias de ginástica são importantes pedagogias culturais e se voltam, diretamente, para os corpos dos sujeitos. Esses múltiplos discursos, de distintas fontes, pretendem conformar, dar uma forma, aos nossos corpos. Eles nos dizem o que é um corpo educado, saudável, bonito, decente, moderno, “sarado”... Eles nos falam, ao mesmo tempo das “posições” que os sujeitos ocupam na sociedade. Eles expressam e exercitam jogos de poder. (MEYER, 2003, p. 7).

Há nos artefatos culturais muitos discursos sendo repetidos, ao longo do tempo, e tomados como verdades absolutas e ainda justificados pelo viés biológico, daí a relevância de trazer para os meios escolares, acadêmicos e sociais discussões que levem à reflexão, ao questionamento e à reformulação de posturas tidas como reais e incontestáveis, como bem destaca e reforça Guilherme Howes:

Às condições de homens e de mulheres foram atribuídos valores, expressos nos e pelos qualitativos masculino e feminino. Ao homem, dotado da primazia na divisão sexual do trabalho (força, virilidade, intrepidez, típicos das vivências extra domésticas) foi atribuída a positividade da identidade masculina; em contraste e em detrimento da diminuição da identidade feminina. Sobre essa gramática societal, e a partir dela, social e culturalmente, historicamente se erigiu um padrão social masculino e masculinizado; à sua imagem e controle, referencial e preferencialmente. A força social e cultural desse constructo é tamanha. Que se consolida como uma referência normativa, produzindo e reproduzindo-se em todos os aspectos da vida social. (HOWES, 2017, p.137-138)

Entende-se que as pedagogias culturais mesmo não tendo o objetivo de ensinarem acabam reproduzindo e construindo conhecimento. Diante disso, para que ocorra uma mudança significativa quanto à reformulação de discursos tidos como únicos, faz-se necessária a análise e reflexão dos diversos artefatos culturais que circulam, pois, eles, ao compartilhar determinados significados, ensinam configurando tipos particulares de identidades e de subjetividades.

3.3 Escrita feminina: tornar-se mulher é escrever-se

O artefato cultural que está sendo pesquisado é o livro *A casa das sete mulheres* que foi escrito por uma mulher, Leticia Wierzchowski, esse é o seu romance

de maior sucesso e mais conhecido pelo público, destaca-se internacionalmente tendo sido publicado em seis outros países, entre eles: Itália, Alemanha e Grécia. A obra foi adaptada pela Rede Globo e transformou-se em uma minissérie exibida em 2003, em 30 países. A autora possui mais de 28 livros escritos e é reconhecida popularmente como a “voz do romance” no Rio Grande do Sul com obras publicadas desde 1998, ano em que publicou seu primeiro romance: *O anjo e o resto de nós*, aos 26 anos. *A casa das sete mulheres* foi o seu quinto trabalho e foi com ele que alcançou o sucesso. De acordo com a autora, a história é inspirada em um trecho do livro “*Varões Assinalados*”, de Tabajara Ruas. A trilogia escrita por ela conta com os títulos: *A casa das sete mulheres*, *Um farol no pampa* e *Travessia* esse último relata a história de amor de Anita e Giuseppe Garibaldi encerrou-se em 2017, segundo informações dadas pela escritora Leticia Wierzchowski a Pablo Iglesias na Festa Literária em Santa Maria, no dia 13 de setembro de 2019.

Vê-se de maneira natural que ao se falar de Literatura, muitos referenciais masculinos surjam como que por mágica na mente das pessoas. Isso evidencia-se nas listas de leituras obrigatórias para seleções de vestibulares: Graciliano Ramos, José de Alencar, Machado de Assis, Érico Veríssimo, Casimiro de Abreu, Gonçalves Dias, dentre tantos outros. Porém, muitas mulheres têm uma atribuição significativa na arte da escrita, mesmo que não sejam reconhecidas, Romair Alves de Oliveira diz que:

A literatura de autoria feminina no Brasil oitocentista, acoplada à condição de subalternidade da mulher brasileira e ao desprestígio de sua escrita, ficou por muito tempo esquecida, dificultando seu resgate documental e o seu devido lugar no contexto histórico-literário de nossas letras. Porém a discussão em torno da problemática que envolve a escrita feminina foi, aos poucos, sendo delineada por noções e estudos que fazem uma revisão de ideias estabelecidas, enraizadas no contexto literário, o qual não deu o devido valor às obras de autoria feminina. Contudo as obras ficcionais femininas, embora marcadas, no século XIX, pelo espaço privado, podem ser consideradas como um início de vários questionamentos que põem em xeque as verdades dadas pela visão centrada no poder patriarcal e, conseqüentemente, nas produções literárias de autoria masculina. (OLIVEIRA, 2016, p. 97)

Por muito tempo, por questões históricas e culturais, as mulheres mantiveram-se inviabilizadas exercendo papéis estritamente domésticos e aos olhos da sociedade pouco relevantes, dessa forma, sendo limitadas a fazer parte de um espaço privado, não podendo participar na esfera pública assim como não tinham acesso à educação, Lygia Fagundes Telles observa que:

[...] a mulher vem tradicionalmente de uma servidão absoluta através do tempo e a mulher brasileira mais do que as outras mulheres do mundo...

Quando as mulheres do mundo já se comunicavam, através, por exemplo, das cartas, as correspondências das mulheres de salões, a mulher brasileira estava fechada em casa, vivendo a vida das senhoras das fazendas, da senhora da casa grande... Viviam aprisionadas. Não sabiam ler, não sabiam nem sequer escrever, não sabiam coisa nenhuma. Elas viviam numa servidão mais terrível do que as mulheres de outros países, inclusive da Europa (TELLES, 1997, p. 57).

Entretanto, as mulheres produziam/produzem Literatura e escreviam/escrevem seus textos. No início, havia, de forma mais pontual, nesta escrita, resquícios do ambiente privado ao qual eram confinadas e o “espelho”, em suas produções, daquilo que viviam, talvez, por isso não tiveram/tenham o reconhecimento social e cultural que deveriam ter, já que a nossa sociedade costuma atribuir maior valor àquilo que é produzido pelo universo masculino, nota-se pelo que articula Oliveira:

As mulheres escritoras imitavam, primeiramente, a escrita masculina e reproduziam, em seus escritos, o seu meio social. Não poderia ser diferente, principalmente, por causa da educação que lhes era ministrada e porque não eram estimuladas à cultura letrada. Uma das razões deste não reconhecimento é que a temática da literatura de autoria feminina estava, em princípio, relacionada aos problemas domésticos ou íntimos. Essa falta de envolvimento com questões importantes, como, a política, história e economia, fez com que a escrita feminina apresentasse pouca relevância no cenário literário da época. (OLIVEIRA, 2016, p. 97).

De modo velado e muito vagaroso, a escrita feminina vai emergindo, cedendo lugar a um espaço que ainda hoje está em construção, delineando identidades e criando ou reforçando representações. Através da escrita de Júlia Lopes de Almeida, percebe-se vestígios de um fazer literário em que a mulher passa a se representar e a partir da sua escrita, solta gritos ou em alguns momentos sussurros que foram guardados e abafados por muitos anos de história de silêncio, exclusão e submissão:

Sou uma boneca de carne e osso; não sou mais nada. A minha dependência é o motivo da felicidade que todos celebram ao redor de mim, como se fora favor dar um marido à sua mulher, casa, mesa e vestuário... A minha pena é pensar estas coisas e não saber dizê-las, para fazê-lo compreender a minha alma. [...] Quando me debruço sobre o ombro de meu marido para seguir-lhe a leitura, percebo no gesto suave com que ele afasta o livro dos meus olhos, esta significação: -Tu não entendes disto... vai-te embora... Eu retorno o meu lugar, um tanto envergonhada da ousadia, e ele segue sozinho nestas altas regiões do espírito, que me são vedadas. [...] Meu marido quer, meu marido não quer, e acabou-se! Entretanto, as nossas opiniões são desencontradas; mas, pela minha submissão, concordamos infalivelmente! Ele nem dá pelo sacrifício [...] É que o sacrifício da mulher é mudo, tanto quanto o do marido é barulhento. Fardo... boneca de carne... em resumo: parece que não me tomam por outra coisa [...] (ALMEIDA, 1922, p. 24-28).

Aqui está uma mulher falando/escrevendo sobre a sua situação de dependência, submissão, aprisionamento, vitimização, abafamento, direcionada para as tarefas restritas à casa, uma voz proibida de gritar, uma mente impedida de pensar

e de produzir conhecimento. Uma mulher que se encontra confinada a um ambiente privado, com suas vontades desautorizadas pelas normas estabelecidas pelo patriarcado, garantindo aos homens o poder de escolher o destino das mulheres. Sabe-se que recorrendo à escrita a mulher expõe a sua realidade, seu espaço, suas perspectivas e indagações, podendo recriar a sua condição social e cultural, subvertendo uma ordem pré-estabelecida por agentes sociais masculinos.

Muitos homens que participam desse universo literário discriminam a escrita feminina apoiando, quando apoiam, apenas aquilo que é favorável aos padrões androcêntricos ou que se enquadrem em suas visões pessoais, da mesma forma, que não possuem o hábito de ler produções de cunho feminino, como elucida Teresa de Lauretis:

Consideremos, por exemplo, a nova onda da crítica feminista feita por homens recentemente. Filósofos escrevendo no feminino, críticos lendo no feminino, o homem no feminino – de que trata tudo isso? Obviamente é um homem-nagem (o trocadilho é por demais tentador para não usá-lo), mas com que finalidade? Na maioria das vezes através de pequenas menções ou trabalhos ocasionais, tais trabalhos não apóiam ou valorizam o projeto feminista em si dentro da academia. O que eles valorizam e legitimam são certas posições dentro do feminismo acadêmico, posições que acomodam os interesses pessoais do crítico ou as preocupações teóricas androcêntricas ou ambas. Conforme observado na introdução de uma recente coletânea de artigos sobre *Gender and reading*, há evidência de que os homens são “leitores antagônicos” da ficção feminina. Mais exatamente, “não é que os homens não possam ler textos escritos por mulheres; é que eles não querem”. Tanto quanto nos mostra a teoria, essa evidência pode ser facilmente constatada na observação do índice de autores de qualquer livro que não se identifique especialmente como feminista. A pobreza de referências e críticas feministas e femininas é tão constante que se pode ficar tentada, como o foi Elaine Showalter, a receber com satisfação “o ingresso na crítica feminista de [renomados] teóricos do sexo masculino. E a tentação pode ser irresistível se, como as editoras de *Gender and reading*, nos preocuparmos com que “as discussões de diferenças de gênero não impeçam o reconhecimento de variabilidade individual e a base comum compartilhada por *todos os seres humanos* (p. xxix; grifos nossos). (LAURETIS, 1994, p. 232).

Os aspectos decisórios relacionados ao campo social, cultural e artístico eram e, em muitos momentos ainda são, de domínio masculino, ainda assim, as mulheres faziam-se e fazem-se presentes somando valor a esse mundo, inclusive, ao literário, mesmo que poucos registros existam no que concerne a essa temática, como bem declara Michelle Perrot:

Para escrever a história, são necessárias fontes, documentos, vestígios. E isso é uma dificuldade quando se trata da história das mulheres. Sua presença é freqüentemente apagada, seus vestígios, desfeitos, seus arquivos, destruídos. Há um déficit, uma falta de vestígios. Inicialmente, por ausência de registro. Na própria língua. A gramática contribui para isso. Quando há mistura de gêneros, usa-se o masculino plural: eles dissimula

elas. No caso de greves mistas, por exemplo, ignora-se quase sempre o número de mulheres. As estatísticas quase sempre são assexuadas. Principalmente no domínio econômico, nas estatísticas industriais ou naquelas do trabalho. A sexuação das estatísticas é relativamente recente, tendo sido demandada por sociólogas do trabalho feministas. Não é necessário conhecer para analisar? Há atualmente problemas análogos quanto às origens étnicas, cuja identificação causa graves divisões entre os demógrafos. Pelo casamento, as mulheres perdiam seu sobrenome, o que ocorria na França, mas não somente aí. É bastante difícil, e mesmo impossível, reconstituir linhagens femininas. A pesquisa demográfica chamada TRA, iniciada por Jacques Dupâquier, que estabeleceu a genealogia das famílias cujo patronímico começa por 75a, para estudar os fenômenos de mobilidade social, desistiu de incluir as mulheres por conta disso. O "recuo" do casamento, a possibilidade de escolher seu patronímico, tanto quanto aquele que se lega aos filhos, provavelmente complicarão o trabalho futuro dos demógrafos e dos genealogistas. Essa revolução do nome é rica em sentidos. (PERROT, 2007, p.20)

Muitas escritoras são expoentes no cenário literário mundial e destacam-se pela coragem de escrever em um meio dominado por homens em que o reconhecimento, muitas vezes, não aparece, algumas delas são: Jane Austen (1775-1817), autora do conhecido livro *Orgulho e Preconceito*, foi uma escritora inglesa. Utilizou da ironia para descrever as personagens de seus romances e isso a coloca entre os clássicos, haja vista sua aceitação, inclusive na atualidade, sendo constantemente objeto de estudo acadêmico, e alcançando um público bastante amplo; Mary Wollstonecraft Shelley (1797- 1851), nascida Mary Wollstonecraft Godwin, mais conhecida por Mary Shelley, foi uma escritora britânica, filha do filósofo William Godwin e da feminista e escritora Mary Wollstonecraft, autora do best-seller *Frankenstein*; Adeline Virginia Woolf, mais conhecida como Virginia Woolf (1882-1941), foi uma escritora (*Noite e dia*; *As ondas*; *O quarto de Jacó*; *A casa assombrada*, entre outras obras), ensaísta e editora britânica, destacou-se como uma das mais proeminentes figuras do modernismo; Nascida Agatha Mary Clarissa Miller (1890-1976), popularmente conhecida como Agatha Christie, ela foi uma escritora britânica que atuou como romancista, contista, dramaturga e poetisa, ganhou popularmente, em vida, a alcunha de "Rainha/Dama do Crime", pois a sua especialidade eram os romances policiais, tais como: *Assassinato no Expresso do Oriente*, *Morte na Mesopotâmia*, *Morte no Nilo*, *Aventura em Bagdá*, entre outros; Buchi Emecheta (1944), escritora nigeriana, alguns de seus romances *As Alegrias das Maternidade* e *Cidadã de Segunda Classe*. Nasceu em uma família com poucos recursos, ficou órfã de pai aos oito anos de idade, se casou aos dezesseis anos e se divorciou aos vinte e dois anos depois de viver uma relação abusiva e de violência doméstica, suas histórias se confundem com sua própria vida e

com a trajetória e cultura do país; Suzanne Marie Collins (1962) a qual é roteirista de ficção científica e literatura infanto-juvenil americana, conhecida pela trilogia *Jogos Vorazes* que virou filme sob título homônimo em 2012; Joanne Kathleen Rowling (1965) mais conhecida como J. K. Rowling, ela foi aconselhada por sua editora a abreviar os primeiros nomes para esconder seu gênero, pois sabermos se ela uma mulher poderia levar o público a não ler as suas obras, é uma escritora, roteirista e produtora cinematográfica britânica, notória por escrever a série de livros *Harry Potter*; Stephenie Meyer (1973), que é uma escritora americana, conhecida pelos best-sellers da série *Twilight*, com livros, inclusive, transformados em filme (*Crepúsculo*); Chimamanda Ngozi Adichie (1977) que é escritora nigeriana, feminista, é reconhecida como uma das mais importantes jovens autoras anglófonas de sucesso, atraindo uma nova geração de leitores de literatura africana, escreve romances, tais como: *Hibisco roxo*, *Meio sol amarelo*, dentre outros; Yaa Gyasi (1982), escritora ganesa. Yaa nasceu em Gana, mas cresceu no Alabama nos Estados Unidos. Em 2017 ela escreveu seu primeiro romance *O Caminho de Casa* e conseguiu destaque na lista dos autores com menos de 35 anos do National Book Foundation. Essas são algumas mulheres que se destacaram no âmbito mundial, muitas outras poderiam ser reverenciadas.

Também no Brasil, muitas estão mostrando a importância da mulher na Literatura Brasileira com uma escrita que cativa e influencia leitores: Ana Eurídice Eufrosina Barandas (1806-1863), considerada a primeira cronista do país; Nísia Floresta Brasileira Augusta (1810-1885) foi uma das primeiras mulheres a penetrar esse universo masculino na Literatura publicando textos em jornais. Foi pioneira na escrita que trata dos direitos das mulheres à instrução e ao trabalho no Brasil com o livro: *Direitos das mulheres e injustiça dos homens*, em 1932; Maria Firmina dos Reis (1822-1917) foi a primeira romancista negra brasileira. E um dos primeiros livros publicados por uma mulher no Brasil foi *Úrsula*, de sua autoria. Além disso, também reforçou sua posição antiescravista – já que ela ajudou a compor o hino da Abolição – em *A Escrava*, sendo ainda um ícone como a criadora da primeira escola mista e gratuita do estado do Maranhão; Rachel de Queiroz (1910-2003), escritora, autora de *O quinze* e *Memorial de Maria Moura*, dentre outras obras, foi a primeira mulher a ocupar uma cadeira na Academia Brasileira de Letras, ainda que não tenha feito de seu discurso de posse um símbolo da conquista, a oportunidade por si só representou um grande passo em direção à igualdade de gêneros; Carolina Maria de Jesus (1914-

1977) foi uma escritora, compositora e poetisa brasileira, conhecida por seu livro: *Quarto de Despejo: Diário de uma Favelada*, publicado em 1960. Foi uma das primeiras escritoras negras do Brasil e é considerada uma das mais importantes escritoras do país; Clarice Lispector (1920-1977), uma das escritoras brasileiras mais importantes do século XX, autora dos livros: *A hora da estrela*, *Laços de família*, dentre outros; Hilda de Almeida Prado Hilst (1930-2004), mais conhecida como Hilda Hilst, foi uma poeta, ficcionista, cronista e dramaturga brasileira, algumas de suas obras foram: *Tu não te moves de ti*, *Do amor*, *Cantares do sem nome e de partidas*. É considerada pela crítica especializada como uma das maiores escritoras em língua portuguesa do século XX; Nélida Pinon (1937), primeira mulher a ser Presidente da Academia Brasileira de Letras, autora de *Uma furtiva lágrima*, *Vozes do deserto*, dentre outros; Jarid Arraes (1991), que trabalha com a belíssima literatura de cordel. Em sua obra *Lendas de Dandara*, a autora aborda temas mais atuais, como as questões de gênero, o racismo, a sexualidade e as histórias de grandes mulheres negras no Brasil.

A tradição de que a mulher deve estar dentro de casa, lavando e passando roupas, cuidando dos afazeres domésticos e da prole, desempenhando primeiro o papel de dona de casa e de mãe, tendo esses como os papéis prioritários e depois se sobrar tempo dedicar-se à Literatura ou a outras atividades de cunho cultural está muito vivo ainda no contexto atual. Essa realidade é o reflexo da cultura patriarcal da sociedade em que se vive. O que aconteceu com Julia Lopes de Almeida comprova o referido:

Julia Lopes de Almeida atuou por mais de quarenta anos na vida literária carioca, do final de século XIX às primeiras duas décadas do século XX. Foi patrona da Academia Carioca de Letras, militou no Congresso Feminista presidido por Berta Lutz e participou da fundação da Academia Brasileira de Letras, para a qual foi indicada. Por pertencer ao gênero feminino, sua indicação, no entanto, não foi homologada, tendo sido eleito seu marido, o também escritor Filinto de Almeida. Autora de artigos em jornais e inúmeras revistas da época (*A Semana*, *O Paiz*, *Gazeta de Notícias*, *Revista do Brasil*), contos, comédias e romances, Julia Lopes teve muitos de seus romances reeditados e esgotados, verdadeiros sucessos editoriais em sua época. Contudo, seu nome permanece silenciado na historiografia literária brasileira, muito embora comentários críticos elogiosos tenham aparecido em ensaios de críticos como José Veríssimo, Temístocles Linhares, Lúcia Miguel Pereira, e Antonio Austregésilo, e a autora tenha sido comparada a Eça de Queiroz e Machado de Assis. (SCHMIDT, 2000, p. 91-92)

Uma sociedade que não consegue reconhecer o mérito de uma pessoa por pertencer ao gênero feminino é uma sociedade que precisa rever e visitar seus

conceitos dando nova significação àquilo que não pertence mais ao momento vivido. Tem-se ainda um modelo literário excludente, estabelecido de acordo com a sua sociedade e a sua cultura, que também exclui e discrimina. bell hooks menciona:

Em oposição aos estereótipos populares, professoras de Estudos de Mulheres não menosprezavam e não menosprezam trabalhos feitos por homens. Intervimos em pensamentos sexistas mostrando que o trabalho de mulheres é frequentemente tão bom e tão interessante, se não mais, do que trabalhos de homens. A chamada grande literatura produzida por homens é criticada apenas para mostrar os preconceitos presentes na abordagem de valores estéticos. Jamais tive ou sequer ouvi falar de uma aula do programa de Estudos de Mulheres em que trabalhos feitos por homens eram considerados menos importantes ou irrelevantes. Críticas feministas de cânones acadêmicos ou trabalhos literários totalmente masculinos expõem preconceito baseado em gênero. É importante notar que essas exposições foram essenciais para estabelecer um local de recuperação do trabalho de mulheres e um lugar contemporâneo para a produção de novos trabalhos por e sobre mulheres. (HOOKS, 2018, p. 35)

A escrita, de um modo geral, é de domínio masculino, as mulheres eram invisíveis na história, seus discursos eram baseados em perspectivas masculinas e suas vozes abafadas. Mesmo os homens ao falar das mulheres as generalizavam, como se caracterizar ou falar de uma estivessem falando de todas, observa-se o que diz Michelle Perrot:

Quanto aos observadores, ou aos cronistas, em sua grande maioria masculinos, a atenção que dispensam às mulheres é reduzida ou ditada por estereótipos. E claro que falam das mulheres, mas generalizando. "As mulheres são...", "A mulher é...". A prolixidade do discurso sobre as mulheres contrasta com a ausência de informações precisas e circunstanciadas. O mesmo ocorre com as imagens. Produzidas pelos homens, elas nos dizem mais sobre os sonhos ou os medos dos artistas do que sobre as mulheres reais. As mulheres são imaginadas, representadas, em vez de serem descritas ou contadas. (PERROT, 2007, p.17)

É o homem contando a história a partir da sua perspectiva, já que à mulher era dado o papel de dona do lar, ela deveria ocupar-se dos afazeres domésticos. As mudanças que envolvem o reconhecimento da produção da escrita feminina e o seu lugar no cenário brasileiro deram-se aos poucos, uma vez que a literatura de autoria feminina esteve relegada à margem da literatura de autoria masculina, pois "a sociedade não reconhecia na mulher outras aptidões a não ser a maternidade e a de senhora do lar" (STEIN, 1984, p. 22). A mulher tem uma escrita bastante característica e específica devido à posição em que se encontrava, vivia em um ambiente restrito: o lar, o acesso à educação era limitado e o contato com os livros, muitas vezes, era vigiado e monitorado por outrem.

O ambiente privado era o destinado à mulher, esse era o local de desenvolvimento de sua produção escrita, preferencialmente, o quarto, ou seja, o

privado às mulheres; o público aos homens. Também a elas era consentida a escrita de cartas e diários e, posteriormente, poesias e romances, campos íntimos e privados; a ciência, a filosofia e a história eram de domínio masculino, como salienta Michelle Perrot:

De maneira geral, a presença das mulheres nesses arquivos se dá em função do uso que fazem da escrita: é uma escrita privada, e mesmo íntima, ligada à família, praticada à noite, no silêncio do quarto, para responder às cartas recebidas, manter um diário e, mas excepcionalmente, contar sua vida. (PERROT, 2007, p. 28)

Ainda que a produção literária feminina fosse limitada, é um espaço para traçar-se uma história do papel articulado pela mulher no contexto social e cultural através do tempo. Inicialmente essa escrita pode revelar uma condição feminina imposta pelo masculino e não ser condizente com os desejos e necessidades da mulher, mas ao longo do tempo, ainda que lentamente, esse cenário vai sendo modificado levando em consideração a passagem do privado para o público. Lygia Fagundes Telles ilustra com a seguinte passagem:

A literatura feminina tem [...] uma fisionomia própria [...] decorrente da situação da mulher, das suas raízes históricas... a mulher vem tradicionalmente de uma servidão absoluta através do tempo e a mulher brasileira mais do que as mulheres do mundo (TELLES, 1997, p. 57).

Por meio da sua escrita, como o diário, crônicas, cartas, dentre outros, a mulher procurava revelar a sua postura e a sua condição social. O diário foi um instrumento eficaz para isso, embora, no Ocidente, não seja uma escrita, a princípio, feminina, observe-se: “Correspondência, diário íntimo, autobiografia não são gêneros especificamente femininos, mas se tornam mais adequados às mulheres justamente por seu caráter privado” (PERROT, 2007, p. 28).

Historicamente, os primeiros diários privados surgiram no Japão, na corte de Heian, aproximadamente em 960, escritos por homens e mulheres. O caminho literário feminino das mulheres do Oriente é diferente das do Ocidente, nessa os homens dedicavam-se à guerra e à luta, ambiente público; as mulheres aos afazeres domésticos, ambiente privado. No Ocidente, em um primeiro momento, os diários foram coletivos, para depois se transformarem em pessoais, escrituras do “eu”, tornando-se populares chegaram também às mulheres, que passaram a utilizá-los como uma maneira de registrar a sua rotina e os acontecimentos dos séculos XVIII e XIX. Os registros giravam em torno dos acontecimentos domésticos, o registro das questões relativas ao corpo e aos sentimentos era impróprio para a época.

Assinala-se que as cartas e os diários passaram a ser ferramentas de fuga ou revolta para as mulheres que faziam parte de uma sociedade marcada pela dominação masculina, como aponta Michelle Perrot:

A correspondência, entretanto, é um gênero muito feminino. Desde Mme. Sévigné, ilustre ancestral, a carta é um prazer, uma licença, e até um dever das mulheres. As mães, principalmente, são as epistológrafas do lar. Elas escrevem para os parentes mais velhos, para o marido ausente, para o filho adolescente no colégio interno, a filha casada, as amigas de convento. Suas epístolas circulam eventualmente pela parentela. A carta constitui uma forma de sociabilidade e de expressão feminina, autorizada, e mesmo recomendada, ou tolerada. (PERROT, 2007, p. 29)

Tanto a carta como o diário constituíram a escritura do “eu”, já que, segundo Perrot, referem-se a: “Uma forma de sociabilidade e de expressão feminina, autorizada, e mesmo recomendada, ou tolerada. Forma mais distanciada do amor, mais conveniente e menos perigosa do que o encontro, a carta de amor toma o lugar do próprio amor.” (PERROT, 2007, p. 29).

No final do século XIX e início do XX, o diário pessoal foi reconhecido como uma escrita do “eu” e caracteristicamente feminina em que sentimentos, indagações e reflexões foram expostos buscando uma autorreflexão bem como uma construção identitária, como salienta Perrot: “O diário ocupa, por um momento limitado, mas intenso, na vida de uma mulher, interrompido pelo casamento e pela perda do espaço íntimo. [...] Por um breve tempo permite a expressão pessoal.” (PERROT, 2007, p. 30).

O artefato cultural que está sendo pesquisado é construído a partir de um diário escrito pela sobrinha de Bento Gonçalves, um dos líderes da revolução, nele ela expõe o drama vivido ao longo dos 10 anos de guerra, os momentos de espera, a dor das perdas, a alegria das chegadas e a angústia das partidas. Essa escrita, na maioria das vezes, é edificada em seu quarto, um ambiente privado e intimista e, por meio dela, relata os seus sentimentos e os das outras mulheres que junto a ela estavam confinadas. Em seu diário Manuela explana as suas queixas, as suas críticas, as suas dores, os seus amores e os seus temores:

Eu vivia, então, para pensar nele, enchendo páginas e páginas do meu diário, cobrindo cadernos inteiros com frases de saudade e juras de amor que nunca se veria realizado. Eu ainda não sabia...Mal abandonava o quarto nas horas de refeições, ou quando D. Ana exigia de mim o cumprimento de alguma tarefa caseira. (WIERZCHOWSKI, 2003, p. 258)

A esse respeito, dirá Silva:

Manuela, sobrinha do General Bento Gonçalves, subverte o discurso hegemônico patriarcal, contrariando às demais, na medida em que expõe seus sentimentos, angústias e discordâncias durante os dez anos de guerra, relacionados à família, ao confronto ou mesmo à sociedade da época. Seus relatos, sob a forma de um diário, transmitem ao leitor impressões muito pessoais, mas perfeitamente relacionáveis às demais mulheres, já que os diálogos ocorridos entre as moradoras da estância muitas vezes demonstravam suas insatisfações. (SILVA, 2009, p. 11)

Essa escrita possui grande relevância já que dá voz a diversas mulheres. Por intermédio desses escritos/desabafos inicia-se a construção de um “eu”, a voz abafada das mulheres, na perspectiva delas mesmas, ainda que por muitos e muitas, essa seja considerada uma escrita vulgar e inferior em função do seu caráter intimista e subjetivo. “É graças a eles que se ouve o ‘eu’, a voz das mulheres. Voz em um tom menor, mas de mulheres cultas, ou, pelo menos, que têm acesso à escrita.” (PERROT, 2007, p. 30)

Ao construir esse diálogo intimista com o diário, pondo em palavras o que vinha abafado, rompendo silêncios que foram ditados culturalmente os quais não autorizavam que palavras não consentidas fossem ditas, as mulheres conseguiram se manifestar, ainda que isso fosse restrito ao ambiente doméstico e permitido àquelas que tiveram acesso às letras, atenta-se para o que menciona Michelle Perrot:

Uma mulher conveniente não se queixa, não faz confidências, exceto, para as católicas, a seu confessor, não se entrega. O pudor é sua virtude, o silêncio sua honra, a ponto de se tornar uma segunda natureza. A impossibilidade de falar de si mesma acaba por abolir seu próprio ser, ou ao menos o que se pode saber dele. (PERROT, 2005, p. 10)

Era o imaginário masculino que definia e conceituava o sujeito feminino. Por meio de seus discursos, ditava (e, ainda dita) regras daquilo que poderia ou não ser feito, sentido, realizado, pautado. Dessa forma, o acesso à escrita, mesmo que restrito, permitiu que a mulher se comunicasse e que explanasse o que pensava, tendo um olhar sobre si mesma e não pela literatura de autoria masculina.

As práticas de leitura e escrita femininas do século XIX são raramente abordadas e tendem a ser ofuscadas pela construção imagética da mulher pertencente ao ambiente doméstico, cuidadora dos(as) filhos(as) e daqueles que necessitavam da sua presença e responsável pelo andamento da casa, esse preceito tende ainda hoje a aparecer em diversas situações, como afirma Ana Maria Colling:

[...] mulheres ainda são apresentadas como morais, frágeis, dóceis, emotivas, amantes da paz, da estabilidade e da comodidade do lar, incapazes de tomar decisões, desprovidas da capacidade de abstração, intuitivas, crédulas, sensíveis, ternas e pudicas (COLLING, 2014, p.13).

Isso remete à atualidade das representações que continuam a definir o gênero a partir dos discursos misóginos na história. As habilidades que socialmente eram cobradas da mulher diziam respeito às tarefas de dona de casa, outras habilidades eram postas de lado. Dessa forma, há uma escassez de fontes que favoreçam a pesquisa da produção escrita feminina nesse período, em muitos momentos permitindo apenas inferências em relação a essas práticas. São muitas as autoras e os autores que destacam a obscuridade histórica imposta às mulheres. George Duby e Michelle Perrot, por exemplo, questionam:

Escrever a história das mulheres? Durante muito tempo foi uma questão incongruente ou ausente. Voltadas ao silêncio da reprodução materna e doméstica, na sombra da domesticidade que não merece ser quantificada nem narrada, terão mesmo as mulheres uma história? (DUBY; PERROT, 1990, p. 7).

A produção da escrita privada, como cartas e diários, as correspondências ditas familiares, eram uma das poucas maneiras de intervenção ou participação da mulher no espaço da escrita. Mas não se pode deixar de se esclarecer que as mulheres, sem dúvida, participaram/participam da produção histórica e literária, porém não pela “porta da frente”, e isso ocorre não só no setor cultural, todavia, também, em todos os outros setores da engrenagem produtiva e ativa da sociedade.

No Brasil, nas primeiras décadas do século XIX, o processo de escolarização da população estava iniciando. Havia um movimento para que a organização do ensino acontecesse. Vale salientar que essa escolarização era pensada de forma separada para meninos e meninas. Após, há registro da presença feminina nesses locais, as meninas constituíam 8% do total de alunos matriculados e no final do século, em 1889, a proporção chegou a 35% (MUNIZ, 2002).

Existia uma desproporção do público feminino e masculino no ambiente escolar, isso se devia, muitas vezes, à resistência familiar em não querer que suas filhas se afastassem do ambiente doméstico, seja por questões morais ou até mesmo em função da força laboral e manutenção da casa. Deve-se também considerar que o Estado proporcionou maiores oportunidades ao masculino do que ao feminino, a elas sendo possibilitado um acesso tardio, além de estipular conteúdos diferenciados ao gênero feminino e masculino. Observa-se o fragmento:

A primeira grande lei educacional do Brasil, de 1827, determinava que, nas “escolas de primeiras letras” do Império, meninos e meninas estudassem separados e tivessem currículos diferentes. Em matemática, as garotas

tinham menos lições do que os garotos. Enquanto eles aprendiam adição, subtração, multiplicação, divisão, números decimais, frações, proporções e geometria, elas não podiam ver nada além das quatro operações básicas. Nas aulas de português e religião, por outro lado, o conteúdo era o mesmo para meninos e meninas. - A questão é se as meninas precisam de igual grau de ensino que os meninos. Tal não creio. Para elas, acho suficiente a nossa antiga regra: ler, escrever e contar. Não sejamos excêntricos e singulares. Deus deu barbas ao homem, não à mulher — discursou o senador Visconde de Cayru (BA). (WESTIN, 2000, p. 1)

É necessário revisitar os espaços de silêncio construídos para as mulheres, essas que foram enclausuradas em um ambiente em que o pensar fazia-se ameaça, e essa prática de confinamento feminino permite entender a origem de muitas crenças e valores e de muitas práticas sociais opressivas as quais as mulheres foram submetidas, isso resulta de um poder simbólico o qual impõe papéis e identidades. O pretérito escondido pela bruma das representações hegemônicas necessita ser interpelado a partir de novos matizes e problematizações, com outros recursos interpretativos, elaborados fora do modelo androcêntrico.

Uma forma de controle era a distribuição da palavra escrita, que era privilégio do masculino (homens letrados, os escritores, os cronistas e os historiógrafos), a qual as mulheres não tinham acesso, ou tinham acesso muito restrito. Essa articulação resultou em um uso abusivo do poder em narrar, relatar e significar determinadas parcelas da realidade ligadas diretamente aos triunfos masculinos, aos grandes feitos heroicos, com pretensões de superioridade, até as representações do feminino eram feitas através do olhar masculino. Por muito tempo, a escrita e o saber estiveram – e ainda, talvez, estão – vinculados ao poder e foram e são usados como formato de dominação e de exclusão de determinadas vozes como a feminina.

O espaço da escrita feminina foi marcado por uma trajetória bastante dolorosa. Sabe-se que o saber e a escrita são utilizados como forma de dominação, por isso tidos, por muito tempo, como ferramentas exclusivas do homem. Diversas foram as mulheres que ainda com muito a falar não conseguiram se expressar e tiveram suas obras e intelectualidade sujeitadas ao masculino, mesmo assim o discurso hegemônico do patriarcalismo não conseguiu silenciar as vozes femininas, pois faziam-se ouvir em espaços diversos, conforme afirma Michelle Perrot:

Evidentemente, as mulheres não respeitaram essas injunções. Seus sussurros e seus murmúrios correm na casa, insinuam-se nos vilarejos, fazedores de boas ou más reputações, circulam na cidade, misturados aos barulhos do mercado ou das lojas, inflado às vezes por suspeitos e insidiosos rumores que flutuam nas margens da opinião. Teme-se a sua conversa fiada e sua tagaralice, formas, no entanto, desvalorizadas da fala. Os dominados

podem sempre esquivar-se, desviar as proibições, preencher os vazios do poder, as lacunas da História. (PERROT, 2005, p. 10)

Compreende-se que a história das mulheres narra e evidencia uma história de silêncios. Sussurros foram emitidos no decorrer do tempo, e eles foram decisivos para que uma nova perspectiva de vozes fosse ouvida. Os papéis eram definidos e às mulheres cabia uma história de confinamento, espera e intermináveis silêncios, como ilustra Leticia Wierzchowski na seguinte passagem:

Acordei hoje antes ainda da alvorada, e, como imaginei, lá estava a bruma cobrindo tudo, uma bruma úmida e gélida, e também um silêncio aterrador, um silêncio digno da pior espera. Demorou muito tempo para que um primeiro pássaro cantasse e, com seu canto, quebrasse a barra da noite, com seus presságios e sonhos angustiados. Caetana chorou esta noite, tenho certeza. Eu não chorei: ficaremos muito tempo reunidas nesta casa, unidas nesta espera, e algo me diz que as minhas lágrimas terão serventia apenas mais tarde... (WIERZCHOWSKI, 2003, p. 34).

Ao longo do tempo, pode-se dizer que algumas mulheres, em certa perspectiva, passaram a ver como natural a discriminação imposta pela sociedade e pelos homens, também normalizando atitudes que a elas eram dadas como naturais e intrínsecas, como a espera e os longos silêncios. Internalizando essa discriminação passou a aceitá-la como natural a sua posição de subordinada, mirando-se através de olhos masculinos viu a sua própria história ser contada por uma cultura que a discrimina. Sendo a história contada a partir de um prisma masculino, o feminino é compreendido como subalterno e inferior, por isso analisado fora da história, sua presença não foi registrada com ênfase, já que não convém aos padrões elencados pelo patriarcado. Libertar a história é falar de homens e mulheres, não é apenas narrar os fatos em que elas estavam presentes, mas reconhecer o processo histórico de exclusão que foi imposto a elas, assim pode-se desconstruir os padrões estabelecidos e construir bases mais sólidas, reais e igualitárias.

3.4 A Revolução Farroupilha

Existe uma relação muito íntima entre a história e a literatura e isso tem gerado várias discussões sobre os registros de fatos passados dos grupos sociais pertencentes a um dado período histórico. É importante mencionar que a representação dos fenômenos sociais através das narrativas está ligada à formação da memória social coletiva. Desse modo, a memória construída a partir do livro *A Casa das Sete Mulheres*, da autora Leticia Wierzchowski, não propiciaria novas formas de

compreender as revoluções gaúchas, mas suscitaria, em maior medida, o apreço pelo aspecto romanesco explícito no livro. Considerando a constituição da memória como um processo coletivo, oriundo de diferentes experiências, nem sempre unicamente pessoais, tem-se a revolução enquanto parte da história e a representação de uma história de amor (ou várias). Assim, a narrativa enfatiza o amor entre as personagens e a superação de barreiras como parte do contexto de guerra, a memória formada a partir dessas informações pode correlacionar as situações de amor e guerra atribuindo valor positivo a esses fatos. Vale destacar que a memória representada nas narrativas registra os fatos, mas é acrescida de informações atualizadas de acordo com o tempo de agora, já que a autora do livro é contemporânea e os fatos vividos na história datam da primeira metade do século XIX.

O tempo histórico trabalhado na obra *A casa das sete mulheres* é a Revolução Farroupilha, que aconteceu entre 1835 e 1845, como sinaliza Sandra Pesavento na seguinte passagem:

No Rio Grande do Sul, em 20 de setembro de 1835, eclode a Revolução Farroupilha, na mais longa das rebeliões regenciais, que por dez anos manteve uma luta armada contra as forças imperiais. O incidente que propiciou a eclosão da revolta deu-se no momento da inauguração da primeira Assembleia Legislativa Provincial, quando o presidente Fernandes Braga e o comandante de armas Sebastião Barreto Pereira Pinto acusaram Bento Gonçalves de conivência com caudilhos platinos, bem como de professar ideias republicanas. (PESAVENTO, 1990, p. 16)

Foram 10 anos de guerra, lutas, sangue, dores, amores desfeitos, amores construídos, mortes, nascimentos, saudades, pranto derramado, vidas interrompidas e espera, muita espera. O contexto político rio-grandense sofreu grandes mudanças desde o início do conflito em 1835 até o fim da Guerra Farroupilha, em fevereiro de 1845.

Primeiramente, forma-se o conflito, coordenado por homens que são destaque no Rio Grande do Sul: charqueadores, comerciantes, representantes da cúpula militar e grandes estancieiros. A princípio, tentou-se uma negociação com o governo brasileiro, mas como houve a continuação da política centralista da regência imperial, a revolta atingiu seu ápice com a proclamação da República Rio-Grandense.

Um período de certa estabilização ocorreu entre 1840 a 1842 das forças farroupilhas, já que ainda estavam recebendo apoio através da fronteira, como expões Sandra Pesavento:

No período de 1840 a 1842, registrou-se uma certa estabilização da guerra, na qual os farrapos continuaram recebendo reforços através da fronteira. O

governo central. Por seu lado, ainda não concentrara seus efetivos no Sul. Uma vez que, enfrentava rebeliões em outros pontos do país. (PESAVENTO, 1990, p. 22)

Em 1842, momento em que ficaram evidentes as desavenças entre as lideranças farroupilha. Aproximando-se o final do conflito e com o afastamento de Bento Gonçalves do governo em agosto de 1843 a polarização entre os líderes ficou ainda mais clara e o lado “minoritário” adquiriu volumoso poder no desdobramento do combate contra o Império. Aliado à instauração de Dom Pedro II como Imperador do Brasil, o poder de direção da guerra foi para o controle da “minoría”, resultando na pacificação do conflito no Acordo de Ponche Verde em 28 de fevereiro de 1845. Sandra Pesavento ilustra muito bem esse momento histórico:

A REVOLUÇÃO FARROUPILHA, eclodida em 20 de setembro de 1835, em nome das idéias federativas e contra o centralismo, evoluiu no ano seguinte para a proclamação de uma república - a REPÚBLICA RIO-GRANDENSE. O líder da revolta, BENTO GONÇALVES DA SILVA, militar e estancieiro, foi um típico representante dos grupos dominantes regionais. A grande duração do conflito – dez anos de lutas – foi possível porque durante todo esse tempo os farrapos receberam continuamente reforços em armas e animais através da fronteira com os países platinos. Por outro lado, a sustentação econômica da guerra foi possível porque o charque rio-grandense era contrabandeado para o Brasil através do porto de Montevideú, como se fosse de procedência uruguaia. Em 1845, terminou o conflito com a assinatura da PAZ DE PONCHE VERDE. Avizinhava-se novos conflitos na região do Prata, para os quais o Império brasileiro precisava o apoio militar do Rio Grande do Sul Para obter a paz e contar com os gaúchos do seu lado, o Império atendeu algumas das reivindicações dos farrapos: dificultou a entrada no Brasil do charque estrangeiro, permitiu que os gaúchos escolhessem seu governante e determinou que todos os farroupilhas poderiam passar para o exército brasileiro com os mesmos postos com que lutavam nas forças rebeldes. (PESAVENTO, 1985, p. 102)

Os que se revoltaram contra o governo imperial foram chamados de Farrapos ou Farroupilhas, isso, como refere Pesavento (1985), culminou com a Proclamação da República Riograndense. Eram militares, estancieiros, liberais, pessoas ligadas à maçonaria, escravos e abolicionistas. A princípio, não eram todos republicanos e separatistas, porém os novos rumos e acontecimentos levaram a esse fim. Os escravos também faziam parte desse exército esperando a liberdade prometida ao final do conflito, assim como os ex-escravizados que formaram uma unidade militar que ficou conhecida como *Lanceiros Negros*. Eram exímios combatentes de cavalaria armados com lanças compridas, que se entregavam à luta. Eles lutavam com a ciência de que a liberdade recém conquistada estava condicionada à vitória sobre o regime escravocrata do Império do Brasil.

É a partir desse contexto, em que uma elite pastoril não está satisfeita com a administração imperial que aconteciam as relações sociais as quais envolviam uma população com poucas pessoas com acesso à escolarização formal e a sua grande maioria analfabeta, nesse cenário as práticas sociais eram estabelecidas na campanha sul-rio-grandense durante a Revolução Farroupilha e eram reveladas na prática cotidiana.

Também se deve considerar que, independentemente do “lado” ao qual se postavam os líderes revolucionários, não existiu uma preocupação com a distribuição de renda ou a inserção das camadas populares nas esferas governamentais. Justificava-se isso em função do movimento ser formado por homens advindos das altas camadas sociais e do quanto esses homens que detinham o poder de decisão utilizaram-se dos menos favorecidos e, que, na maioria das vezes, não tinham escolha para usá-los como linha de frente nos conflitos. Atenta-se para o que menciona Sandra Pesavento:

A bagagem ideológico-liberal farroupilha comportava ainda as ideias de Rousseau no que dizia respeito à questão das liberdades ou direitos individuais do cidadão. O governo liberal almejado pelos rebeldes era aquele que, fundamentado na divisão de poderes e firmado sobre a lei, garantisse a soberania dos povos, assim como a vida, a liberdade e a propriedade dos cidadãos. Ora, na acepção local, a referência a “liberdades individuais” ou a “povo” dirigia-se exclusivamente à camada de homens livres e proprietários, únicos detentores de direitos políticos. Reconfirma-se, pois, o caráter acentuadamente elitista do movimento. Na sua experiência governamental, os farrapos tanto ratificaram o regime censitário do voto quanto legitimaram a escravidão. O fato de escravos terem sido alforriados no decorrer da revolução deve ser entendido não como uma tendência emancipacionista, mas em função das necessidades de guerra, que obrigava primeiro a dar a condição de homem livre ao escravo para depois armá-lo e torná-lo um combatente da causa rebelde. (PESAVENTO, 1990, p. 21-22)

Cabe destacar que a Revolução Farroupilha não se constituiu unicamente de aspectos políticos ou econômicos, pois trazia em seu cerne questões sociais e culturais que afetavam não só a Província e sua população, mas o Império como um todo. As relações sociais e as práticas que moviam o dia a dia da sociedade desenvolviam-se em um cotidiano atípico, pois era regido por uma batalha: mulheres⁵ também lutavam, ainda que em um ambiente, na maioria quase suprema, privado, interno, utilizando-se daquilo que sabiam fazer para que a guerra se desenrolasse:

⁵ Anita foi a mulher que Garibaldi encontrou em Laguna e que com ele seguiu para as suas lutas, deixando para trás todo o seu passado, participando ativamente das batalhas junto a Giuseppe Garibaldi. Uma mulher que contrariou os padrões sociais e culturais impostos, pois rompeu com o que se esperava da sua condição feminina.

em suas casas, cozinham, costuravam, cuidavam de suas crianças e esperavam pelos seus homens. Atenta-se para o que diz Michelle Perrot:

Em primeiro lugar, porque as mulheres são menos vistas no espaço público, o único que, por muito tempo, merecia interesse e relato. Elas atuam em família, confinadas em casa, ou no que serve de casa. São invisíveis. Em muitas sociedades, a invisibilidade e o silêncio das mulheres fazem parte da ordem das coisas. É a garantia de uma cidade tranqüila. Sua aparição em grupo causa medo. Entre os gregos, é a *stasis*, a desordem. Sua fala em público é indecente. "Que a mulher conserve o silêncio, diz o apóstolo Paulo. Porque primeiro foi formado Adão, depois Eva. E não foi Adão que foi seduzido, mas a mulher que, seduzida, caiu em transgressão." Elas devem pagar por sua falta num silêncio eterno. (PERROT, 2007, p. 16-17)

Percebe-se, no governo farroupilha, posições contraditórias quando se refere aos seus objetivos, por exemplo, compreender como adequada uma ação praticada por seus agentes e inadequada quando executada por outros: a questão do sequestro de bens dos desafetos ou não simpatizantes da República, prática orientada pelo governo farroupilha. Elucida-se também que, devido à lucratividade que trazia, a posse de escravos era uma prática comum sendo rotineiros os anúncios de fuga de escravos de estancieiros, comerciantes, militares e padres, com promessa de gratificação a quem os capturasse, apresentando outra contradição. Enquanto, por um lado, lutava-se por ideais de liberdade e de igualdade, por outro, eram senhores dependentes do trabalho escravo e anunciavam a fuga de escravos, indicando que os princípios republicanos estavam além do que pretendiam as lideranças da Revolução Farroupilha: a garantia da propriedade privada e a não intervenção nos interesses locais.

Também se ambicionava o fim da opressão, no entanto, oprimiam-se mulheres, fossem eles imperiais ou republicanos, ainda que muitas delas tenham tomado a frente, enquanto os homens partiam para a guerra, espaço público, elas, tomavam conta da casa, mesmo que depois tivessem que devolver a administração ao marido que voltava da guerra ou ao filho crescido, caso o marido não retornasse, como tão bem ilustra na passagem Hilda Flores:

Documentos amarelados de nossos arquivos, noticioso da imprensa nascitura, depoimentos do Processo dos Farrapos e dos viajantes europeus que aqui estiveram no período farroupilha revelam que, acuada, a mulher exerceu potencialidades até então adormecidas, no afã de salvaguardar os filhos e a propriedade. De habilidades várias, cada qual respondeu ao desafio a sua maneira, dentro de seus talentos. Juntas elaboraram o que hoje se reconhece como pré-feminismo, não formando escola porque a mulher, minoritária e de pouca cultura, devolveu administração ao filho crescido e auxiliou na reconstrução da pátria arrasada. (FLORES, 2013, p. 211)

Pessoas que não têm um conhecimento histórico aprofundado entendem que há o que se comemorar no dia 20 de setembro, porém ao analisar esse conflito mais de perto percebe-se que essa é uma celebração que foi idealizada, um conflito que durou 10 anos e no qual muitas vidas foram ceifadas em prol de um espírito de bravura idealizado.

4. CAMINHO METODOLÓGICO

O livro *A Casa das Sete Mulheres*, de Leticia Wierzchowski, passa-se no século XIX, no Rio Grande do Sul, durante o Período Regencial, em uma sociedade patriarcal que tem como pano de fundo a Guerra dos Farrapos. A personagem ficcional Manuela é quem dá a palavra as demais mulheres da casa, suas declarações ainda que de um tempo passado debruçam-se na contemporaneidade e (re)produzem questionamentos de uma voz social abafada. A narrativa define lugares diferentes para homens e mulheres, sinalizando o espaço social que deve ser ocupado por cada um deles: para os homens, a guerra (espaço público); para as mulheres, a casa (espaço privado), como ilustra Wierzchowski ao mencionar: “Ainda havia muitas atribulações no caminho até o pampa gaúcho. Enquanto ele navegava, eu bordava lençóis e colchas” (WIERZCHOWSKI, 2017, p. 171).

Em uma sociedade patriarcal, Manuela conta uma história sob a perspectiva feminina, dando voz a todas as outras que com ela vivem os dez anos de guerra, que aconteceu não apenas em um cenário externo, mas também no íntimo de cada um e uma, demarcando espaços, produzindo identidades e subjetividades. Ela escreve um diário que conta as conversas travadas entre os personagens e as personagens com confidências e diálogos referentes aos acontecimentos vividos entre os anos de 1835 e 1845, tempo que durou a Guerra dos Farrapos. Muitas são as vozes sufocadas em meio a proibições, lamentos, desesperos, amores idealizados, amores romantizados, amores construídos e esperas. Nesse contexto, ela nos agracia com o verbo proferido quando a ordem era calar.

Manuela e suas companheiras ficaram enclausuradas por longos dez anos na propriedade de sua tia Ana: na Estância da Barra, às margens do rio Camaquã, essas mulheres retratavam um grupo que já naquele tempo deveria, sob o jugo de uma sociedade machista, esperar, na sua forma semântica mais passiva possível, os homens decidirem o seu destino, pois essas faziam parte de um grupo marginalizado que não tinha vez, nem poder de decisão e que por muitos anos permaneceu oculto e que ainda hoje manifesta dificuldade de ser escutado. Traz o grito abafado de uma minoria que se encontra oculta por detrás de um discurso hegemonicamente masculino: as mulheres.

Considerando o pressuposto de que o campo dos estudos culturais não tem uma metodologia específica ou única, nesse trabalho foi utilizada a análise cultural,

pois essa oportuniza a problematização de alguns discursos que tendem a (re)produzir significados, posições, valores e representações presentes no campo social. Percebe-se através da análise cultural que os discursos concebem “de forma sistemática, versões do mundo social e natural e para o modo como ele posiciona os indivíduos nas relações de poder” (FISCHER, 2002, p. 86).

Há, no desenrolar do texto, um machismo sendo exaltado e reverberando pela fala da maioria das personagens e dos personagens, sinais de um tempo que ainda não foi superado. As atitudes e os espaços naturalizados como femininos e masculinos são no decorrer da narrativa muito bem colocados. Esse discurso produz efeitos, ao interpelar quem lê e atua na produção de identidades e subjetividades, como tão bem coloca Teresa de Lauretis:

[...] a construção do gênero ocorre hoje através das várias tecnologias do gênero (p. ex., o cinema) e discursos institucionais (p. ex., a teoria) com poder de controlar o campo do significado social e assim produzir, promover e “implantar” representações de gênero. Mas os termos para uma construção diferente do gênero também existem, nas margens dos discursos hegemônicos. Propostos de fora do contrato social heterossexual, e inscritos em práticas micro-políticas, tais termos podem também contribuir para a construção do gênero e seus efeitos ocorrem ao nível “local” de resistências, na subjetividade e na auto-representação. (LAURETIS, 1994, p. 228)

Desse modo, é importante atentar-se para a pedagogia dos artefatos culturais, pois sabe-se que através deles muitos discursos e muitas práticas sociais tornam-se naturalizadas e tidas como algo que faz parte do campo social. O livro *A Casa das Sete Mulheres* traz essas falas de maneira explícita, algumas vezes, de forma sutil, porém é perceptível a diferenciação feita entre homens e mulheres e justificada como natural sob o viés biológico. As pedagogias culturais constroem por meio de suas falas comportamentos que aos olhos de muitos se tornam naturais, como coloca Marisa Vorraber Costa:

Outra vertente de estudos tem sido aquela compreendida pela expressão “pedagogia cultural”, a qual, conforme Shirley Steinberg e Joe Kincheloe (2001, p.14), inclui “áreas pedagógicas” entendidas como “aqueles lugares onde o poder é organizado e difundido, incluindo-se bibliotecas, TV, cinemas, jornais, revistas, brinquedos, propagandas, videogames, livros, esportes, etc.” A partir desse entendimento, têm sido investigados tanto variados veículos da mídia jornalística, impressa e televisiva, contemplando não só matérias “informativas”, mas também peças publicitárias, quanto produtos de entretenimento, tais como filmes, desenhos animados, seriados da televisão; neles se tem buscado esquadriñar seus “ensinamentos”, pertencentes a uma gama também muito variada, partindo daqueles referentes à própria educação (escola, “progresso”, professora, aluno, etc.) e se espraiando para outros campos, como as lições para o bem e o mal, sobre masculinidade, sobre o que é ser mulher, sobre o que é ser índio, sobre o que é a nação,

sobre o magistério e a identidade nacional, sobre o que é natureza, sobre a tecnologia, sobre o nosso corpo, sobre a genética, como nossa relação com os animais nos constitui “humanos”, etc. Nessas lições, frequentemente se estabelece o normal e, concomitantemente, o desviante; o “progressista”, sinalizando para o “antiquado”; o “certo” sinalizando para o errado, em um panorama que, marcado pelas questões culturais, é naturalizado e mostrado como “moderno”, “atual”, “biologicamente condicionado”, “estando na ordem das coisas”. (COSTA, 2005, p. 115).

É nesse contexto, que a análise cultural gerada pelo campo dos Estudos Culturais chama a atenção para os enjambres socioculturais, nos quais os sujeitos são vistos como centro e como aqueles que dão significado e movimento à vida social. O livro visto como artefato e/ou (re)produtor de uma sociedade que se forma/deforma a partir de uma perspectiva que (re)produz conhecimento fincado em discursos de masculinidade hegemônica deve ser revisitado e revisado num cenário que favoreça a discussão e o diálogo referente a assuntos que tratem de feminilidade, gênero e sexualidade, desnaturalizando discursos tidos como reais, acabados e verdadeiros, mas que nada mais são do que ideias plantadas, ao longo do tempo, por pedagogias culturais, observa-se o que elucida Dagmar Estermann Meyer:

Inscreve-se, nesse pressuposto, uma articulação intrínseca entre gênero e educação uma vez que esta posição teórica amplia a noção de educativo para além dos processos familiares e/ou escolares, ao enfatizar que educar engloba um complexo de forças e de processos (que inclui, na contemporaneidade, instâncias como os meios de comunicação de massa, os brinquedos, a literatura, o cinema, a música) no interior dos quais indivíduos são transformados em – e aprendem a se reconhecer como – homens e mulheres, no âmbito das sociedades e grupos a que pertencem. Argumenta-se, ainda, que esses processos educativos envolvem estratégias sutis e refinadas de naturalização que precisam ser reconhecidas e problematizadas. (MEYER, 2003, p. 17).

Serão identificadas as questões de gênero, feminilidades e masculinidades na obra *A Casa das Sete Mulheres*, como também a naturalização de comportamentos ditos femininos ou masculinos que aparecem no discurso da obra e que se relacione a gênero e à feminilidade. Também será feita uma análise para identificar as convenções relacionadas às questões de gênero para posterior reflexão e discussão sobre o papel da mulher como sujeito passivo e de espera que não tem poder de decisão e que se encontra numa posição de total submissão aos mandos e desmandos masculinos e como esse discurso aparece no livro em questão. Além da análise de alguns elementos que serão apresentados superficialmente nesta pesquisa busca-se com a leitura do artefato identificar a ruptura ao discurso hegemônico, o qual

produz significados e requer uma luta coletiva para que discursos tidos como reais e produzidos nas diversas esferas sociais sejam tocados.

Aquilo que se lê, se vê, se ouve e se percebe deve ser problematizado e questionado, pois muitos discursos⁶ tornam-se “verdadeiros” a partir de estratégias utilizadas por pedagogias culturais, o contexto deve ser levado em conta, deve-se estudar os artefatos culturais tanto como um produto, quanto em sua representação e representatividade em relação ao receptor. Atenta-se para o que menciona Marlucy Alves Paraíso:

[...] construímos nossas metodologias de pesquisas com o pressuposto de que o discurso tem uma função produtiva naquilo que diz. Esse pressuposto, apreendido dos trabalhos de Foucault (1988; 1995; 1996) que entende que os discursos “são práticas que formam sistematicamente os objetos de que fala” (FOUCAULT, 1995, p. 56), é importante para construirmos nossas metodologias de modo a buscar seu funcionamento e o que ele produz. Consideramos que a “realidade” se constrói dentro de tramas discursivas que nossa pesquisa precisa mostrar (PARAÍSO, 2014, p. 30).

Desse modo, a metodologia utilizada foi a análise cultural, tendo por base os estudos culturais, em suas vertentes pós-estruturalistas. O livro *A Casa das Sete Mulheres* foi utilizado como artefato cultural visando problematizar as representações sociais (gênero, feminilidade, masculinidade, sexualidade) (re)produzidas no objeto de estudo em questão, que se apresenta como uma pedagogia cultural e por isso dissemina conceitos, algumas vezes, construídos como únicos e verdadeiros, tornando-os naturalizados aos olhos da sociedade. Dialogar e problematizar esses discursos faz-se necessário, já que tudo que foi construído socialmente pode ser também reconstruído.

⁶ Amplamente utilizado em diversas perspectivas de análise social, com variadas ênfases e conotações. Formalmente definido, o termo refere-se, em geral, a complexos verbais mais extensos do que uma simples sentença. Focalizam-se, em geral, conjuntos de expressões verbais amplos, identificados com certas instituições ou situações sociais como, por exemplo, o discurso da Ciência, o discurso jurídico, o discurso médico, o discurso da Pedagogia, o discurso da sala de aula. Nas perspectivas críticas, a ênfase está nas formas pelas quais os recursos retóricos e expressivos do discurso são utilizados para a obtenção de certos efeitos sociais, isto é, a preocupação está nas conexões entre discurso e poder. No contexto da crítica pós-estruturalista, o termo é utilizado para enfatizar o caráter lingüístico do processo de construção do mundo social. Particularmente, o filósofo francês Michel Foucault argumenta que o discurso não descreve simplesmente objetos que lhe são exteriores: o discurso “fabrica” os objetos sobre os quais fala. Assim, ele analisou, por exemplo, a sexualidade e a loucura como efeitos de certos “saberes”, vistos como formas particulares de discurso (SILVA, 2000, p. 43).

5 APRESENTAÇÃO DOS ARTIGOS

5.1 AS CONVENÇÕES DE GÊNERO PRESENTES NO ARTEFATO CULTURAL A CASA DAS SETE MULHERES

5.1.1 Resumo: O presente artigo tem como objetivo analisar as representações de gênero e sexualidade na obra *A Casa das Sete Mulheres*, de Leticia Wierzchowski. Sabe-se que desde o nascimento a família e a sociedade ensinam aquilo que se pode e aquilo que não se pode fazer de acordo com o gênero. A Literatura também corrobora para fixar esse doutrinamento, visto que problematiza questões sociais pertinentes a um determinado período. Tendo em vista a disseminação dessas ideias nos espaços sociais e a persistente visão de uma hierarquização do que é ser homem e mulher e ainda da perpetuação do machismo urge a necessidade de um debate acerca das questões de gênero. Na análise da obra, ficaram evidentes determinadas convenções naturalizadas durante o discurso da autora, essas convenções são difundidas no artefato cultural pesquisado e devem ser discutidas para que conceitos arraigados e tidos como verdadeiros sejam analisados e confrontados. Justifica-se a análise e discussão das questões de gênero no livro *A Casa das Sete Mulheres*, em função do entendimento de que o conhecimento é produzido em diversas situações e a aprendizagem se dá de diversas formas, e o livro é um artefato pedagógico, ou seja, ele reforça e ensina determinadas convenções de gênero ao interpelar as pessoas e na leitura também contribui para ensinar essas questões.

Palavras-Chave: gênero; estudos culturais; pedagogias culturais.

5.1.2 PARA COMEÇO DE CONVERSA

O artefato cultural em questão, *A Casa das Sete Mulheres*, de Leticia Wierzchowski⁷, conta a história das mulheres da família de Bento Gonçalves – um dos líderes da Revolução Farroupilha, que buscava a independência da província do Rio Grande do Sul do Império do Brasil. Sua esposa, filha, irmãs e sobrinhas ficaram em isolamento na fazenda da Barra, propriedade de uma das irmãs de Bento Gonçalves, Ana Joaquina da Silva Santos e de seu marido, para que fossem protegidas durante a guerra (Revolução Farroupilha (1835 – 1845)). Manuela, a sobrinha mais nova do líder Bento Gonçalves é quem conta parte da história: as pequenas alegrias, as tristezas, às vezes, escondidas, a melancolia nos entardeceres, a angústia que nascia

⁷ WIERZCHOWSKI, Leticia. **A Casa das Sete Mulheres**. Bertrand Brasil, 2017. O livro analisado não está nas referências do artigo, pois trata-se do objeto de análise e não do referencial teórico.

junto com cada raio de sol, a solidão registrada em cada cômodo, as lembranças que queriam ser esquecidas e também aquelas que faziam questão de serem lembradas, no diário, eram guardados os segredos, ali as lágrimas ficavam trancafiadas e os sorrisos, muitas vezes, morriam e a esperança renascia como alma teimosa que não quer ir embora.

Por entender que os artefatos culturais produzem conhecimento através do seu discurso, percebe-se a importância de analisar as convenções de gênero⁸ e sexualidade⁹ presentes no objeto de análise em questão, a obra *A Casa das Sete Mulheres* de Leticia Wierzchowski, que é um romance que foi contextualizado na Revolução Farroupilha, conflito que ocorreu entre os anos de 1845 e 1945. Em vista disso, o artigo tem como objetivo analisar as representações de gênero e sexualidade presentes na obra *A Casa das Sete Mulheres*. Fundamenta-se nos Estudos Culturais, na perspectiva pós-estruturalista e nos Estudos Feministas.

5.1.3 CAMINHOS PERCORRIDOS

Levando em conta a premissa de que o campo dos Estudos Culturais¹⁰ não tem uma metodologia específica ou única, nesse artigo será utilizada a análise cultural, pois essa oportuniza a problematização de alguns discursos que tendem a (re)produzir significados, posições, valores e representações presentes no campo social. Percebe-se através da análise cultural que os discursos¹¹ concebem “de forma

⁸ “O termo “gênero” torna-se, antes, uma maneira de indicar “construções culturais” – a criação inteiramente social de idéias sobre papéis adequados aos homens e às mulheres. Trata-se de uma forma de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas de homens e de mulheres. “Gênero” é, segundo essa definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado. Com a proliferação dos estudos sobre sexo e sexualidade, “gênero” tornou-se uma palavra particularmente útil, pois oferece um meio de distinguir a prática sexual dos papéis sexuais atribuídos às mulheres e aos homens” (SCOTT, 1995, p. 75).

⁹ “Um dos principais desafios dos estudos e pesquisas sobre a sexualidade é compor um retrato panorâmico de sua polissemia, pois, mesmo sendo uma noção bastante conhecida, ela ainda se encontra aberta a novos sentidos que variam de acordo com diferentes contextos e situações, o que torna a pretensão de historiar ou dissecar esse tema em sua ilimitada abrangência uma tarefa difícil. No entanto, podemos pensar a sexualidade como um conceito empírico, analítico e político que passa por constantes alterações, sendo a sua construção parte de um processo complexo, que envolve, ao mesmo tempo, aspectos individuais, sociais, psíquicos e culturais que carregam historicidade e envolvem práticas e simbolizações” (HEILBORN, 2006; CURADO, 2019, p. 669).

¹⁰ “Os Estudos Culturais podem ser definidos com uma tradição intelectual e política; ou em suas relações com as disciplinas acadêmicas; ou em termos de paradigmas teóricos; ou ainda, por seus objetos característicos de estudo” (ESCOSTEGUY, 2000, p. 19-20).

¹¹ “[...] número limitado de enunciados para os quais podemos definir um conjunto de condições de existência, ou como domínio geral de todos os enunciados, grupo individualizável de enunciados, prática regulamentada dando conta de um certo número de enunciados são algumas delas” (FOUCAULT, 1986, p. 90; p. 135).

sistemática, versões do mundo social e natural e para o modo como ele posiciona os indivíduos nas relações de poder” (FISCHER, 2002, p. 86).

Muitos discursos tornam-se “verdadeiros” a partir de estratégias utilizadas por pedagogias culturais, por isso deve-se problematizar e questionar aquilo que se lê, se ouve e que é entregue pelos meios de comunicação e mídia às pessoas, esses discursos constroem posicionamentos sociais.

Dessa forma, a metodologia utilizada, neste trabalho, é a análise cultural, tendo por base os estudos culturais, em suas vertentes pós-estruturalistas. O livro *A Casa das Sete Mulheres* é compreendido como artefato cultural¹² visando problematizar as representações sociais (gênero, feminilidade, masculinidade, sexualidade) (re)produzidas no objeto de estudo em questão, que se apresenta como uma pedagogia cultural e por isso dissemina conceitos, algumas vezes, construídos como únicos e verdadeiros, tornando-os naturalizados aos olhos da sociedade.

O campo dos Estudos Culturais em educação tem sido um espaço intelectual que se dedica a examinar estes novos lugares de produção de sujeitos. De acordo com o vocabulário de teoria cultural de Tomaz Tadeu da Silva “[...] qualquer instituição ou dispositivo cultural que, tal como a escola, esteja envolvido — em conexão com relações de poder — no processo de transmissão de atitudes e valores, tais como o cinema, a televisão, as revistas, os museus etc. (SILVA, 2000, p. 89), pode ser entendido como uma pedagogia cultural. A compreensão de que diferentes artefatos da cultura são produtivos na formação dos sujeitos encontrou nos Estudos Culturais e nas discussões e análises sobre pedagogias culturais fundamentação teórica pertinente.

Entende-se que o conhecimento se dá em diversos momentos e situações e, a aprendizagem não acontece de maneira estanque, sendo o livro *A Casa das Sete Mulheres* um artefato cultural ele pode fortalecer e até ensinar certas convenções de gênero quando as pessoas o leem e com ele interagem, pois não se aprende de uma única forma e a partir de determinados artefatos pedagógicos muitos entendimentos são construídos e outros repensados.

Durante a leitura da obra *A Casa das Sete Mulheres*, percebeu-se muitas convenções de gênero sendo reforçadas pela autora, atribuindo características e

¹² “a idéia que regula um exercício particular de poder, uma maneira de pensar, analisar e definir os elementos que, em sua natureza e relações, concorrem para efeitos específicos de poder” (MAKNAMARA, 2011, p. 132).

comportamentos às mulheres e aos homens como algo natural e cristalizado, dando a entender que cada um deles e delas nasce com essas características e, portanto, são imutáveis, pois desenvolver-se-ão naturalmente. Sabe-se que artefatos culturais através de seus discursos reproduzem e reafirmam comportamentos sociais, o livro como objeto de estudo dessa pesquisa foi analisado tomando como categoria: gênero e tendo como base os Estudos Culturais e os Estudos Feministas em suas vertentes pós-estruturalistas.

5.1.4 PROSEANDO COM AS MULHERES

Sete mulheres; sete vidas; sete destinos; sete rosários; sete amores: Caetana Joana Garcia Gonçalves da Silva, Perpétua Garcia Gonçalves da Silva, Ana Joaquina da Silva Santos, Maria Manuela Gonçalves da Silva Ferreira, Rosário Gonçalves da Silva Ferreira, Mariana Gonçalves da Silva Ferreira e Manuela de Paula Gonçalves da Silva Ferreira. Mulheres confinadas em uma estância tecendo seus dias, vivendo seus infortúnios e compartilhando dores e alegrias.

Caetana Joana Garcia Gonçalves da Silva, esposa de Bento Gonçalves, é uma mulher tida como bonita pelos padrões da época. O discurso da beleza relacionado ao feminino é muito presente na obra o que ratifica a objetificação da mulher, disciplinando o seu corpo e ditando um padrão a ser alcançado.

Era dedicada mãe aos filhos e sabia compartilhar o marido com os conflitos nos quais ele se envolvia com frenética frequência. Quando ele se encontrava em casa a sua preocupação era reforçada e sua paixão por ele era evidente, atenta-se para a passagem a seguir:

Caetana Joana Francisca Garcia Gonçalves da Silva fez força para conter o leve tremor que assaltou suas carnes, mas foi em vão. Baixou os olhos para a mesa, e em suas retinas dançava ainda o vulto de seu adorado Bento, montado no alazão, usando o dólmã, espada na cintura e as botas negras que cutucavam o cavalo com as esporas de prata. (WIERZCHOWSKI, 2017, p. 28)¹³.

Caetana é apresentada como uma mulher realizada e feliz, percebe-se que essa realização está fortemente ligada ao fato de ter casado com o homem que amava:

Na sua juventude, fora a mais bela mulher de Cerro Largo. Os pretendentes cortejavam-na, disputavam um olhar seu durante a missa, uma dança, por mais curta

¹³ Os excertos do livro *A Casa das Sete Mulheres* analisados neste artigo serão destacados em itálico.

que fosse. Sim, muitos homens haviam se apaixonado por ela. E, um dia, quando tinha quinze anos, conhecera Bento Gonçalves da Silva. Bento era um jovem moreno, cheio de energia e de sonhos. Fazia negócios de gado com seu pai. Certa feita, num baile, os dois se encontraram e dançaram juntos. Caetana nunca mais fora a mesma após esse encontro. Casaram logo depois, com uma grande festa. Ela ainda recordava a textura do cetim do seu vestido de noiva. (WIERZCHOWSKI, 2017, p. 364).

A esposa de Bento, em inúmeras situações fingia não ver o que estava acontecendo e Bento, por sua vez fingia não saber que ela percebia, ou não se importava com a sua percepção, um mentindo ao outro sobre o que realmente estavam sentindo. Isso vem sendo construído desde muito cedo, já na infância o homem é ensinado a mentir, dizendo que não sente dor, quando sente; a mulher deve esconder os seus sentimentos, mentindo que está tudo bem quando não está. bell hooks reforça mencionando que “homens aprendem a mentir como forma de obter poder, e mulheres não apenas fazem o mesmo como também mentem para fingir que não têm poder” (HOOKS, 2021, p. 58). Essa forma de comportamento é ensinada e incentivada desde a mais tenra infância, sendo a mentira um entrave, criando a representação de que o homem é forte por natureza e não possui sentimentos e a mulher é frágil e chora por qualquer coisa, sendo que, há uma construção de poder estipulada para um e outro gênero: mulheres são frágeis e homens são fortes. Essa construção tende a dizer que o homem é superior à mulher, inferiorizando-a e fragilizando-a, Ana Maria Colling coloca:

Responsáveis pelas construções conceituais, hierarquizaram a história, com os dois sexos assumindo valores diferentes; o masculino aparecia sempre como superior ao feminino. Este universalismo que hierarquizou a diferença entre os sexos, transformando-a em *desigualdade*, mascarou o privilégio do modelo masculino sob a pretensa neutralidade sexual dos sujeitos. (COLLING, 2014, p. 21).

Também constata-se que há uma submissão das mulheres em relação aos homens transparente durante toda a narrativa, o erro era uma prerrogativa masculina, às mulheres isso era vetado. O homem podia fazer o que quisesse e a mulher deveria aceitar e relevar esse comportamento, pois segundo os padrões estabelecidos fazia parte do instinto masculino. As mentiras, as traições, a quebra de acordos e demais comportamentos quando vindos do homem deveriam ser relevados, já as mulheres deveriam ter um rigor comportamental que era ditado por esses mesmos homens e pela sociedade patriarcal na qual estavam inseridos, percebe-se o discurso de bell hooks:

Para compreender por que as mentiras masculinas são mais aceitas em nossa vida, precisamos compreender a forma como o poder e o privilégio são concedidos aos homens simplesmente por serem homens, dentro de uma cultura patriarcal. O próprio conceito de “ser homem”, ser “homem de verdade”, deixa sempre subentendido que, quando necessário, homens podem cometer ações que quebrem as regras, que estejam acima da lei. O patriarcado nos diz diariamente, nos filmes, na televisão e nas revistas, que homens poderosos podem fazer o que bem entendem, que é essa liberdade que os torna homens. (HOOKS, 2021, p. 58).

Perpétua conheceu Inácio José de Oliveira Guimarães no dia do enterro de seu tio Paulo, ainda que consternada com a situação, não conseguia deixar de notar o fazendeiro que viera prestar homenagem ao vizinho:

Perpétua caminhava rapidamente, a tristeza pela morte do tio misturava-se a uma euforia estranha: quem era aquele homem? Sentiu que seu coração batia mais rápido, sob o peitilho de renda negra do vestido. Fez o sinal-da-cruz. Devia ser pecado pensar nessas coisas num momento daqueles. Alguns metros à sua frente, Inácio José de Oliveira Guimarães prosseguia com seu passo firme. Perpétua admirou-lhe a nuca de pele clara, os cabelos negros bem compostos. Era um homem garboso. (WIERZCHOWSKI, 2017, p. 106).

Caetana tendia a passar para a filha Perpétua Garcia Gonçalves da Silva, suas concepções sobre a vida. Filha mais velha de Bento Gonçalves e Caetana, é considerada, conforme os padrões em vigor da época, uma boa moça. Como as demais era alegre e ansiava pelo casamento, temendo que a guerra comprometesse o seu futuro. Obediente, carinhosa, devota e prestativa, ela não questionava a necessidade de ser protegida e mesmo acostumada ao luxo, teve uma boa adaptação à estância. Tendo nascido em uma família totalmente tradicional, e sendo criada nos rígidos padrões patriarcais estabelecidos pela sociedade da época, Perpétua aceitava passivamente o que lhe era imposto sem questionar, pois fazia eco àquilo que lhe foi passado pelas mulheres que a precederam.

Teresa, esposa de Inácio, era o empecilho na relação dos dois, ainda assim havia certa naturalidade no sentimento que unia Inácio e Perpétua e também uma aceitação por parte da família, em função da grave doença da esposa e por estarem vivendo um tempo atípico: um tempo de guerra. Apesar das demonstrações de afeto entre Inácio e Perpétua, o contato entre os dois nunca passou de olhares, conversas e trocas de livros, interesse que possuíam em comum e que se tornava pretexto para os encontros. Ainda que ambos tentassem disfarçar, o sentimento era conhecido por todos e não havia reprovação por parte da família:

Durante a convalescença de José, o senhor Inácio veio nos visitar muitas vezes. Não escapava a nenhuma de nós o motivo real daquelas suas aparições: estava ele enamorado de Perpétua, e era por ela plenamente correspondido, embora essa

paixão não passasse de alguns olhares trocados, de rubores súbitos no rosto da prima, e de uns empréstimos de livros que os dois promoviam entre si, mais com o intuito de conhecerem seus gostos do que com o desejo de ter leitura para as horas vagas do dia. (WIERZCHOWSKI, 2017, p. 168).

Perpétua era constantemente vigiada pela família nos encontros com Inácio, a autora proferindo esse discurso reforça a construção do quanto a sexualidade feminina é supervisionada e monitorada, não tendo, muitas vezes, a mulher, o poder de escolha sobre o seu próprio corpo e a sua sexualidade, observa-se o discurso de Guacira Louro:

Um homem ou uma mulher “de verdade” deverão ser, necessariamente, heterossexuais e serão estimulados para isso. Mas a sexualidade deverá ser adiada para mais tarde, para depois da escola, para a vida adulta. É preciso manter a “inocência” e a “pureza” das crianças (e, se possível, dos adolescentes), ainda que isso implique no silenciamento e na negação da curiosidade e dos saberes infantis e juvenis sobre as identidades, as fantasias e as práticas sexuais. Aqueles e aquelas que se atrevem a expressar, de forma mais evidente, sua sexualidade são alvo imediato de redobrada vigilância [...]. (LOURO, 2000, p. 17).

Passa-se a ideia de que isso decorre do fato de ser necessário evitar que ela ficasse solteira, bem como vigiar a sua virgindade e evitar uma gravidez, já que era a mais velha das moças, e da posição social de Inácio que era superior à dos outros, mais uma vez padrões sendo reforçados, há a “idade certa” para casar, assim como o casal deve ser heterossexual. Teresa morreu e o caminho ficou aberto para Perpétua. Inácio a visita na Estância da Barra um mês após o falecimento da esposa.

O tempo de noivado foi de seis meses, considerado adequado para honrar a memória de Teresa e para preparar o enxoval. O casamento foi aceito por todos(as), a guerra tornou-se justificativa para o que seria impróprio em tempos normais. Não havia nenhum questionamento quanto ao fato de casarem com tanta rapidez. O formato de casamento descrito pela autora é mais uma das convenções impostas e definidas pela sociedade patriarcal e machista da época. Na análise percebe-se que o casamento deve seguir determinadas normas: servir para a procriação, o casal deve ser heterossexual e a mulher deve se submeter ao marido, ficando em uma posição de inferioridade, essa é a regra estabelecida. Observa-se o discurso de Valeska Zanillo:

O que se pregava era a orientação para o casamento, devendo o sexo ser apenas exercido com a finalidade de procriação. O casamento era indissolúvel e não deveria ter nada de amor-paixão ou sentimento parecido. Propagando a mentalidade patriarcal e machista, a Igreja defendia uma hierarquia no matrimônio, na configuração de papéis de homens e mulheres. Se, de um lado, ao homem era dada certa liberdade sexual, marcada pela

poligamia consentida (pecado perdoável e até esperado: a vivência do amor-paixão com mulher fora do casamento), houve forte controle da sexualidade feminina. A mulher ideal, para casar, era aquela tida como pura, generosa, fiel e assexuada. Nela valorizava-se como “capital” matrimonial o recato e a virgindade. Além disso, deveria ser obediente, submissa e provedora de um amor que inspirasse apenas a ordem familiar (ZANELLO, 2018, p. 64).

Ana Joaquina da Silva Santos era a proprietária junto ao marido da Estância da Barra, local em que as sete mulheres ficaram por dez longos anos à espera do término da guerra. Pode-se dizer que Dona Ana era retratada pela autora como uma típica senhora que trazia muitas das características femininas definidas pelo padrão cultural em vigor: era paciente, calma, religiosa, zelosa, cuidava da casa, da cozinha, especialmente. No entanto, é complexa em sua simplicidade, pois em público demonstra um comportamento bastante previsível, mas revela-se em sua intimidade. Há momentos em que está nervosa e deixa a sua raiva aparecer: *Dona Ana tinha o rosto sisudo, estava rabugenta, era o seu modo de esconder a angústia. Reclamou com as negras¹⁴, achou a carne dura, a abóbora salgada demais. (WIERZCHOWSKI, 2017, p. 75).* É importante entender o que menciona Ana Maria Colling sobre essa questão:

Um discurso negativo apresenta as mulheres como criaturas irracionais e ilógicas, desprovidas de espírito crítico, curiosas, indiscretas, incapazes de guardar segredo, pouco criativas, em especial nas atividades do tipo intelectual ou estético, temerosas e covardes, escravas de seu corpo e de seus sentimentos, pouco aptas para dominar e controlar suas paixões, inconsequentes, histéricas, vaidosas, traidoras, invejosas, incapazes de serem amigas entre elas, indisciplinadas, desobedientes, impudicas, perversas, etc. São as Evas, as Dalilas e outras tantas figuras míticas criadas para reforçar estes estereótipos. Outro corpo de discursos, aparentemente menos negativo, apresenta-as como morais, frágeis, dóceis, emotivas, amantes da paz, da estabilidade e da comodidade do lar, incapazes de tomar decisão, desprovidas de capacidade de abstração, intuitivas, crédulas, sensíveis, ternas e pudicas. Necessitam, por natureza, serem submissas, dirigidas e controladas por um homem. Em ambos os casos, mesmo que de maneira contraditória (a mulher ardente, a mulher fria; a mulher pura, a mulher que contamina), o discurso simbólico remete a uma natureza feminina, morfológica, biológica e psicológica. (COLLING, 2014, p. 45).

Dona Ana foi ensinada, ao longo da vida, a manter a calma e ser paciente, mas não há como ser assim o tempo todo diante de tantas tragédias que afloraram em seu lar: a morte do marido foi uma delas e, logo a seguir, veio o falecimento do filho o qual

¹⁴ O livro fala de um período anterior à abolição da escravatura, já que os eventos ocorrem entre os anos de 1835-1845. Havia uma divisão bastante evidente na casa: as mulheres brancas eram as senhoras e aquelas que mandavam e as negras eram as escravas que serviam as suas patroas (brancas).

ela não pôde nem sequer enterrar. Ao saber que o marido estava voltando para casa ferido, sua reação assemelhou-se às demais, demonstrando praticidade nas decisões, não diferindo daquilo que tem o costume de fazer: executar tarefas domésticas. Para manter o equilíbrio e a lucidez, cumpria essas tarefas, repetindo o que lhe foi ensinado ao longo da vida. Sentia-se responsável pelas mulheres da casa, em especial, pelas sobrinhas e demonstrava sempre que apesar dos problemas vividos, das perdas e das dores a vida seguia:

D. Ana fizera questão de que comemorassem a virada do ano, que fizessem uma boa ceia e que mandassem carnear um novilho para o pessoal da fazenda. Dizia que a tristeza era feito pó, quando se entranhava numa casa, não saía mais. Era preciso cuidar para que a alma permanecesse arejada, apesar de tudo. Ela mesma chorara de saudades do seu Paulo, enquanto se arrumava para a festa; porém, logo depois limpava as lágrimas e fora estar com as cunhadas e os sobrinhos. Afinal, a vida seguia como um rio. E era preciso remar. (WIERZCHOWSKI, 2017, p. 129).

Em função de existir uma coerência entre aquilo que ela fazia e o que ela cobrava, havia uma certa estabilidade na casa. As mulheres mais velhas mantinham o bom-senso e isso respaldava o comportamento, em certa medida, das mais jovens, assim conseguiam passar com mais tranquilidade pelos momentos de crise.

Dona Ana nunca mais se recuperou das tragédias que assomaram a sua vida, a guerra foi dura com ela, perdeu o filho, sem poder enterrá-lo e o marido também a guerra levou: *Mas D. Ana nunca mais foi a mesma. Seus momentos de força passaram a ser intercalados por dias de profunda tristeza, quando as rugas do seu rosto se acentuavam como um sopro, e toda ela assumia ares alquebrados [...]* (WIERZCHOWSKI, 2017, p. 356). Passou a dedicar-se cada vez mais ao filho José e com o passar do tempo retomou a costumeira bondade em preocupar-se com os outros e cuidar dos afazeres domésticos. Havia, nessas mulheres dois sentimentos que se misturavam: a dor e o amor, como duas enormes “cruzes” que deveriam carregar pela vida à fora, convenções de gênero construídas atribuindo às mulheres o silenciamento e a regulação das emoções diante do sofrimento como se fosse uma obrigação aceitar tudo passivamente, atenta-se ao que elucida Valeska Zanello: “A cultura é tácita e, portanto, altamente poderosa no processo de configuração da experiência emocional, dos processos psicológicos e mecanismos subjacentes a elas.” (ZANELLO, 2018, p. 37).

A terceira das irmãs de Bento Gonçalves, Maria Manuela Gonçalves da Silva Ferreira, mãe de Rosário, Mariana e Manuela não possuía as mesmas qualidades das

outras mulheres da casa. Não tinha a firmeza de Dona Antônia e nem era prestativa como Dona Ana. Não demonstrava grande afeição pelas filhas, deixando evidente uma amargura latente, isso fazia com que as filhas se aproximassem das tias. Percebe-se que as filhas constituem um fardo do qual ela quer livrar-se o mais rápido que puder:

Maria Manuela foi bordar no sofá. Ela ainda tinha três filhas para casar, e agora estava sem marido. Ainda bem que Manuela já tinha o Joaquim. Logo que a maldita guerra acabasse, ficavam noivos e casavam sem demora. Era um compromisso a menos. E depois, Antônio, quando voltasse, ajudaria a achar bom partido para as outras duas manas. (WIERZCHOWSKI, 2017, p. 189).

Depois da morte do marido, Maria Manuela ficou bastante abalada, como era totalmente dependente dele, fechou-se ainda mais e acabou por perder o pouco da alegria que cultivava: *Pensava no marido morto e não tinha ânimo de erguer um braço que fosse. (WIERZCHOWSKI, 2017, p. 163).* Nota-se um traço semelhante nas mulheres da casa: a dependência em relação ao marido, seja ela financeira, mas também muito forte a dependência emocional, como se para elas estarem bem fosse necessário que seus homens também estivessem e além disso aprovassem as suas atitudes. Em muitas situações, passavam a eles o poder de decisão, como se não fossem capazes de decidir a própria vida, essa convenção foi e é construída pelo ambiente cultural e social e no artefato cultural em questão aparece diversas vezes, como quando Maria Manuela passou a decisão de enviar Rosário para o convento para o seu filho, já que o marido havia falecido: — *Está bien. Vou escrever ao Antônio, consultá-lo. Depois da morte do pai, ele ficou sendo o homem da família. Vamos esperar a resposta dele, então a gente escreve para Caçapava. (WIERZCHOWSKI, 2017, p. 287).* Essas características presentes na obra, tanto a de dependência emocional como a de submissão ao poder masculino, são construídas culturalmente, ao longo do tempo, para darem cada vez mais poder ao universo masculino, como reforça Ana Maria Colling: O discurso da inferioridade feminina estava tão arraigado na estrutura da vida das mulheres e dos homens que poucos o questionaram. A maioria das mulheres acomodava-se na instituição familiar dominada pelos homens, que lhe garantia subsistência, oferecia-lhe um companheiro para toda a vida e fornecia um sentimento de proteção frente ao cotidiano da vida. Vivendo para seus maridos, esquecidas, esqueciam de pensar sobre si mesmas. (COLLING, 2014, p. 46).

Já abalada pelo impacto das atitudes de Manuela, a morte do marido, agora a internação de Rosário viria abalar ainda mais o seu emocional. O choque final viria com a descoberta da gravidez de Mariana, via nisso o seu fracasso como mãe, pois era inaceitável que uma “moça de família” engravidasse antes do casamento e mais

ainda de um peão que não tinha o mesmo nível social, cultural e econômico de sua família, dessa forma, agride violentamente a filha:

Maria Manuela sentiu-se possuída por um vendaval. Não percebeu sequer o impulso que a jogou para a frente, a mão erguida, o rosto duro, até que o tapa estalou na fronte da filha e reverberou e ficou latejando entre elas como uma coisa viva, como um bicho. Mariana soltou um grito. — Vadia! Infeliz, desgraçada! Maria Manuela gritava alto. (WIERZCHOWSKI, 2017, p. 371).

A maternidade é vista pela sociedade e reproduzida nesta obra, como algo natural e inerente à mulher, no entanto, sabe-se que esse é mais um dispositivo reforçado pela cultura machista, observa-se o discurso de Valeska Zanello: “[...] a procriação interpela identitariamente às mulheres (pela construção cultural da maternidade e de seu ideal), de uma forma que, em geral, a paternidade não interpela aos homens.” (ZANELLO, 2018, p. 157). Ela acabou por não cumprir a promessa feita, pois dois anos depois foi até a estância da irmã para conhecer Matias.

A sobrinha emprestada de Caetana, Rosário Gonçalves da Silva Ferreira era a personagem mais preocupada com as questões externas à fazenda, não com o que dizia respeito à guerra, mas aos salões, aos bailes, à moda, a todas as trivialidades que por hora estavam em suspenso, gostava da cidade e de seus enjambres:

Rosário era a mais cidadina de todas: quando a mãe fora lhe dizer que deixariam Pelotas para ficar uns tempos na Estância da Barra, trancara-se no quarto por uma tarde inteira e chorara amargas lágrimas. Queria conhecer Paris, Buenos Aires, o Rio de Janeiro, queria os bailes da Corte, as danças e a vida alegre que as damas deviam levar, e agora, enquanto os homens pelejavam por sabe-se lá que sonhos, ela tinha de retirar-se ao campo, ao silencioso e infinito campo onde tudo parecia eternizar-se junto com o canto dos quero-queros. Rosário de Paula Ferreira não tinha amores às paragens do pampa, e agora estava ali, com as outras, destinada a um exílio cujo fim desconhecia. (WIERZCHOWSKI, 2017, p. 24).

Há aqui o reforço das atividades da elite da época, os bailes dos quais Rosário tanto gostava, eram uma forma de conhecer rapazes e assim encontrar marido e fazer um “bom casamento”, já que os frequentadores desses eventos pertenciam a mesma classe social, essas convenções de gênero são reforçadas ao longo do objeto de estudo.

Rosário refugiava-se na imaginação, já que era para ela, melhor criar um mundo imaginário do que viver uma realidade que tinha como insatisfatória. Há nessa postura um marcador de gênero, pois às mulheres é dada a perspectiva de viver na fantasia e isso pode significar fugir da realidade que se apresenta, para os homens a fantasia

pode ser um caminho para criar a realidade: “A fantasia masculina é vista como algo capaz de criar realidade, enquanto a fantasia feminina é tratada como puro escapismo” (HOOKS, 2021, p. 27).

Nesse espaço imaginativo e fantasioso, ela encontrava um homem perfeito, gentil, afetuoso, lindo, um homem diferente dos quais ela estava acostumada. Ele era castelhano, contrapondo-se a tudo que a família traçava como ideal, ele era um inimigo histórico dos riograndenses e também de seu tio Bento Gonçalves, mas para Rosário isso não importava, o amor que sentia por ele era o mais importante: ele era Steban:

Steban não tinha odor de seu, mas que cheiro teriam os espectros? Rosário irritou-se com essa conjectura: Steban era um homem, nada mais, nada menos do que isso, um soldado valente e belo. E o amava. Viam-se em segredo, pois sim, mas dizer o quê às tias e à mãe? (WIERZCHOWSKI, 2017, p. 88).

A família considerava Rosário louca, a solução para esse problema seria o isolamento, assim a ela foi dado um novo espaço: o convento: [...] *ela partiu rumo ao silêncio que havia de recompor o frágil equilíbrio de sua alma [...]* (WIERZCHOWSKI, 2017, p. 296). Essa era uma prática comum no século XIX, o convento era um castigo para as jovens que não se casavam ou que ousavam desafiar as convenções, como menciona Mary Del Priore: “Outra punição para as adultas, o confinamento em um convento” (PRIORE, 2006, p. 58). É importante frisar que a decisão de enviar Rosário para o convento não foi das mulheres da casa, mas de seu irmão Antônio, isso evidencia a opressão da hegemonia patriarcal sofrida por Rosário: “A Igreja recolhe nos seus conventos muitas mulheres privadas do apoio masculino, envolvidos pelas numerosas guerras” (COLLING, 2014, p. 68).

Rosário e Steban estavam separados pelo tempo e pela morte, essa é uma barreira intransponível no mundo natural, diante da impossibilidade de o casamento acontecer em vida ele realizar-se-á no céu:

Steban anunciou que vão, enfim, casar. Rosário sabe mui bien o que isso significa. Mas está preparada. Ama Steban mais que a tudo, mais que à mãe, às irmãs, à casa em Pelotas, que há tanto tempo não vê. Ama Steban muito mais do que ama seu irmão Antônio. E quer livrar-se daqueles muros, das horas mortas de oração, do eterno badalar dos sinos, do gosto das hóstias e do cheiro de incenso. Sabe que ao lado de Steban vai ganhar o mundo, não este mundo de árvores, coxilhas e de sangue; mas outro, muito maior e mais bonito, onde só haverá paz e aquele amor imenso que os une. Um mundo só deles, onde ambos viverão para sempre. (WIERZCHOWSKI, 2017, p. 400).

A partir disso, o final da personagem tornava-se previsível, a única solução para esse amor impossível seria a morte, que viria por meio do suicídio, a derradeira fuga:

Rosário sabia bem o que devia ser feito. Devagarinho, abriu um a um os botões da camisola. O pano desceu sobre sua pele e foi acomodar-se no chão. Tirou também a roupa de baixo. Nua, a aragem arrepiou-a de prazer. Steban sorriu. Beijou-a de leve na testa, um beijo morno. Steban soltou a espada da cinta. Era uma espada pesada, com cabo de prata. Entregou-a a Rosário. Rosário sentiu sua pele ardente. Tinha febre, uma excitação boa, como se tivesse bebido vinho, muitas taças de vinho. Ergueu os olhos para o céu e viu o Cruzeiro do Sul como a jóia sobre o veludo negro da noite. Aspirou o ar uma última vez. Cravou os pés na terra. A espada pesava bastante. Ergueu-a com as duas mãos, bem na altura do peito. Steban sorria ao seu lado. Agora faltava pouco, faltava muito pouco para que estivessem juntos para sempre. (WIERZCHOWSKI, 2017, p. 456).

A personagem estava apaixonada por um fantasma. Ao encontrarem o corpo de Rosário acharam ao lado uma espada uruguaia, que também evidenciava o sobrenatural, já que não havia uma explicação lógica para o fato. Vale salientar que ao buscar Rosário, Steban estava totalmente curado, não havia mais vestígios do ferimento, durante todos os anos de aparições ele sangrava, ao terminar a guerra, estava curado. O momento de estarem juntos chegava junto ao fim da revolução e culminava com o falecimento de Rosário: *A pobre Rosário faleceu com a República que ela mesma tantas vezes reprovou. (WIERZCHOWSKI, 2017, p. 297).*

Mariana Gonçalves da Silva Ferreira, irmã de Rosário e Manuela, era a mais estouvada das meninas. Ainda que Rosário a considerasse feliz na estância, Mariana era uma jovem inconstante, deslumbrada, e como as outras tinha grande preocupação com a possibilidade de não conseguir casar. Com o passar do tempo, apaixonou-se, ou pelo menos, sentiu-se envolvida por alguns rapazes com quem conviveu ou teve algum contato.

Ao saber da chegada de Garibaldi à estância, Mariana não segurou a curiosidade e perguntou: *Quantos homens são? (WIERZCHOWSKI, 2017, p. 186)*, depois disso é cativada por Ignacio Bilbao, um espanhol que chegou na companhia de Garibaldi:

Mariana já o tinha visto de longe algumas vezes, e em todas sentira o mesmo formigamento pelo corpo, a mesma angústia que agora a impelia a seguir em frente, mesmo sabendo que a mãe e as tias desaprovavam a sua curiosidade. O estaleiro não era lugar para mulheres, era o que D. Antônia não cansava de repetir. (WIERZCHOWSKI, 2017, p. 220).

Nota-se nessa passagem também a delimitação do espaço para homens e mulheres, quando D. Antônia, tia de Mariana, alertava-a que o estaleiro (espaço externo) não era para mulheres, pois a elas cabia o espaço interno: a casa.

Mariana possuía e demonstrava uma sensualidade que não estava tão notória nas outras mulheres. A sua necessidade física revelava-se várias vezes: *Imaginou suas mãos fortes da lida com o velame... Teria ele cheiro de mar [...]?* (WIERZCHOWSKI, 2017, p. 220).

Além disso, ela tinha o hábito de sair às escondidas para ficar espreitando Ignácio Bilbao trabalhando nos navios. Ao ser descoberta, mostrava ousadia, flertando com ele. Ela era muito “atrevida” e, pelos padrões da época deveria manter-se recatada esperando o casamento: “A sexualidade das mulheres era severamente regulada para assegurar a ‘pureza’ [...]. (LOURO, 2000, p. 48). Esse atrevimento que a autora deixa claro não ser próprio para as mulheres fica evidente neste diálogo de duplo sentido entre ela, Ignácio e Garibaldi:

— *Por estas bandas, signorina Mariana?* — *A voz de Garibaldi era alegre. Ele estava ensopado até a cintura, porém mesmo assim fez um gesto galante, depois sorriu.* — *Vosmecê seja bem-vinda. O que acha da nossa pequena frota?* — *Impressionante — respondeu a moça, sentindo os olhos do espanhol fitos no seu rosto.* — *Mas não conte o que viu a nessuno imperial, certo?* — *sorriu Garibaldi.* — *Pode deixar, senhor Garibaldi. Vim estar com a tia Antônia para o almoço e tive curiosidade com os barcos.* — *E gostou do que viu?* — *intrometeu-se Ignácio Bilbao. Tinha oblíquos olhos negros. Mariana corou levemente.* — *Vosmecê saiba que gostei muito do que vi. Fez-se um pequeno silêncio que Garibaldi soube muito bem apreciar.* — *Signorina Mariana, vou cuidar dos meus barcos. Esteja à vontade para ficar o tempo que vosmecê desejar. E mande meus afetos à vossa irmã, per favore. Garibaldi afastou-se pela beira do rio, chutando os juncos, outra vez dando ordens aos homens. Já falava a língua da terra como se tivesse vivido ali muito tempo. O sol incidia pelas copas do arvoredo, fazendo mosaicos no chão úmido de folhagens. Ignácio Bilbao fez menção de seguir o chefe. Antes, porém, virou-se, fitou o rosto bonito da moça morena, de pele suave, e sussurrou: — Vou apreciar que a señorita venha mais vezes ver os barcos da República — e afastou-se lentamente, deixando Mariana queimar em seu próprio ardor.* (WIERZCHOWSKI, 2017, p. 221-222).

As outras mulheres descobriram os sentimentos da jovem apenas quando Ignácio morreu no naufrágio do lanchão Farroupilha e ela se desesperou. A personagem Mariana era a que mais se afastava dos padrões sociais pré-estabelecidos para o comportamento feminino do século XIX, havia nela uma inconstância e uma incapacidade de seguir as regras.

O seu maior “deslize”, seguramente, foi seu relacionamento com João Gutierrez, um peão que chegou à estância para ajudar no serviço, já que a maioria

dos homens encontrava-se no campo de batalha. Com sua conversa fácil, por ser um bom domador e ter habilidade com a viola, conquistou todos(as) rapidamente e em pouco tempo conquistava também o coração de Mariana. A história de Mariana e João teve prosseguimento, ela se entregava a ele e os dois começaram a se encontrar com frequência, passando até noites inteiras juntos. Independente das convenções sociais estabelecidas, o casal desfrutava de seu romance alheio às demais questões cotidianas, vivendo em um mundo e em um tempo à parte.

Mariana não demonstrava nenhuma preocupação com o futuro ou com o fato de já ter perdido o bem mais precioso para uma moça daquela época: a virgindade. Na obra, fica evidente o reforço ao controle da sexualidade feminina, a mulher deve seguir rigorosamente o padrão estabelecido, buscar um marido e manter-se casta até o casamento, dessa forma, há um controle não só do corpo feminino, mas também de sua vida, observa-se a fala de Guacira Louro:

Historicamente, somos herdeiros da tradição absolutista. Ela supõe que as forças perturbadoras do sexo podem ser controladas apenas por uma moralidade muito cristalinamente definida, uma moralidade inscrita em instituições sociais: o casamento, a heterossexualidade, a vida familiar e a monogamia. (LOURO, 2000, p. 54).

Mariana em pouco tempo descobre-se grávida, a reação de sua mãe Maria Manuela, como era esperada foi a pior possível, agrediu-a, encerrou-a em um quarto e prometeu nunca mais falar com a filha ou conhecer o neto, utilizando-se de sua autoridade materna.

Na casa as outras mulheres ficaram bastante incomodadas com o episódio, até inconformadas, mas não se empenhavam em nada para enfrentar Maria Manuela, embora procurassem levar conforto a Mariana. Nesse aspecto, o comportamento das outras mulheres em relação ao isolamento de Mariana era coerente com os padrões sociais a que estavam sujeitas. Ainda que os métodos não fossem aceitos, a autoridade da mãe não era contestada. Mariana submetia-se às ordens maternas, já que não havia outra opção, porém não desistia do seu amor, nem do seu filho. Muitas mulheres foram afastadas de seus filhos por terem engravidado antes do casamento ou terem tido filhos de uma relação extraconjugal, mais uma vez o controle patriarcal sendo utilizado contra a mulher e o corpo feminino sendo controlado em favor de uma sociedade que a discrimina, observa-se:

Na medida em que a sociedade se tornou mais e mais preocupada com as vidas de seus membros — pelo bem da uniformidade moral, da prosperidade econômica; da segurança nacional ou da higiene e da saúde — ela se tornou

cada vez mais preocupada com o disciplinamento dos corpos e com as vidas sexuais dos indivíduos. (LOURO, 2000, p. 36).

Dona Antônia tomou as rédeas da situação e assumiu Mariana e o filho, permitindo, inclusive, que João a visitasse, justificando a sua atitude em função das circunstâncias especiais da guerra: — *Noutros tempos, eu desaprovava isso tudo. Mas sei o que é sofrer por amor. Además, essa guerra mudou muitas das coisas em que eu acreditava...* (WIERZCHOWSKI, 2017, p. 412).

Mariana subvertera todas as regras socialmente aceitáveis: entregara-se de bom grado a João, um homem muito abaixo de sua condição social e econômica, engravidara, tivera um filho ainda solteira e diversas vezes recebera a visita do peão em seus aposentos sem ser casada. Ao João retornar da guerra a situação ficou ainda mais complicada, o homem que era inaceitável e imperfeito, agora volta sem ter uma mão. No entanto, foi aceito e casou-se com Mariana, pois era o pai de Matias e um soldado farrroupilha. A falta da mão que poderia ser um problema, tornou-se um troféu. Estava impossibilitado de realizar o trabalho de antes, tornou-se o administrador da estância de Dona Antônia e passou a ser considerado um membro da família. Mariana, contrariando todos os princípios e expectativas, realizou o sonho de casar-se com o homem por quem havia se apaixonado.

Manuela de Paula Gonçalves da Silva Ferreira é a sobrinha mais nova do general Bento Gonçalves, como personagem narradora, é a sua versão da história que é apresentada, por isso há, naturalmente, uma empatia maior por ela do que pelas outras personagens. Ela se refugiava em seus cadernos contando a história que acontecia no cotidiano, marcando a sua presença no mundo por meio de seus cadernos: “Escrever-se é, portanto, um modo de transformar o vivido em experiência, marcando sua própria temporalidade e afirmando sua diferença na atualidade.” (RAGO, 2013, p. 42). Para Manuela, a escrita não era apenas um passatempo ou prazer, muito mais do que isso, era uma necessidade:

Risadas chegam da sala. E eu estou aqui, quieta, escrevendo estas linhas. Para quem? Para que eu as leia, anos mais tarde, e lembre deste tempo aqui na Barra, destes dias silenciosos que gastamos esperando à beira do Camaquã? Não sei por que escrevo, mas algo me impele, uma vontade toma meus dedos, empurra a pena para a frente... (WIERZCHOWSKI, 2017, p. 65).

Manuela integra a sociedade patriarcal do século XIX, busca afirmar uma voz feminina em seu discurso por meio de seu diário, no entanto, o olhar feminino é contemplado com lentes tomadas de empréstimo, ou seja, com cartas que consagram

a autoridade machista da sociedade patriarcal. Há a presença da voz feminina de Manuela, mas o que acontece fora da estância chega a ela sob a tutela de olhos masculinos, pois são eles que detêm o poder do que acontece no ambiente externo:

O destino de Manuela também já estava traçado: deveria casar com Joaquim, seu primo, filho mais velho de Bento Gonçalves e a partir daí repetir a vida das demais mulheres da família: casar, ter filhos, netos no desenrolar da narrativa esse é um conceito bastante reforçado: o destino da mulher como esposa, dona de casa e mãe:[...] ainda estamos tão familiarizadas com o pressuposto de que o “lugar natural da mulher é o lar e sua função natural é cuidar da casa e da família” que nem conseguimos enxergar o ineditismo ou a relevância que justificariam a publicação de estudos com esse teor. (MEYER, 2003, p. 10).

Esse destino era aceito por ela de bom grado, pelo menos, até o aparecimento de José Garibaldi, que despertou nela a vontade de amar:

Às vezes me ponho a espiar o horizonte para muito além das coxilhas, e fico pensando: virá algum dia esse homem dos meus sonhos, verei a face que ora me visita em pensamentos, ou meu destino é mesmo casar com meu primo Joaquim, ter filhos seus, distribuir ordens às negras, cujas mães também obedeceram às mulheres mais velhas desta casa, dar netos ao coronel Bento Gonçalves, netos parecidos com o que já somos nós, com este mesmo sangue correndo nas veias e estas mesmas visões de campos e de alvoreceres na alma? (WIERZCHOWSKI, 2017, p. 118).

Garibaldi era para Manuela a representação de tudo aquilo que ela sonhava e, ao mesmo tempo, a libertação de uma vida que lhe parecia imutável. Para ela havia uma sugestão de uma ligação mística entre os dois. Sentia-se, desde muito cedo, unida a esse homem, mesmo antes de conhecê-lo, inclusive, mais do que a Joaquim que havia sido prometido a ela como marido. Acreditava que existia uma força superior que os uniria, independente, de qualquer outro acontecimento:

Eu ainda não sabia, mas, enquanto sofríamos aquela derrota que deixou meu tio na cela por mais algum tempo, uma grande engrenagem começava a mover-se como um sol que vinha em minha direção. A República Rio-grandense traria para mim o único homem da minha vida, e esse homem não era Joaquim, que nos chegou no final de abril, e por quem não pude sentir mais do que carinho e uma certa vagueza quando derramava sobre seu rosto os meus olhos, e ele me fitava com um meio sorriso nos lábios famintos. Pelo mar, de muito longe, chegava aquele a quem eu pertenceria por todos os meus dias. Vinha de uma terra mágica e sofrida, e vinha com sonhos em sua alma, sonhos esses que o uniram ao meu tio e aos outros, e que o fizeram dedicar toda a sua bravura e sabedoria à causa da nossa República. (WIERZCHOWSKI, 2017, p. 148).

A chegada do italiano trouxe à Manuela a certeza de que ele era o homem que ela esperava. Suas atitudes gentis, a conversa solta, a simpatia com que falava com

todos e todas, o sorriso encantador conquistou as pessoas que estavam ao seu redor, isso trazia preocupação às mulheres mais velhas. *As cosas aferventavam, decerto. Era impossível deitar um olhar sobre aquele italiano elegante, garboso, e não pensar nas três moças lá dentro. (WIERZCHOWSKI, 2017, p. 203).*

Garibaldi poderia ser considerado sinônimo de aventura, era a personificação do típico herói, de certa forma, representava os ideais pelos quais os homens da casa lutavam, por isso tornava-se tão fascinante aos olhos de Manuela, já que ela também defendia os ideais farroupilhas: *Sim, aquele era um sonho pelo qual se merecia lutar até a última gota de sangue: a liberdade de uma terra e de um povo, a criação de uma nação igualitária, onde não houvesse imperador ou escravo. (WIERZCHOWSKI, 2017, p. 185).* Vale destacar que mais adiante Manuela admitiu que fora ensinada a sonhar com a glória e a almejar a abolição, ainda que dependesse do trabalho escravo. Dessa forma, o sonho não era dela e nem de todos os homens que lutaram naquela guerra, mas foi construído e incutido nela e nos demais personagens:

De algum modo, para nós era o estertor da revolução, da revolução como a havíamos sonhado — ou como nos tinham ensinado a sonhar —, nunca mais a glória, nunca mais a euforia da renovação que, se sequer podíamos compreender, ainda assim nos alegrava. Nós, que éramos servidas por escravas em todos os momentos, que, para vestir um espartilho ou prender os cabelos, necessitávamos daquelas mãos negras a nos auxiliar, tanto vibramos com a ambição republicana sobre a abolição da escravatura. (WIERZCHOWSKI, 2017, p. 428).

Essa constatação de Manuela somente apareceu na velhice, depois de muito refletir sobre o assunto, não havia uma crítica social, apenas a constatação por ela mesma, isso também podia fazer referência a uma mulher amargurada de quem a guerra arrancou a juventude e o seu grande amor. Manuela não demonstrava preocupação com essas questões, não havia por parte dela uma reflexão sobre os problemas sociais vividos na época, o que a movia era o amor idealizado que nutria por Giuseppe Garibaldi.

5.1.5 APONTAMENTOS FINAIS

Este artigo se propôs a elaborar uma análise de gênero na narrativa apresentada no livro *A Casa das Sete Mulheres* de Leticia Wierzychowski, que descreve a história das sete mulheres da família de Bento Gonçalves que ficaram reclusas na casa branca da Estância da Barra no período de guerra de 1835 a 1845. Pelo prisma dos estudos culturais, pós-estruturalistas e dos Estudos de Feministas desenvolveu-se o trabalho.

A voz de Manuela ecoa todas as outras vozes que se encontravam presas dentro da casa e as notícias do que acontecia no ambiente externo chegava através de cartas que eram compartilhadas por todas na sala, ambiente de comunhão da casa. Assim como o espaço destinado ao feminino e ao masculino é muito bem delimitado no discurso do livro: interno, das mulheres; externo, dos homens, também os papéis sociais designados a ambos, homem e mulher, também são delimitados através das características próprias designadas a um e outro, essas atribuídas como naturais.

Há no discurso da autora um reforço das convenções de gênero de uma sociedade hegemonicamente patriarcal e machista que ainda hoje nos atravessa, ditando comportamentos próprios para homens e mulheres, dando a eles um tom de naturalidade para reforçar as diferenças, pois essas convenções foram e continuam sendo construídas ao longo do tempo.

Por entender que os artefatos culturais tendem a reforçar conhecimentos por meio de seus discursos, torna-se relevante repensar as representações presentes em diversos artefatos culturais, como esse em questão, que com seu discurso contribui para o reforço de identidades femininas e masculinas, daí a importância de desnaturalizar ações e pensamentos que, ao longo do tempo, foram atribuídas a mulheres e a homens, visto que essas ações foram construídas e engendradas em uma sociedade que tende a reforçar ideais masculinos, dando à mulher um papel secundário.

5.1.6 REFERÊNCIAS

COLLING, Ana Maria. **Tempos diferentes, discursos iguais**: a construção do corpo feminino na história. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2014.

CURADO, Jacy Corrêa. Sexualidade. In: COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antonio (orgs). **Dicionário Crítico de Gênero**. Dourados/MS: Ed. Universidade Federal da Grande Dourados, 2019, p. 669-672.

Del Priore, Mary. **História do amor no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2006.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina. Estudos Culturais: uma introdução. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **O que é, afinal, Estudos Culturais?** Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 2-11.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. O dispositivo pedagógico da mídia: modos de educar na (e pela) TV. **Educação e pesquisa**, v. 28, n. 1, p. 151-162, jan./jun. 2002. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S151797022002000100011&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 12 dez. 2019.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense, 1986.

HOOKS, Bell. **Tudo sobre o amor**: novas perspectivas. Rio de Janeiro: Editora Elefante, 2021.

LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da Sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. 2.ed. Tradução dos artigos: Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. P. 7-34.

MAKNAMARA, Marlécio. **Currículo, gênero e nordestinidade**: o que ensina o forró eletrônico? 2011. 151f. Tese (doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

MEYER, Dagmar Estermann. Gênero e educação: teoria e política. In: LOURO, Guacira Lopes; NECKEL, Jane Felipe; GOELLNER, Silvana Vilodre. **Corpo, gênero e sexualidade**: um debate contemporâneo na educação. Petrópolis: Vozes, 2003. p. 9-27.

RAGO, Margareth. **A aventura de contar-se**: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013. SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. **Educação e realidade**, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71721/40667>. Acesso em: 15 nov. 2019.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Teoria cultural e educação**: um vocabulário crítico. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

ZANELLO, Valeska. **Saúde mental, gênero e dispositivos**: Cultura e processos de subjetivação. Curitiba: Appris, 2018.

5.2 O AMOR ROMÂNTICO E A ESPERA FEMININA COMO CONVENÇÕES DE GÊNERO PRÓPRIAS DO UNIVERSO FEMININO PRESENTES NA OBRA A CASA DAS SETE MULHERES

5.2.1 Resumo: O presente artigo pretende analisar e discutir as questões de gênero que aparecem na obra *A Casa das Sete Mulheres*, da autora Leticia Wierzchowski, levando em conta duas categorias em específico: o amor romântico e a espera feminina. A história retratada na obra acontece no Rio Grande do Sul e narra o conflito ocorrido entre 1835 e 1845: a famosa Revolução Farroupilha, tendo como líder destacado Bento Gonçalves. Por meio de Manuela, sobrinha de Bento Gonçalves e as cartas enviadas pelos homens que estavam na guerra a narrativa constrói-se. A obra também buscava caracterizar as mulheres gaúchas, parentas do líder farroupilha: seus afazeres, seus hábitos, seus comportamentos e o destino de cada uma. A descrição física e psicológica e o caráter das personagens são mencionados pela autora e a partir dessas descrições, bem como da narrativa em sua totalidade, serão analisadas as convenções de gênero que aparecem, levando em conta as categorias destacadas: amor romântico e a espera. Sabe-se que todo artefato cultural, mesmo que não tenha o objetivo primordial de ensinar age pedagogicamente e constrói conhecimento, bem como reforça padrões comportamentais, sociais e culturais, em função disso entende-se ser necessária uma análise dos discursos relacionados às questões de gênero e no que tange ao amor romântico e a espera. A pesquisa tem como campo teórico os Estudos Culturais, na perspectiva pós-estruturalista e Estudos Feministas e como metodologia a análise cultural.

Palavras-Chave: gênero; artefato cultural; Estudos Culturais.

5.2.2 PARA INÍCIO DE CONVERSA

A obra literária *A Casa das Sete Mulheres*, da escritora Leticia Wierzchowski¹⁵ expõe uma representação dos acontecimentos relacionados ao período da Revolução Farroupilha (1835-1845), também conhecida como Guerra dos Farrapos, ocorrida no Rio Grande do Sul. Havia um descontentamento, de parte da população (elite, estancieiros, etc.), com a política imperial em função das tarifas alfandegárias cobradas do estado e os altos impostos. Tendo por base esse evento histórico é tecida a narrativa ficcional que constitui o artefato cultural em análise, a obra fornece à leitora e ao leitor um emaranhado de aspectos sociais e culturais que vão sendo construídos no desenrolar do conflito.

A autora Leticia Wierzchowski é contemporânea, mas seu romance é ambientado no século XIX, ela recria o contexto social da época realçando as posturas culturais, políticas, econômicas, familiares e de cunho afetivo e comportamental. Há a descrição do padrão psicológico de cada personagem e a valorização dos diversos espaços mencionados, mesclando-os aos efeitos coletivos que causam.

¹⁵ Os excertos do livro *A Casa das Sete Mulheres* analisados neste artigo serão destacados em itálico. WIERZCHOWSKI, Leticia. **A Casa das Sete Mulheres**. Bertrand Brasil, 2017.

A visão feminina não era considerada importante nas narrativas, da mesma forma, que não era importante em outras esferas, fossem elas sociais, culturais, políticas, já que a mulher era subjugada e considerada inferior aos homens, pondera-se o que menciona Tayza Cristina Nogueira Rossini:

Tradicionalmente, as mulheres foram consideradas como inferiores aos indivíduos do sexo masculino, não só na esfera cultural, mas também na social, histórica e política. Um estado de coisas gerado pela política do patriarcalismo, cuja ênfase estava em questionar a capacidade intelectual da mulher, neutraliza-lhe a cidadania e seu direito de se constituir como sujeito. No campo literário e cultural a experiência feminina sempre vista de forma não valorativa justifica o surgimento, em meados do século XX, de ações no sentido de conscientizar os indivíduos da necessidade de desconstruir a opressão e a marginalização da mulher –construída ao longo da história. (ROSSINI, 2006, p. 98).

Sabe-se que a constituição das e dos personagens da obra foi elaborada a partir de uma perspectiva em que a estrutura era hegemonicamente patriarcal, em que a figura masculina era relacionada à guerra, compondo o ambiente externo, destinado socialmente aos homens e as mulheres cuidavam da casa, um ambiente socialmente próprio e destinado a elas, ou seja, o ambiente interno. Dessa forma, delimitando os espaços e ditando os padrões que deveriam ser seguidos: convenções de gênero¹⁶ produzidas pelo patriarcado¹⁷, em que as mulheres cuidam da casa e os homens da política, mas a autoridade, a referência é sempre masculina. As mulheres deveriam se comportar como suas mães as ensinaram e como os homens esperavam. A elas era destinado o casamento e o amor romântico, aquele idealizado e que era esperado como alento para todas as dores, por ele as mulheres esperavam o tempo que fosse preciso. Por outro lado, os homens tinham outras preocupações: os sentimentos eram vistos por eles como assuntos menores e que faziam parte do universo feminino. Assim se construiu a sociedade da época e pode-se afirmar que a autora do livro vem reforçando esses comportamentos como naturais, visto a maneira como constrói a narrativa.

¹⁶ A emergência da categoria [gênero] representou, pelo menos para aquelas e aqueles que investiram na radicalidade que ela sugeria, uma virada epistemológica. Ao utilizar gênero, deixava-se de fazer uma história, uma psicologia, ou uma literatura *das mulheres, sobre as mulheres* e passava-se a analisar a construção social e cultural do feminino e do masculino, atentando para as formas pelas quais os sujeitos se constituíam e eram constituídos, em meio a relações de poder. O impacto dessa nova categoria analítica foi tão intenso que, mais uma vez, motivou veementes discussões e mesmo algumas fraturas internas. Também as relações de gênero passaram a ser compreendidas e interpretadas de muitas e distintas formas, ajustando-se (a) ou interpelando referenciais marxistas, psicanalíticos, lacanianos, foucaultianos, pós-estruturalistas [...] (LOURO, 2002, p. 15).

¹⁷ A palavra patriarcado se origina da combinação das palavras gregas *pater* (pai) e *arkhe* (origem, comando). A expressão refere-se a uma forma de organização familiar e social em que um homem, o patriarca, submete os outros membros da família a seu poder (LIMA - SOUZA, 2019, p. 578).

Desde muito cedo ensina-se para homens e mulheres o comportamento que deve ser acatado, esse “ensinamento” não ocorre apenas de maneira formal, diversas são as maneiras que uma pessoa aprende. Os artefatos culturais, que não possuem como propósito maior o ensinar, acabam construindo conhecimentos e moldando padrões comportamentais por meio de seus discursos, atenta-se para o que menciona Marisa Vorraber Costa: “um produto social, o local no qual o significado é negociado e fixado, em que a diferença e a identidade são produzidas e fixadas, em que a desigualdade é gestada” (COSTA, 2005, p. 138). Livros, revistas, filmes, novelas, propagandas televisivas, que não possuem como objetivo principal “transferir” conhecimento, acabam, por serem pedagogias culturais, pois através de seus discursos acabam influenciando a sociedade e as pessoas que com eles estão em contato. Daí a importância de uma análise mais aprofundada dos discursos que são (re)construídos por determinados artefatos culturais, problematizar questões tidas como únicas se faz necessária na atual sociedade que tanto discrimina minorias sociais. Há que se romper com essas convenções de gênero, a mulher precisa estar em todos os lugares, quebrando as barreiras sociais que impõem a ela o confinamento ao espaço interno e privado.

A sociedade tende a cobrar do indivíduo atitudes pré-estabelecidas, agindo como se houvesse um manual que regesse o comportamento de um e de outro, aquela ou aquele que foge a esse padrão é vista ou visto de forma diferente pela sociedade patriarcal, hegemônica e machista que ditou esses comportamentos e estabeleceu regras também de convivência, Guacira Louro, esclarece:

Todas essas práticas e linguagens constituíam e constituem sujeitos femininos e masculinos; foram — e são — produtoras de "marcas". Homens e mulheres adultos contam como determinados comportamentos ou modos de ser parecem ter sido "gravados" em suas histórias pessoais. Para que se efetivem essas marcas, um investimento significativo é posto em ação: família, escola, mídia, igreja, lei participam dessa produção. Todas essas instâncias realizam uma pedagogia, fazem um investimento que, freqüentemente, aparece de forma articulada, reiterando identidades e práticas hegemônicas enquanto subordina, nega ou recusa outras identidades e práticas; outras vezes, contudo, essas instâncias disponibilizam representações divergentes, alternativas, contraditórias. (LOURO, 2000, p. 16).

Na obra, os personagens e as personagens teciam o seu destino como uma colcha de retalhos costurada lentamente, já que não havia outra escolha, a elas era destinada a casa, o ambiente que a elas pertencia era o privado e ali viviam os seus

amores, ali sofriam suas dores e riam as suas alegrias, cumprindo um “destino” culturalmente imposto por uma sociedade patriarcal e machista que refletia os valores construídos naquela época.

Muitos discursos são produzidos por artefatos culturais e tendem a explicar e naturalizar as possíveis diferenças entre homens e mulheres: suas capacidades, aptidões, padrões cognitivos e comportamentais, posicionamentos sociais estabelecidos para um e para outro. Há a intenção de justificar isso por meio do viés biológico com a função de ditar e ratificar essas diferenças. As pedagogias culturais inclinam-se a ensinar modos de ser e estar na sociedade, pois são processos sociais que transitam por toda a sociedade. O objeto de pesquisa em questão apresenta convenções de gênero que devem ser analisadas e repensadas para que padrões sejam rompidos, já que muitos deles vêm sendo estabelecidos como verdadeiros ao longo do tempo e como se sabe não passam de convenções de gênero impostas socialmente. Para tanto, o presente artigo tem como objetivo: analisar as convenções de gênero presentes na obra *A Casa das Sete Mulheres*, de Leticia Wierzchowski, considerando as categorias: o amor romântico e a espera.

5.2.3 OS CAMINHOS TRILHADOS E AS SUAS BIFURCAÇÕES

Por saber que não tem uma metodologia específica no campo dos Estudos Culturais, neste artigo utilizar-se-á a análise cultural que, metodologicamente, desloca a centralidade da pesquisa, para buscar contextualizar essa estruturação na “vida real expressa pelo conjunto da organização” social (WILLIANS, 2003, p. 58), tendo por base as autoras e os autores pós-estruturalistas, já que ela permite que haja a discussão de algumas falas e que discursos tidos como acabados possam ser revistos e reconstruídos após serem discutidos e problematizados.

A televisão, o cinema, os jornais, um noticiário, as imagens, a literatura, o rádio, as revistas, os brinquedos, a música, não são apenas manifestações culturais, são artefatos culturais que produzem conhecimento, pois, por meio deles, são aprendidas novas habilidades, capacidades, modelos de sociabilidade e afetividade. Esses mostram-se cada vez mais importantes, já que se encontram implicados em processos de regulação de condutas através de saberes que “circunscrevem aquilo que pode ser pensado sobre essas condutas” (SILVA, 2003, p. 191).

Entende-se que os artefatos culturais não têm significados únicos, fixos e intocáveis, seus significados dependem do contexto em que se encontram. Eles são carregados de pedagogias culturais, as quais ensinam coisas sobre o mundo: formas de agir como homens e mulheres, comportamentos de um e de outro e por isso acabam produzindo e reproduzindo convenções de gênero.

Sabe-se que as pedagogias culturais não possuem a intenção de ensinar, mas, ainda assim, a partir dos seus discursos tendem a produzir e reproduzir conhecimento, reforçando padrões construídos ao longo do tempo, observa-se o que elucida Rosângela Soares e Dagmar Estermann Meyer:

O conceito de pedagogias culturais remete, exatamente, para o reconhecimento e problematização da importância educacional e cultural de imagens das novas tecnologias da informação, enfim, da relação entre educação e cultura da mídia nos processos de organização das relações sociais e na produção das identidades. Remete, também, para um importante deslocamento no qual o currículo se desvincula e se projeta para além da escola, o que impõe uma reconceptualização das próprias noções de escola, de currículo, de conhecimento escolar. (SOARES; MEYER, 2003, p.139).

Tem-se como objeto de estudo desta pesquisa o livro *A Casa das Sete Mulheres* de Leticia Wierzchowski, através da análise cultural serão pesquisadas as construções discursivas que aparecem na obra no que tange a gênero e como esses discursos ainda são naturalizados pela sociedade através de artefatos culturais.

A estrutura do romance *A Casa das Sete Mulheres* é composta de 11 capítulos, definindo as circunstâncias de cada ano da Guerra dos Farrapos (1835 a 1845). Oscilando entre o espaço público (homens) e o espaço privado (mulheres), cada um dos 11 capítulos do romance é organizado de forma linear, com vistas a relatar o percurso da guerra em cada ano, já que os acontecimentos anuais interferem na vida de cada uma das personagens e cada um dos personagens. Misturando-se a isso tem-se também, os “Cadernos de Manuela” – um diário íntimo ficcional que foi produzido com o intuito de dar uma perspectiva subjetiva aos escritos da personagem Manuela.

O romance é narrado em terceira pessoa, já para enfatizar a visão subjetiva os cadernos são narrados em primeira pessoa. Compreende-se que a principal tarefa era promover uma escuta da voz de Manuela que os anos patriarcais brasileiros enterraram. Assim, os “Cadernos de Manuela” são fragmentados em 21 partes, que aparecem com as respectivas datas: Pelotas, 31 de dezembro de 1834; Estância da Barra, 21 de setembro de 1835; Estância da Barra, 2 de dezembro de 1835; Estância

da Barra, 5 de dezembro de 1835; Estância da Barra, 23 de abril de 1836; Estância da Barra, 26 de agosto de 1836; Estância da Barra, 7 de novembro de 1836; Estância da Barra, 30 de junho de 1867; Pelotas, 11 de março de 1903; Pelotas, 14 de agosto de 1883; Pelotas, 9 de setembro de 1883; Pelotas, 4 de setembro de 1880; Estância da Barra, 30 de junho de 1839; Pelotas, 20 de dezembro de 1880; Pelotas, 4 de junho de 1900; Pelotas, 14 de abril de 1900; Pelotas, 14 de maio de 1848; Estância da Barra, 15 de março de 1842 33; Pelotas, 12 de janeiro de 1860; Pelotas, 25 de junho de 1890; e Pelotas, 30 de agosto de 1890. Os “Cadernos de Manuela” não estão em ordem cronológica e são escritos em duas fases e em ambientes diferentes: no calor dos acontecimentos – durante a guerra – na Estância da Barra – ambiente privado e destinado às mulheres e posteriormente aos acontecimentos – após a guerra – na cidade de Pelotas. Cabe mencionar que em cada parte há posicionamentos ideológicos, de acordo com os discursos instaurados nos espaços público e privado.

As discussões desta pesquisa, como já foi mencionado, serão fundamentadas no campo dos Estudos Culturais e Estudos Feministas e nas suas vertentes pós-estruturalistas. O objeto de pesquisa, *A Casa das Sete Mulheres*, como uma construção cultural que é tende a naturalizar discursos. A partir da leitura do livro, então objeto de estudo, e posterior análise do discurso da autora, percebeu-se convenções de gênero sendo construídas, a partir disso duas categorias sobressaíram-se: o amor romântico e a espera feminina. Essas duas categorias são ao longo da narrativa reforçadas pela autora como naturais e próprias do universo feminino.

5.2.4 ABRINDO AS JANELAS E AS PORTAS DA CASA E ESCANCARANDO CONVENÇÕES DE GÊNERO

Ambientado em solo gaúcho, durante o período da Revolução Farroupilha, o romance *A Casa das Sete Mulheres*, de Leticia Wierzchowski, constrói a sua narrativa pela ótica das mulheres da família de Bento Gonçalves da Silva, que estão confinadas na Estância da Barra, enquanto os homens partem para a guerra. O conflito tem como justificativa a busca pela liberdade do povo gaúcho, que quer livrar-se dos altos impostos cobrados pelo governo.

Os homens, que se constituíam dos estancieiros, proprietários de terra, brancos e que estavam na batalha para comandar e por outro lado os peões e escravos, pretos

e que lá estavam para obedecer, em cumprimento da honra e da demonstração de coragem e bravura partem em busca da glória em um cenário que representa o poder: o ambiente público. E as mulheres, que eram as donas da casa, esposas, filhas, sobrinhas e irmãs dos que comandavam o conflito, brancas e da elite; por outro lado, as escravas que as serviam, pretas e que cumpriam ordens. Limitam-se todas à vida doméstica, marcadas pela espera que parece não ter fim, atenta-se para o que menciona Ana Maria Colling: “Aos homens o espaço público, político, onde centraliza-se o poder; à mulher, o privado e seu coração, o santuário do lar” (COLLING, 2014, p. 24).

O momento, no sul do Brasil, era de guerra e as personagens femininas tinham, basicamente, interesses de moças ingênuas que não possuíam comprometimento nenhum com questões sociais as quais eram tão evidentes naquelas circunstâncias em que uma guerra era deflagrada e pessoas estavam morrendo. Evidencia-se isso a partir do comentário de Manuela: *A prima Perpétua e minhas irmãs não se cansavam de falar em bailes, em passeios de charrete, em moços de Pelotas e de Porto Alegre.* (WIERZCHOWSKI, 2017, p. 12).

Como contraponto, Manuela não se identifica com as companheiras, pois achase mais madura e reservada chegando ao ponto de prever acontecimentos: *Só eu, sentada em minha cadeira, ereta, mais silenciosa do que de costume, somente eu, a mais jovem das mulheres daquela mesa, pude ver um pouco o que nos aguardava.* (WIERZCHOWSKI, 2017, p. 12). Percebe-se que havia nessas mulheres uma ausência quanto à preocupação com problemas sociais, eram mulheres que traziam uma preocupação com questões vistas por muitos como menores: “[...] a mulher se responsabiliza pela manutenção e pela ‘paz’ da relação amorosa e familiar, ainda que para isso precise suprimir a expressão de seus pensamentos e afetos” (ZANELLO, 2018, p. 118). Preocupavam-se com os seus homens e passavam o dia a esperá-los, como se todo o resto tivesse uma importância menor ou secundária.

Enfatiza-se que há nesta perspectiva uma realidade plena de dialéticas, singularidades, diversidades e performances marcadas por uma sociedade predominantemente patriarcal, classista, racista e heteronormativa, por isso cabe lembrar que as formas de desenvolvimento do ser e do estar são compostas de acordo com os padrões generalizados e rígidos da época em questão (século XIX), o que não significa que esses comportamentos sejam imutáveis, visto que: “[...] tanto a

normalidade quanto a diferença são social e culturalmente produzidas como tais” (MEYER, 2003, p. 25). Já que esses padrões foram construídos e muitos são perpetuados até os dias de hoje, entende-se que tudo que é construído, pode ser desconstruído, observa-se o discurso de bell hooks:

Na realidade, todas as evidências concretas indicam que, embora as perspectivas de homens e mulheres frequentemente difiram, tais diferenças são aprendidas, e não inatas ou “naturais”. Se fosse verdadeira a ideia de que homens e mulheres são completamente opostos, habitando universos emocionais totalmente diferentes, os homens jamais teriam se tornado as autoridades máximas no amor. Levando em conta os estereótipos de gênero que atribuem às mulheres o papel dos sentimentos e da emotividade, e aos homens o da razão e da emoção, “homens de verdade” teriam aversão a qualquer conversa a respeito do amor. (HOOKS, 2021, p. 29).

Os homens são, naturalmente, direcionados para a guerra, a luta, para eles, significava uma questão de orgulho, já para as mulheres era um sinônimo de perdas, aflições e atormentada espera. O resultado que vinha do campo de batalha era inesperado, quando seus homens partiam, elas não sabiam como voltariam e se voltariam.

Às mulheres restou o esperar, ver o tempo transcorrer, e esse tempo traz a marca de dez longos anos, os quais ficaram enclausuradas em um ambiente doméstico vendo a vida acontecer e o tempo correr sem grandes expectativas com o porvir em um compasso de aparente passividade: *Bento nascera para as guerras. E ela, como as outras, sabia esperar com paciência. Bento tinha estado nas guerras quase a maior parte da vida, e sempre voltara.* (WIERZCHOWSKI, 2017, p. 19). Descortina-se assim a diferença construída entre os homens e as mulheres: para eles a vida é uma aventura, foram feitos, naturalmente, para a luta, possuem o poder de decisão e são donos da própria vida para as mulheres resta a vida reclusa e aceitar a espera que lhes é imposta, serem submissas e passivas, observa-se o excerto:

Sim, sempre os homens se vão, para as suas guerras, para as suas lides, para conquistar novas terras, para abrir os túmulos e enterrar os mortos. As mulheres é que ficam, é que guardam. Nove meses, uma vida inteira. Arrastando os dias feito móveis velhos, as mulheres aguardam... Como um muro, é assim que uma mulher do pampa espera pelo seu homem. Que nenhuma tempestade a derrube, que nenhum vento a vergue, o seu homem haverá de necessitar de uma sombra quando voltar para a casa, se voltar para casa... Minha avó Perpétua dizia isso, disse-nos isso muitas vezes ao contar das guerras que meu avô lutara. É a voz dela agora que ecoa em meus ouvidos. (WIERZCHOWSKI, 2017, p. 66).

Há características que foram cultivadas no decorrer dos anos pelas mulheres e que eram ditadas por uma sociedade que se construía sob a égide do patriarcado, observa-se o que menciona Taiza Rossini: “Os discursos proferidos em relação à mulher no contexto brasileiro do século XIX eram de caráter discriminatório e de estereotípias, carregados de ideologias e de modelos simbólicos naturalizados” (ROSSINI, 2006, p. 109). Comportamentos, sentimentos e ações eram justificados por questões biológicas e naturalizados como algo acabado e que não pudesse ser revisto, esclarece o fragmento a seguir:

[...] com o conceito de gênero pretendia-se romper a equação na qual a colagem de um determinado gênero a um sexo anatômico que lhe seria “naturalmente” correspondente resultava em diferenças inatas e essenciais, para argumentar que diferenças e desigualdades entre mulheres e homens eram sociais e culturalmente construídas e não biologicamente determinadas. (MEYER, 2003, p. 7).

Percebe-se na construção da narrativa que as mulheres retratadas pela autora almejavam pelo amor, eram amorosas “naturalmente”, o idealizavam como se essa fosse a única possibilidade de serem felizes e que também aceitavam a espera como uma característica inerente à mulher e entende-se que tudo isso faz parte de uma construção cultural, considera-se o que diz bell hooks:

Mulheres são encorajadas pelo pensamento patriarcal a acreditar que deveríamos ser amorosas, mas isso não significa que sejamos mais equipadas emocionalmente do que nossos semelhantes do sexo masculino para fazer o trabalho amoroso. (HOOKS, 2021, p. 139).

A autora, Leticia Wierzchowski, trata o amor romântico e a espera feminina como naturais, reforça construções sociais e culturais estabelecidas como verdades conclusas e não construídas socialmente como de fato são:

Teriam pela frente muitos dias de angústia, à espera de uma notícia, de boa sorte ou de malogro, e então, só então, se fosse o caso, viria a tristeza estar com elas. A tristeza serena que era companheira constante das mulheres do pampa. Sim, pois não havia uma mulher que não tivesse passado pela espera de uma guerra, que não tivesse rezado uma novena pelo marido, acendido uma vela pelo filho ou pelo pai. Sua mãe conhecera a angústia de espera, e antes dela sua avó e sua bisavó... Todas as mulheres na estância estavam na mesma situação, e ela, Ana Joaquina da Silva Santos, era a dona da casa. (WIERZCHOWSKI, 2017, p. 27).

Vale ressaltar que: “Gênero recusou a idéia de que a anatomia da mulher era o seu destino insistindo, ao contrário, que os papéis alocados para as mulheres eram convenções sociais, não ditames biológicos” (SCOTT, 2012, p. 333). Dessa forma, a espera, assim como o amor romântico fazem parte das convenções de gênero

construídas socialmente e culturalmente e que são reforçadas e alimentadas por muitos discursos que aparecem em artefatos culturais diversos, como no caso desta obra de Leticia Wierzchowski. Atenta-se para o que elucida Valeska Zanello:

Em nossa cultura, os homens aprendem a amar muitas coisas e as mulheres aprendem a amar, sobretudo, e principalmente, os homens. Vimos o quão variadas e eficazes são as tecnologias de gênero (revistas, filmes, músicas, novelas etc.) que interpelam performances relacionadas a esses dispositivos, bem como o modo como valorizam os afetos. (ZANELLO, 2018, p. 84).

Quando se fala de amor romântico e conseqüentemente idealizado entende-se como aquele que aparece na vida das mulheres de maneira mágica e que se apresenta como a forma ideal para solucionar todos os problemas, também ele é construído para as mulheres de uma maneira diversa daquela que é construída para os homens, observa-se o que articula Gilles Lipovetski:

O amor não deixa de ser um dispositivo que se edificou socialmente a partir da desigualdade estrutural dos lugares dos homens e das mulheres [...] ao longo da história, os homens e as mulheres não atribuíram ao amor o mesmo lugar, não lhe conferiram nem a mesma importância nem o mesmo significado [...] o amor no masculino não é senão uma ocupação entre outras, ao passo que, no feminino, preenche a sua existência. (LIPOVETSKY, 2000, p. 17).

Durante a narrativa era evidente a construção romântica e idealizada que Manuela fazia de Garibaldi:

Despediu-se de mim com o mais doce olhar que um homem já deitou a uma mulher, depois sumiu na noite como se nunca tivesse existido, como se fosse um sonho que sonhei numa das muitas madrugadas desta guerra, como se fosse um anjo ou um demônio, qualquer ser, do céu ou do inferno, que tivesse vindo a mim para me roubar a alma. Depois sumiu, como um sopro. Uma onda. Como uma lenda. (WIERZCHOWSKI, 2017, p. 244).

Faz-se necessário entender que o amor não é apenas um sentimento, ele deve ser visto como uma ação: “A palavra amor é um substantivo, mas a maioria dos mais perspicazes teóricos dedicados ao tema reconhece que todos amaríamos melhor se pensássemos o amor como uma ação” (HOOKS, 2021, p. 35).

A ideia de um amor único e indissolúvel, que deveria culminar com o casamento era constante nas construções românticas e a espera por esse amor era justificada, pois as mulheres, segundo esse padrão, só seriam felizes se encontrassem esse amor: o amor romântico. Para Valeska Zanello, “o amor romântico seria um amor corrompido pelas relações de poder, pois estimula e pressupõe uma dependência psicológica das mulheres” (ZANELLO, 2018, p. 84). Os papéis do homem e da mulher

eram definidos culturalmente e atravessados por relações de poder: ela amava e obedecia; ele, em troca, mandava e protegia, observa-se o que diz Daniela Auad:

O casamento origina-se, portanto, desse pacto desigual no qual a esposa obedece ao marido, e ele, em troca, a protege das adversidades, das guerras, da fome etc. O que sustenta esse modelo é o pressuposto de que a mulher sempre concordará em se submeter como esposa porque o homem é o mais forte e poderá desfrutar da “superioridade de seu sexo”. (AUAD, 2003, p. 23).

Na análise do livro, há uma nobreza atribuída a esse sentimento e ao casamento e isso os torna desejo de qualquer jovem romântica, vale destacar que esse desejo era parte do universo feminino, porquanto era construído para que as mulheres o buscassem e o cultivassem como um ideal de vida, porém buscavam o amor como uma idealização, atenta-se às palavras de bell hooks:

Nossa cultura pode até dar um valor exagerado ao amor como fantasia comovente ou mito, mas não faz muito em relação à arte de amar. Nossa decepção é direcionada ao amor romântico. Nós fracassamos com o amor romântico quando não aprendemos a arte de amar. É comum confundirmos uma paixão perfeita com um amor perfeito. Uma paixão perfeita acontece quando encontramos alguém que parece ter tudo o que queríamos ver em um parceiro. Digo “parece” porque a intensidade da conexão geralmente nos cega. (HOOKS, 2021, p. 155).

As mulheres repetiam um comportamento que lhes havia sido ensinado, passado de geração a geração e assim se portavam repetindo um padrão que passava de mãe para filha. Elas seguiam um molde que era imposto por uma sociedade que dizia como as pessoas, em especial, as mulheres deveriam se comportar, Daniela Auad esclarece:

A idéia de uma natureza diferente entre homens e mulheres permitiu justificar a separação de papéis e de espaços. É importante notar que essa idéia está presente em nossa sociedade ainda hoje. É como uma *idéia-vírus*. Assim como os vírus vão se modificando para não morrerem e serem pegos pelas vacinas, algumas idéias também vão “mudando de roupa” mas sem modificar seu poder destrutivo. Desse modo, as *idéias-vírus* conseguem perdurar ao longo do tempo em diferentes sociedades (AUAD, 2003, p. 25-26).

Há uma confirmação do estado de impossibilidade das mulheres na história apresentada e por isso a conseqüente espera: a Guerra dos Farrapos, e também uma clareza quanto ao posicionamento das mulheres como sujeitos excluídos do contexto de guerra tendo como destaque especial a personagem Manuela e isso se manifesta através de seu diário íntimo: *Giuseppe sempre lutou por seu sonho. E eu sempre sonhei com ele. Mas luto pouco, porque não tenho armas.* (WIERZCHOWSKI, 2002, p. 241).

Nessa perspectiva, aponta-se o conservadorismo gaúcho, como manutenção de uma ordem que deveria ser mantida, um construir feminino que era imposto por uma sociedade hegemonicamente patriarcal e machista que via a mulher como submissa ao homem, entretanto, deve-se entender que, conforme menciona Dagmar Estermann Meyer: “[...] como nascemos e vivemos em tempos, lugares e circunstâncias específicos, existem muitas e conflitantes formas de definir e viver a feminilidade e a masculinidade” (MEYER, 2003, p. 17). A elas foi dado o confinamento na Estância da Barra, não cabia questionamentos quanto a isso, apenas o aceite passivo. A partir disso, evidencia-se uma pena a se pagar: a “solidão” que se transmuta em espera pelo retorno de seus homens. Existe uma distinção latente entre a tarefa dos homens e das mulheres. Pertence aos homens a liberdade autônoma, ao passo que incumbe às mulheres até o fim da guerra e do ordenamento masculino a tarefa de esperar. A espera ocorre em contraposição aos homens que assumiram forças braçais.

As mulheres, durante a guerra, estavam privadas do mundo externo, em um ambiente recluso que foi destinado a elas. Diante de uma pretensa superioridade masculina, a mulher vê-se em um plano de subordinação e submissão. Assim Manuela utiliza-se da escrita, por meio de um diário íntimo, para manifestar e expressar seus sentimentos. Essa privação a que elas foram expostas refletia a impotência feminina diante dos fatos que aconteciam no ambiente externo, as notícias que chegavam a elas, vinham por meio de cartas escritas pelos homens e eles determinavam o que elas deveriam ou não saber. Nesse contexto, colecionar cartas e enviar mensagens possui a função de abrandar o sofrimento manifestado no compasso de espera e, também de saber o que acontece fora da estância. A correspondência evidencia a condição de aprisionamento feminino, era vetada a participação da mulher em assuntos que diziam respeito à guerra, à política, à cultura, e à economia. A autora corrobora para esse posicionamento quando distingue e delimita ambientes e atitudes femininas e masculinas e ratifica características que devem pertencer, culturalmente, ao universo masculino e ao feminino, observa-se: *Vamos esperar. Não foi para isso que fomos feitas, para esperar, minha filha?* (WIERZCHOWSKI, 2017, p. 41). Ana Maria Colling esclarece:

Por este motivo, não existe “um” corpo feminino, não existe uma natureza feminina, mas uma cultura em que durante séculos as mulheres foram encaradas como seres naturais. A mulher, como o homem, é algo produzido e não pode indagar ao fundo de si para resgatar uma essência. Não existe a

verdadeira mulher, pois “verdadeira” e “mulher” são conceitos criados, portanto, aparências, superfícies, produções. Sob os conceitos, não há nada que possa ser chamado mulher, mas somente relações de poder e de hierarquia socialmente construídas. (COLLING, 2014, p. 27).

A mulher deveria usar um tom baixo e ter a voz doce, ou seja, as emoções, para a mulher, deviam ser contidas, tem-se nesse segmento uma convenção de gênero evidente, a sociedade ditando o comportamento adequado a um gênero e outro. É importante salientar que elas ficavam sabendo dos fatos ocorridos no ambiente de guerra sempre de forma indireta. Não cabia a elas aprofundarem-se a respeito da vida em sociedade, são questões que não convêm e que não devem ser questionadas. Elas deveriam se ocupar das questões domésticas, vistas como menores, qualquer contato com o ambiente externo, alheio à estância, poderia fazer surgir novas perspectivas e isso poderia romper o estado de silenciamento e espera em que se encontravam. Estavam trancafiadas em um espaço em que o tempo era ordenado pelo comer e rezar:

Fechadas naquela casa onde a vida se regia pelas horas de comer e de rezar, era impossível que compreendêssemos os intrincados caminhos daquele sonho. Tudo para nós se baseava na simplicidade da carne com arroz, da hora da sesta, dos banhos de sanga. (WIERZCHOWSKI, 2017, p. 139).

Percebe-se a estagnação como elemento norteador do destino da mulher na situação de guerra, era como se nada pudesse alterar a rotina da situação em que se encontravam. Às mulheres eram atribuídos os trabalhos domésticos e a execução das necessidades fisiológicas, elas eram “destinadas” ao costumeiro, a uma vida dirigida pelos homens, Valeska Zanello menciona que: “Dessa feita, o contexto social constitui, molda e define as emoções, as quais retroalimentam as interações e as relações” (ZANELLO, 2018, p. 36). Elas esperavam; eles lutavam. A construção dos papéis femininos e masculinos aparecem com potência na obra, reforçando a espera como uma atribuição do universo feminino, assim como o ambiente interno, e a luta como uma atribuição masculina, assim como o ambiente externo: *Mas também não sei muito o que le dizer, os homens não foram feitos para a espera. Esses humores são femininos, por isso é que parimos. Nós, sim, fomos feitas para esperar, sempre (WIERZCHOWSKI, 2017, p. 139).*

Manuela de Paula Gonçalves da Silva Ferreira era aquela que escrevia em seu diário as agruras e as alegrias que as mulheres viviam dentro da casa da Estância da Barra. Ela foi aquela que representou muito bem as duas categorias que estão sendo

analisadas: o amor romântico e a espera feminina. Antes mesmo de conhecer Giuseppe Garibaldi já o amava, o idealizava e o esperava, pois havia sido avisada por meio de premonições que ele viria, por ele esperou a vida inteira na esperança de viver e concretizar esse amor.

A moça buscava fugir do momento presente diversas vezes vivendo a sua imaginação. Isso acontecia, desde o início, quando teve uma revelação dos acontecimentos futuros: *E foi então que vi, para as bandas do oriente, a estrela que descia num rastro de fogo vermelha* (WIERZCHOWSKI, 2017, p. 13). Ela era uma típica personagem romântica, daí a normalidade em oscilar entre a realidade e a imaginação, ainda mais quando a realidade não correspondia às suas expectativas. Deve-se ter muito cuidado com essa atribuição de uma intuição e capacidade imaginativa inerente à mulher, pois isso naturaliza determinadas convenções de gênero, querendo dizer em contrapartida que nela há a dificuldade para o desenvolvimento da razão e que os homens não possuem essa capacidade: intuir e imaginar, observa-se o que elucida Daniela Auad:

Essa idéia de ligar as mulheres à intuição mostra-se perigosa e preconceituosa. É um modo de dizer que as mulheres não sabem usar a razão e o raciocínio lógico, o que as tornaria incapazes para uma série de coisas, como cargos de comando e profissões como a engenharia. Esse tipo de idéia não prejudica apenas as mulheres. É ruim para os homens também. Se intuição e imaginação são “coisa de mulher”, aos homens é proibido ser intuitivo, sob pena de serem taxados de “menos masculinos”. (AUAD, 2003, p. 40).

Ainda que o homem e a mulher, no caso da narrativa, Garibaldi e Manuela idealizassem um amor que pudesse violar todas as convenções sociais, as conveniências e disposições institucionais havia obstáculos que não podiam ser transpostos. Nesta situação, o obstáculo foi Bento Gonçalves que não autorizou o casamento, pois Manuela já era prometida a seu filho Joaquim e essa promessa foi reiterada ao pai de Manuela no seu derradeiro fim:

— *Vou falar primeiro, amigo Garibaldi. Vosmecê há de me entender... É sobre minha sobrinha Manuela. — Fez-se um silêncio pesado. E prosseguiu: — Sei que vosmecê está enamorado da menina, mas le peço como um cavalheiro que não le faça mais a corte. Manuela está prometida para meu filho Joaquim. E Joaquim está na guerra. É cosa acertada faz muito tempo. Además, não hei de quebrar a promessa que fiz ao meu falecido cunhado. Ele apreciava muito esse casamento.* (WIERZCHOWSKI, 2017, p. 230).

Evidencia-se na atitude de Bento Gonçalves a normalidade com a qual os homens decidiam a vida das mulheres sem ao menos perguntar a elas o que

desejavam. Cabia aos homens definir, conforme os seus interesses e sua perspectiva aquilo que era mais adequado ao destino de cada uma.

Inicialmente, Garibaldi demonstrava apreensão e sentia-se angustiado por ter que cumprir as ordens do general, porém a possibilidade de uma nova aventura o enchia de emoção, já que trazia a ânsia pela guerra e pelas aventuras, o sentimento que nutria por Manuela não seria impedimento para continuar a sua caminhada, como bom aventureiro que demonstrava ser. Essa atitude de Garibaldi comprovava a opinião da família de Manuela: [...] *por mais que bons sorrisos tenha, não foi feito para usted. É um homem sem casa, sem pouso. Um pássaro. Sabe-se lá de onde vem e para onde vai. É um aventureiro.* (WIERZCHOWSKI, 2017, p. 209).

Manuela manifestava um desejo muito tímido de segui-lo, no entanto, foi vencida pelo conformismo e aceitou o seu destino. Mais adiante ficou sabendo por carta de seu primo Joaquim do envolvimento de Garibaldi com Anita:

Para que a senhora saiba como vai tudo, ouça que até mesmo o italiano Giuseppe Garibaldi, tão honroso soldado, e a quem tanto nós devemos, cometeu a sua falta, tendo se apaixonado e tomado para si uma moça da vila que era casada, e cujo marido está na guerra junto com as tropas inimigas. Pois o nosso valoroso Garibaldi, que furou o bloqueio imperial aqui na barra de maneira tão engenhosa quanto corajosa, levou em seu barco a tal moça de nome Anita e rumou para o litoral de São Paulo, com o intento de fazer capturas nas águas. Esta vila está mui ofendida com esse amor impudico assim consumado em plena luz do dia, [...] (WIERZCHOWSKI, 2017, p. 262-263).

Havia, na carta de Joaquim, um julgamento escancarado em relação ao envolvimento de Anita e Garibaldi por ser ela uma mulher casada e uma ironia latente relembando os fatos heroicos de Garibaldi em contraponto com a postura dele no relacionamento com Anita. Enquanto a relação com Manuela foi escondida; com Anita ele se mostrava à vista de todos e todas. Manuela possuía a deferência de ser uma moça de família; Anita não recebia a mesma consideração. Garibaldi a tratava de forma diferente, ainda que tivesse assumido Anita como mulher e mãe de seus filhos, ela nunca chegaria próxima ao caráter idealizado de Manuela, mesmo assim era ela a mulher ideal para segui-lo, havia uma conveniência definida, já que seguindo ao lado de Anita não precisaria abrir mão de sua vida já estabelecida: aventureira e desregrada.

O próprio amor que ele dizia sentir podia ser colocado à prova, pois o amor seria por Manuela, Anita ou por suas aventuras? Havia em Manuela a certeza do amor, já Garibaldi era amado, atenta-se para o que diz bell hooks:

Ainda que eles teorizem sobre o amor, são as mulheres que o praticam com mais frequência. A maioria dos homens sente que recebe amor e, portanto, sabe o que é ser amado; as mulheres geralmente se sentem num estado constante de anseio, querendo amor, mas sem recebê-lo. (HOOKS, 2012, p. 26).

Na correspondência destinada a Manuela ele falava de seu suposto amor e das vantagens de ter Anita ao seu lado:

Ao vostro lado, eu fui felice, e dividi um amor puro que muito me acalmou a alma. Mas a vida, as exigências superiores e o destino me levaram para longe de vosmecê. Nem sempre, Manuela, a vida nos dá aquilo que almejamos, mas nos dá outras e novas cosas com as quais aprendemos a viver. Questo sucedeu comigo. E hoje me sinto contento, mesmo que recorde aqueles dias com um sorriso saudoso. Ma io parti. E, longe de questa estância que a acolhe e abriga, conheci outras cosas e personas. E conheci Anita, que hoje é mia companheira e amorosa esposa. Anita, que atravessa comigo as batalhas e os sofrimentos, e que deixou tutto para estar ao mio lado. (WIERZCHOWSKI, 2017, p. 310).

Garibaldi encontrou a “mulher ideal” para acompanhá-lo, mas Manuela recusou-se a macular seu amor casando-se com Joaquim. Quando a tia mostrou-lhe a carta de Garibaldi, Manuela desesperou-se, pensou, inclusive ser tudo mentira: - *Giuseppe não ama essa tal Anita, eu sei. Vi nos olhos dele o quanto me amava. É um homem de honra, tia. Não iria fazer isso comigo, não iria...* (WIERZCHOWSKI, 2017, p. 266). Porém, logo depois, ao ficar sozinha, foi tomando consciência da realidade: *É tola e burra como qualquer outra moça. Tão tola quanto Rosário, que ama um homem que não existe. E sempre se achou diversa, mais esperta, mais terrena do que as outras, que só fazem sonhar... No entanto, cometeu também o seu erro: amou um Giuseppe diferente, um príncipe, um herói, um homem bom e delicado e romântico que lhe dissera galanteios e jurara coisas lindas para um futuro que agora está morto* (WIERZCHOWSKI, 2017, p. 268).

Em um ato de total desespero Manuela pegou a tesoura e cortou os cabelos: *Sente as mechas se derramando pelo chão, libertas, mortas, perdidas de si* (WIERZCHOWSKI, 2017, p. 269). Ela queria ter a coragem de Anita e o corte de seus cabelos traziam a simbologia da liberdade pela qual ansiava: *Leva as mãos ao pescoço. A pele nua arrepiava-se. Manuela sente uma liberdade estranha, masculina, quase anima.* (WIERZCHOWSKI, 2017, p. 269). Percebe-se que Manuela só se sente

corajosa e livre ao se aproximar de um visual masculino reforçando os padrões sociais estabelecidos. Logo, Dona Antônia entra no quarto e tenta mostrar a ela quem realmente era Garibaldi: *Não lutou por vosmecê. E ele é um lutador* (WIERZCHOWSKI, 2017, p. 271).

Dona Antônia disse a Manuela que as demais mulheres não precisariam saber do corte do cabelo, pois já estavam bastante fragilizadas com a guerra, por isso fez um coque e disfarçou com um penteado. O corte do cabelo representava para Manuela o rompimento com os padrões estabelecidos pela família e pela sociedade e junto a isso a coragem (ou a falta dela) de seguir ao lado do homem que amava. Recolocá-los demonstrava que essa coragem não existia e que tampouco conseguia se impor diante da família e romper com os padrões comportamentais impostos.

Ficou evidente que a única decisão de Manuela que contrariou o que dela era esperado foi a decisão de não casar com Joaquim. Essa decisão não significava liberdade ou domínio de si mesma, pois seguia presa ao amor que idealizou por Garibaldi, pois o esperou até a morte:

Apesar de tudo, a revolução fora um tempo feliz na minha vida. O que veio depois, pouca ou nenhuma importância teve. Longos anos estéreis, gastos na contemplação das alegrias alheias, enquanto a beleza que um dia tive esvaía-se, mutando-se em gatura, em flacidez e em rugas. Envelheci esperando Giuseppe. E ele nunca veio. No entanto, jamais perdi minhas esperanças. Jamais vacilei no meu amor, na minha adoração. Nítidas, todas as lembranças dele em minha alma, o tom exato dos seus olhos de mel, o ouro dos seus cabelos, a veludeza alegre da sua voz, o calor dos seus abraços, a pimenta dos seus beijos. Hoje, sou velha, velha o bastante para contar da Revolução Farroupilha para quem não a viveu e pouco sabe daquele tempo. Hoje sou feita de lembranças. As pessoas me apontam na rua, sou como uma lenda, uma coisa entre o grotesco e o misterioso: a “noiva” de Garibaldi. O quase. Sou aquela que não se concretizou. (WIERZCHOWSKI, 2017, p. 430–431).

Manuela escolheu amar e esperar por Garibaldi por toda a vida, optou por abandonar uma possível felicidade ao lado do primo Joaquim, essa decisão reforça a ideia de que não se ama por instinto como o que se apresenta em discursos prontos e proclamados em diversos romances, novelas, livros e demais artefatos culturais, mas por escolha.

Nunca desistiu do seu amor, por ele esperou uma vida inteira, mesmo com o tempo passando, mesmo com a vida acontecendo, via naquele sentimento um prenúncio de eternidade:

Decerto, assim o soube desde o primeiro instante, e esse amor não me veio como chuva, mas era um manancial, era um oceano tão igual ao que Giuseppe nos narrara, que soube ser verdadeiro e eterno — até hoje ainda o amo com a mesma faina,

mesmo gasto o tempo, mesmo passadas tantas coisas, mesmo que esse oceano já se tenha evaporado e dele só me reste o seu sal e alguns escombros de sonhos, como fósseis mui antigos que eu acarinho com cuidado para que não virem pó. (WIERZCHOWSKI, 2017, p. 207).

O objeto de pesquisa em questão traz o amor romântico e a espera feminina como algo a ser cultivado e enaltecido e como uma atribuição legítima do universo feminino. Essa construção reforça diferenças sociais e contribui para uma divisão de características próprias do universo masculino e feminino: anunciando o que homens e mulheres devem sentir e como devem se comportar, relegando às mulheres um papel de submissão, de desempoderamento e de inferioridade, Valeska Zanello esclarece: “Para as mulheres, o amor diz respeito à sua identidade, como uma experiência vital. O amor em nossa cultura, se apresenta como a maior forma (e a mais invisível) de apropriação e desempoderamento das mulheres” (ZANELLO, 2018, p. 83).

A família de Manuela acreditava que com o tempo ela mudaria de ideia e acabaria aceitando desposar Joaquim, no entanto, isso não aconteceu ela seguiu firme no seu propósito de espera desobedecendo às determinações familiares, ainda que não se sentisse livre para seguir o que acreditava ser o seu destino. Nesse ponto, há uma retomada do sistema patriarcal vigente e o discurso e o espaço historicamente reservado à mulher: a casa, a família, o ambiente interno:

As mulheres ocupavam-se com seus assuntos menores, seus anseios, não reles em tamanho, pois dessa delicada fímbria feminina é que são feitas as famílias e, por conseguinte, a vida; falavam dos filhos, do calor do verão, dos partos recentes; tinham um olho posto nas conversas, os risos doces, a alegria; porém, com o outro fitavam seus homens: tudo o que lhes faltasse, de comer ou de beber, do corpo ou da alma, eram elas que proviam (WIERZCHOWSKI, 2017, p. 12).

Embora Manuela tenha tido ímpetos pela liberdade, a personagem acaba sendo sufocada pelo sistema patriarcal no qual estava inserida. Havia uma oscilação em seu comportamento: em alguns momentos ela encarnava a mulher delicada e submissa e em outros demonstrava valores revolucionários ansiando por liberdade, todavia não teve forças suficientes para enfrentar a sociedade da época e seguir o que acreditava ser para ela o seu destino, incapacitando-se de romper com as verdades impostas pela família. Seu ato de valentia constituiu-se em negar o casamento com o primo Joaquim e esperar, observa-se:

E nem me casaria com outro que não fosse o meu Giuseppe. D. Antônia fitou-me com os olhos rasos d'água e não disse mais nada, restou em silêncio, aplicando compressas em minha testa febril. Muito depois, quando saía do quarto, sussurrou: "Um dia, isso tudo passa, filha. Vosmecê vai ver." Sei que não passará. Fui talhada para ser de um único homem, e serei dele eternamente. Mesmo que nunca nos casemos, mesmo que a guerra ou o destino o leve para longe de mim, permanecerei esperando-o até quando for necessário, até a eternidade. (WIERZCHOWSKI, 2017, p. 242).

Essa espera estabelecia um ato de rebeldia, pois ela estava afrontando a cultura dominadora masculina que escolhia para ela um casamento à revelia, a sua ousadia foi negar a união e colocar-se à espera daquilo que acreditava ser para ela e assim manteve-se até o findar de sua vida: esperando e amando.

Joaquim Gonçalves da Silva, primogênito de Bento Gonçalves, foi o homem escolhido para desposar Manuela e ainda antes da guerra já a cortejava. O casamento deles teve que ser adiado com a deflagração do conflito. Ele era médico e muito auxiliou no combate, atendendo aos homens que eram feridos, também acompanhou a doença do pai durante a revolução. Com a chegada do italiano Giuseppe Garibaldi, Manuela, sua prometida, desistiu do enlace, visto que seu amor por Garibaldi era maior do que qualquer convenção e acordo pré-estabelecido. Joaquim, mesmo sabendo do amor dela por outro, tentou dissuadi-la, mas não obteve sucesso, ela continuou firme em sua decisão de ser fiel por toda a vida ao italiano. Logo, após o fim da guerra, cansado de esperar pelo amor de Manuela, Joaquim se casa em 1857: *Joaquim casou somente em 1857, cansado de esperar por Manuela (WIERZCHOWSKI, 2017, p. 461)*. Há nessa passagem uma proposição diversa: um homem esperando.

A espera e o amor romântico aparecem quase que em sua totalidade, na narrativa, como uma convenção do feminino, mas Joaquim subverte essa regra e também se põe a esperar por Manuela. Sabe-se que a espera e o amor são concebidos de forma diversa para homens e mulheres e que o significado para um e outro pode ser distinto: “[...] a cultura amorosa deixou de se construir segundo uma lógica social invariável: a da dissemelhança do papel de do homem e do papel da mulher” (LIPOVETSKY, 2000, p. 16). Entende-se também que a espera pelo amor tanto pode significar covardia como rebeldia, pode ser um ato de resistência, como também uma desistência. Joaquim apresenta a espera em seu comportamento,

contrariando o que é previsto para os homens pelas construções sociais e culturais daquela época.

Pode-se perceber que as personagens femininas não sofrem grandes transformações no decorrer da narrativa, visto que se encontram em um ambiente de clausura, onde os dias passam lentamente e a mesmice toma conta dos amanheceres e dos entardeceres. Ainda que Manuela seja a personagem que apresenta em maior profundidade as duas categorias analisadas: o amor romântico e a espera feminina, é por meio das mulheres da casa, que a autora reforça essas convenções de gênero concedendo naturalidade ao fato do amor romântico e da espera serem atribuições próprias do gênero feminino, já que ela evidencia que são as mulheres da casa que amam e esperam por seus homens. Sabe-se que essas características são construídas historicamente e socialmente como convenções de gênero, que funcionam como relações de poder colocando as mulheres, muitas vezes, em um plano de inferioridade e submissão. Daí a importância de analisar, refletir e repensar aquilo que é dado pela sociedade como natural e que, na verdade, não passa de uma construção social e cultural para legitimar a imposta superioridade de um gênero em relação a outro, no caso, o masculino sobre o feminino.

5.2.5 APONTAMENTOS FINAIS

Na obra *A Casa das Sete Mulheres*, destacam-se duas categorias comuns entre as sete mulheres da casa: a idealização do amor romântico e da espera feminina. Pode-se considerar as questões de gênero presentes na idealização desse amor e na naturalização da espera feminina como convenção de diferença imposta social e culturalmente entre homens e mulheres, atenta-se para o que elucida Valeska Zanello:

O amor, tal como o conhecemos na atualidade é, portanto, histórica e socialmente construído, privilegiando processos específicos de configuração afetiva (de sentimentos) que precisam ser mais bem estruturados e compreendidos. (ZANELLO, 2018, p. 80).

Os artefatos culturais ensinam, mesmo sem terem a intenção direta, esse é o caso do objeto de estudo em questão: no discurso da autora aparece o reforço de como se deve amar, enaltecendo o amor romântico como o único que leva à felicidade, e como as mulheres devem se comportar, como, por exemplo naturalizando a espera como parte do universo feminino. Há que se levar em conta que o amor é uma construção diária que envolve pessoas advindas de diversos contextos culturais e

sociais e que, assim tendem a conflitar ideias, atitudes e sentimentos. O patriarcado tende a ditar aos homens e às mulheres comportamentos e ações ao que se refere a sentimentos como se houvesse uma única forma de amar e sentir, atenta-se para o que elucida bell hooks:

Ao abraçarem o patriarcado, precisam abandonar ativamente o desejo de amar. A masculinidade patriarcal exige que meninos e homens não só se vejam como mais poderosos e superiores às mulheres, mas que façam o que for preciso para manter sua posição de controle. (HOOKS, 2021, p. 60).

Os padrões que podem caber em uma situação não devem ser generalizados e tomados como regra. O amor não deve ser visto como algo mágico, idealizado, surreal ou de outro mundo, mas como uma ação, “o amor é uma ação, uma emoção participativa” (HOOKS, 2021, p. 147), que move as pessoas e por que não o mundo. Ele não deve ter como premissa a dominação ou o poder, já que “a dominação não pode existir em qualquer situação social em que prevaleça uma ética amorosa” (HOOKS, 2021, p. 100), pois ao intencionar dominar, o poder passa a ser exercido e as pessoas deixam de manifestar o que de verdade sentem, pensam ou querem, bell hooks, elucida:

Quando o amor está presente, o desejo de dominar e exercer poder não pode ser a ordem do dia. Todos os grandes movimentos sociais pela liberdade em nossa sociedade têm promovido uma ética amorosa. A preocupação em relação ao bem coletivo de nosso país, de nossa cidade ou vizinhança, baseada em valores amorosos, faz com que todos busquemos nutrir e proteger esse bem. (HOOKS, 2021, p.100).

Se houvesse a preocupação em entender e estender o amor à esfera pública e social, muita violência e desigualdade poderia ser evitada. Compreender o amor como uma escolha, faz toda a diferença:

Para conhecer o amor, devemos abrir mão do nosso apego ao pensamento machista em todas as formas pelas quais ele se apresenta em nossa vida. Esse apego sempre nos fará voltar ao conflito de gênero, uma forma de pensar os papéis sexuais que diminui mulheres e homens. Para praticar a arte do amor, primeiro temos que escolher o amor – admitir para nós mesmas que queremos conhecer o amor e amar, ainda que não saibamos o que isso significa. (HOOKS, 2021, p. 140).

Ao perceber que o amor não domina ou exerce poder sobre alguém, já que o seu poder é de transformar, entende-se que os espaços devem ser permeados por pessoas e não definidos pelo gênero de cada um, atenta-se para o que menciona Ana Maria Colling:

Incluir as mulheres no processo histórico não significa unicamente – apesar de sua importância – incluir a metade da humanidade no discurso; significa

também um fato que afeta a humanidade e seu conjunto. Ao se analisar a história sob uma perspectiva de gênero, questiona-se a validade dos modelos interpretativos existentes, modifica-se a centralidade das análises hegemônicas, tornando visível o androcentrismo do discurso científico e histórico tradicional. (COLLING, 2014, p. 15)

Elas acreditavam, viviam e esperavam o amor romântico (ainda que construído socialmente), para eles o amor tinha uma base mais instintiva e sexual do que sentimental (também ditada pelas regras tidas como verdadeiras no âmbito social e cultural, político e econômico), também havia neles a vontade pungente de dominar, vale lembrar o que Daniela Auad destaca: “O capitalismo se desenvolveu de modo diferente em cada país, mas em todos os países legitimou a dominação das mulheres, que enfrentavam, em lugares diferentes, problemas semelhantes de opressão.” (AUAD, 2003, p. 52).

A espera feminina aparece no livro *A Casa das Sete Mulheres* como norma a ser seguida pelas mulheres, as próprias mulheres da casa atribuíam-se essa característica como algo naturalizado, não a contestavam e seguiam os seus dias esperando pelos seus homens, fossem eles seus amores, seus filhos, seus sobrinhos, mas esperavam como se para elas não houvesse outra alternativa. É evidente no discurso da autora a naturalização dessa convenção de gênero, pois atribui a um comportamento construído socialmente e culturalmente um viés biológico, reforçando um padrão social e cultural através da sua narrativa.

Para que esse movimento contrário a tudo aquilo que foi construído e ditado pelo social e cultural pudesse ser refeito e revisto deveria haver o entendimento de que o amor não deve ser compreendido apenas como um sentimento, mas como uma ação que move e pode transformar vidas, uma ação que faz caminhar, assim essa idealização e construção romântica que justifica tantas dores, perdas, desatinos e esperas deixa de fazer sentido e uma nova visão poderá ser vislumbrada, atenta-se para o que menciona bell hooks:

Começar por sempre pensar no amor como uma ação, em vez de um sentimento, é uma forma de fazer com que qualquer um que use a palavra dessa maneira automaticamente assuma responsabilidade e comprometimento. Somos com frequência ensinados que não temos controle sobre nossos “sentimentos”. Contudo, a maioria de nós aceita que escolhemos nossas ações, que a intenção e o desejo influenciam o que fazemos. Também aceitamos que nossas ações têm consequências. Pensar que as ações moldam os sentimentos é uma forma de nos livrarmos de suposições aceitas convencionalmente, como a de que pais amam seus filhos, de que alguém simplesmente “cai” de amores sem exercer desejo ou escolha, de que existe algo chamado “crime passionai”, isto é, a ideia de que ele a matou porque a amava demais. Se nos lembrássemos constantemente de que o amor é o que o amor faz, não usaríamos a palavra de um jeito que

desvaloriza e degrada o seu significado. Quando amamos, expressamos cuidado, afeição, responsabilidade, respeito, compromisso e confiança. (HOOKS, 2021, p. 41).

O amor é uma construção diária e não uma necessidade imediata a ser satisfeita, vendo-o dessa forma entende-se que não há poder a ser exercido, pois as idealizações e os padrões sociais ditados, como aparecem no objeto de estudo: o amor como um ideal de vida para a mulher, deixam de ter valor único, uma vez que uma nova forma de ver e sentir começa a ser vislumbrada: “O amor verdadeiro raramente é um espaço emocional em que as necessidades são recompensadas instantaneamente. Para conhecer o amor verdadeiro, temos que investir tempo e compromisso.” (HOOKS, 2021, p. 110).

Tanto amar romanticamente como esperar por esse amor foram categorias reforçadas na obra *A Casa das Sete Mulheres*. Padrões de comportamento impostos às mulheres e vistos como naturais. Ao compreender que todo artefato cultural age pedagogicamente, entende-se a importância de refletir sobre as diversas convenções de gênero que aparecem nesses artefatos e que limitam e oprimem as mulheres, colocando-as, diversas vezes, em posição de inferioridade diante da masculinidade construída socialmente pelo patriarcado.

Há o reforço da naturalização dessas duas categorias: a espera feminina e o amor romântico no discurso do objeto de estudo. A autora com seu discurso fortalece a espera feminina como algo natural e parte significativa do universo feminino bem como o amor romântico como um sentimento que é próprio das mulheres e que deve ser por elas buscado, pois disso dependerá a felicidade. São convenções de gênero reforçadas em um artefato cultural que tendem a ensinar como homens e mulheres devem se comportar. São pedagogias culturais e em seus discursos reverberam o padrão comportamental machista imposto por uma sociedade patriarcal.

5.2.6 REFERÊNCIAS

AUAD, Daniela. **Feminismo, que história é essa?** Rio de Janeiro DP&A, 2003.

COLLING, Ana Maria. **Tempos diferentes, discursos iguais:** a construção do corpo feminino na história. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2014.

COSTA, Marisa Vorraber. Poder, discurso e política cultural: contribuições dos Estudos Culturais ao campo do currículo. In: LOPES, Alice C. e MACEDO, Elizabeth (Orgs.). **Currículo: debates contemporâneos**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2005b, p. 133-149.

HOOKS, Bell. **Tudo sobre o amor: novas perspectivas**. Rio de Janeiro: Editora Elefante, 2021.

LIMA, Lana Lage da Gama; SOUZA, Suellen André de. Patriarcado. In: COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antonio (orgs). **Dicionário Crítico de Gênero**. Dourados/MS: Ed. Universidade Federal da Grande Dourados, 2019, p. 578-582.

LIPOVESTSKY, Gilles. **A Terceira Mulher**. Permanência e Revolução do Feminino. Maria Lucia Machado (trad.), São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

LOURO, Guacira Lopes. Epistemologia feminista e teorização social desafios, subversões e alianças. In: ADELMAN, Miriam; SILVESTREIN, Celsi Brönstrup. (Orgs). **Coletânea Gênero Plural Curitiba**: Editora UFPR, 2002, p. 11-22.

LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da Sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 2.ed. Tradução dos artigos: Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. P. 7-34.

MEYER, Dagmar Estermann. Gênero e educação: teoria e política. In: LOURO, Guacira Lopes; NECKEL, Jane Felipe; GOELLNER, Silvana Vilodre. **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação**. Petrópolis: Vozes, 2003, p. 9-27.

ROSSINI, Taiza Nogueira. A construção do feminino na Literatura: representando a diferença. **Trem de Letras**, v. 3, n. 1, p. 97-111, 11 jul. 2016.

SCOTT, Joan W. Os usos e abusos do gênero. Traduzido por Ana Carolina Eiras Coelho Soares. Projeto História: **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, 45, 2012. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/15018>. Acesso em 12 jan. 2021.

SILVA, Tomaz Tadeu da. Currículo e identidade social: territórios contestados. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. (Org.). **Alienígenas na sala de aula: uma introdução aos estudos culturais em educação**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2003, p. 190-207.

SOARES, Rosângela de Fátima Rodrigues; MEYER, Dagmar Elisabeth, Estermann. O que se pode aprender com a “MTV de papel” sobre juventude e sexualidade contemporâneas?. **Revista Brasileira de Educação**, Porto Alegre, n. 23, p. 136-148, maio- ago, 2003.

WILLIAMS, Raymond. **La larga revolución**. Buenos Aires, Nueva Visión, 2003.

ZANELLO, Valeska. **Saúde mental, gênero e dispositivos: Cultura e processos de subjetivação**. Curitiba: Appris, 2018.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a realização da pesquisa, algumas respostas vieram, mas foram poucas, se comparadas à quantidade de perguntas que afloraram.

Por meio das leituras realizadas durante o processo de construção da pesquisa, pude constatar que somos sujeitos construídos por muitas instâncias sociais e que vamos aprendendo em lugares diferentes. Nesse processo somos expostos a artefatos culturais (livros, revistas, imagens, programas televisivos, filmes, dentre outros), que com suas pedagogias culturais ensinam, reproduzem e reforçam conceitos, comportamentos e convenções. Entender que artefatos culturais trazem discursos e contêm pedagogias que ensinam e fortalecem convenções de gênero, mesmo que não possuam a intenção, faz-se necessário para que essa reprodução seja revista.

A partir do objeto de estudo pesquisado *A Casa das Sete Mulheres*, percebeu-se, em função do discurso da autora Leticia Wierzchowski, o reforço de certas convenções de gênero. Com a sua narrativa marcada pelo determinismo¹⁸ biológico a autora mostrou preferências, aptidões, habilidades e comportamentos próprios de cada gênero, comprovando distinções entre homens e mulheres e assim justificando lugares sociais, atributos e comportamentos de cada um e uma. Sabe-se que os gêneros são construções socioculturais e que se aprende a ser homem e mulher de diversas maneiras e em distintos espaços. Essas características aparecem na obra como inatas ao homem e à mulher e sabe-se que, na verdade, são atributos construídos ao longo de muitos anos por uma sociedade patriarcal, opressiva e machista que reserva às mulheres um lugar de submissão e aos homens uma posição de protagonismo.

Ao realizar essa investigação, fica evidente o quanto essas pedagogias vêm (re)produzindo e construindo comportamentos ditos masculinos e femininos, por isso urge estarmos atentos e atentas para outras abordagens. Nesse sentido, as convenções que são impostas e colocadas como naturais referem-se a vivências e situações as quais o sujeito é exposto. Diversificar os espaços, as leituras e as discussões faz-se urgente para que se entenda que as convenções de gênero são

¹⁸ Tendência a atribuir um peso e um grau exagerados à determinação que um certo fenômeno exerce sobre um outro. Dependendo de qual fator se considera determinante, pode-se falar em determinismo biológico, determinismo econômico, determinismo tecnológico etc. (SILVA, 2000, p. 39).

culturalmente construídas e que se encontram em um contexto cultural e histórico que tendem a reforçá-las, naturalizando-as.

No processo de leitura do objeto de estudo, *A Casa das Sete Mulheres*, duas categorias para análise emergiram: o amor romântico e a espera feminina. Tanto o amor romântico quanto a espera feminina foram, no discurso da autora, Leticia Wierzchowski, naturalizados e trazidos como próprios do universo feminino.

Em sua narrativa ficava evidente a naturalização da espera feminina: à mulher cabia esperar enquanto aos homens cabia a luta, dessa forma, por meio da narrativa a autora também delimitou os espaços: o público, para os homens; o privado, para as mulheres. Também às mulheres cabia “a arte de amar”, como se nascessem com um dispositivo próprio para isso e para os homens o amor não tinha a importância que havia para as mulheres, pois, na obra, percebe-se pelo discurso, que a mulher só seria feliz se arrumasse um amor que culminasse em um casamento. Essas convenções trazem em seu discurso naturalizações de comportamentos que são tidos por quem lê a obra como naturais e próprios de cada universo: masculino e feminino, daí a importância de rever determinadas construções que ditam esses comportamentos.

Por meio da análise cultural, embasada nos Estudos Culturais e Estudos Feministas, em suas vertentes pós-estruturalistas, realizei a pesquisa e evidenciei a importância de problematizar as representações sociais no que tange a gênero e à sexualidade, pois o objeto de estudo em questão que se apresenta como uma pedagogia cultural (re)produz padrões comportamentais delimitando e naturalizando conceitos como únicos, verdadeiros e inquestionáveis.

7 REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Júlia Lopes de. **Eles e elas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1922.
- BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 26, p. 329-376, 2006.
- COLLING, Ana Maria. Subjetividade. In: COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antonio (orgs). **Dicionário Crítico de Gênero**. Dourados/MS: Ed. Universidade Federal da Grande Dourados, 2019, p. 672-675.
- COLLING, Ana Maria. **Tempos diferentes, discursos iguais: a construção do corpo feminino na história**. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2014.
- COSTA, Marisa Vorraber. Estudos Culturais: para além das fronteiras disciplinares. In: COSTA, Marisa Vorraber (org.). **Estudos Culturais em Educação: mídia, arquitetura, brinquedo, biologia, literatura, cinema...** Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000, p. 13-36.
- COSTA, Marisa Vorraber. Estudos Culturais e Educação: um panorama. In: SILVEIRA, Rosa Maria Hessel (org.). **Cultura, poder e educação: um debate sobre estudos culturais em educação**. Canoas: Ed. ULBRA, 2005, p. 107-120.
- COSTA, Claudia de Lima. "O feminismo e o pós-modernismo/pós-estruturalismo: (in)determinações da identidade nas (entre)linhas do (con)texto". In: PEDRO, Joana Maria; GROSSI, Miriam Pillar (Orgs.). **Masculino, feminino, plural: gênero na interdisciplinariedade**. Florianópolis: Editora Mulheres, 2000, p. 57-90.
- COSTA, Ana Alice Alcântara. O movimento feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política. **Gênero**, Niterói, v. 5, n. 2, 1981.
- DUBY, Georges; PERROT, Michelle. **História das Mulheres no Ocidente**. A Antiguidade, Vol 1, Porto: Edições Afrontamento, 1990.
- ESCOSTEGUY, Ana Carolina. Estudos Culturais: uma introdução. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **O que é, afinal, Estudos Culturais?** Belo Horizonte: Autêntica, 2004, p. 133-166.
- FISCHER, Rosa Maria Bueno. O dispositivo pedagógico da mídia: modos de educar na (e pela) TV. **Educação e pesquisa**, v. 28, n. 1, p. 151-162, jan./jun. 2002. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022002000100011&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 12 dez. 2019.
- FLORES, Hilda A. Hubner, **Mulheres na Guerra dos Farrapos**. Porto Alegre. Martins Livreiro. 2013.
- HALL, Stuart. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. **Educação & realidade**, v. 22, n. 2, p. 15-46, 1997. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71361/40514>. Acesso em: 11 nov. 2019.

HOWES, Guilherme. **Dialética e andronormatividade**: o trabalho pedagógico na gramática do capital. 2017. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal de Santa Maria. Programa de Pós-Graduação em Educação. Santa Maria, 2009.

HOOKS, Bell. **O feminismo é para todo mundo**: políticas arrebatadoras. 1 ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

JOHNSON, Richard. O que é, afinal, Estudos Culturais?. SILVA, Tomaz Tadeu da. **O que é, afinal, Estudos Culturais?** Belo Horizonte: Autêntica, 2004, p. 7-132.

LAURETIS, Teresa de. A tecnologia de gênero. In: HOLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). **Tendências e impasses**: o feminismo como crítica cultural. Rio de Janeiro, Rocco, 1994. p. 206-242. Disponível em: <http://marcoaureliosc.com.br/cineantropo/lauretis.pdf> . Acesso em: 13 jan. 2021.

LOURO, Guacira Lopes. Epistemologia feminista e teorização social – desafios, subversões e alianças. In: ADELMAN, Miriam; SILVESTRIN, Celsi Brönstrup. (Orgs). **Coletânea Gênero Plural**. Curitiba: Editora UFPR, 2002, p. 11-22.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero, sexualidade: pedagogias contemporâneas. **Revista Pro-posições**, Campinas, SP, v.19, n. 2, p. 17-23, 2008. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/view/8643470> . Acesso em: 1 mar. 2021.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero e sexualidade e educação**. Uma perspectiva pós-estruturalista. 7. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1997.

MACHADO, Lia Zanotta. Feminismo, academia e interdisciplinaridade. In: COSTA, Albertina; BRUSCHINI, Cristina (Orgs.). **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992, p. 24-38.

MAGALHÃES, Joanalira Corpes. **Por que os homens nunca ouvem e as mulheres não sabem estacionar?** Analisando a rede de discursos das neurociências quanto às questões de gênero em alguns artefatos culturais. 2008. Dissertação (Mestrado em Educação em Ciências) Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências. Porto Alegre, 2008.

MARIANO, Silvana A. O sujeito do feminismo no pós-estruturalismo. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 3 n. 13, p. 483-505, set./dez. 2005.

MEYER, Dagmar Estermann. Gênero e educação: teoria e política. In: LOURO, Guacira Lopes; NECKEL, Jane Felipe; GOELLNER, Silvana Vilodre. **Corpo, gênero e sexualidade**: um debate contemporâneo na educação. Petrópolis: Vozes, 2003, p. 9-27.

MUHLEN, Bruna Krimberg von; STREY, Marlene Neves. Identidade. IN. COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antonio (orgs). **Dicionário Crítico de Gênero**. Dourados/MS: Ed. Universidade Federal da Grande Dourados, 2019, p. 409-413.

MUNIZ, Diva do C.G. **Um toque de gênero: história e educação em Minas Gerais (1835-1892)**. Brasília, Editora Universidade de Brasília/ FINATEC, 2003.

OLIVEIRA, Romair Alves de. **VERBO DE MINAS**, Juiz de Fora, v. 17, n. 30. p. 95-106, ago./dez. 2016. Disponível em: <https://seer.cesif.br/index.php/verboDeMinas/article/viewFile/776/695>. Acesso em: 10 jan. 2021.

PARAÍSO, Marlucy Alves. Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação e currículo: trajetórias, pressupostos, procedimentos e estratégias analíticas. In: MEYER, Dagmar Estermann; PARAÍSO, Marlucy Alves. (orgs.) **Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação**. 2. ed. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2014, p. 25-48.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. Trad. Viviane Ribeiro. Bauru, SP: EDUSC, 2005.

PERROT, Michelle. **Minha História das Mulheres**. Trad. Angela Corrêa. São Paulo: Contexto, 2007.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **A Revolução Farroupilha**. Brasília: Brasiliense, 1990.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul**. Coletânea de documentos de Bento Gonçalves da Silva. 1835/1845. Porto Alegre: Comissão Executiva do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha, Subcomissão de Publicações e Concursos. Porto Alegre: Portal de Periódicos UFRGS, 1985. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/bgg/article/viewFile/37804/24388> . Acesso em jan. de 2020.

PETERS, Michael. **Pós-estruturalismo e filosofia da diferença**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

RAGO, Margareth. As mulheres na historiografia brasileira. In: SILVA, Zélia Lopes (Org.). **Cultura Histórica em Debate**. São Paulo: UNESP, 1995 p. 81-91,

SABAT, Ruth. Pedagogia Cultural, gênero e sexualidade. **Revista Estudos Feministas**, v. 9, n. 1, p. 9-21, 2001. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2001000100002/8891>. Acesso em: 13 dez. 2019.

SCHMIDT, T. Rita. Mulheres reescrevendo a nação. **Revista Estudos Feministas**, v. 8 n.1, p. 84-97, 1ª. semestre, 2000.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. **Educação e realidade**, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71721/40667>. Acesso em: 15 nov. 2019.

SCOTT, Joan W. Igualdade versus diferença: os usos da teoria pós-estruturalista. **Debate Feminista**. Cidadania e Feminismo (Edição Especial), São Paulo: Cia. Melhoramentos, p. 203-222, 1999.

SCOTT, Joan W. Os usos e abusos do gênero. Traduzido por Ana Carolina Eiras Coelho Soares. Projeto História: **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, 45, 2012. <https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/15018>. Acesso em 12 jan. 2021.

SILVA, Raquel Holstein da. **A representação da identidade feminina na obra A casa das sete mulheres, de Leticia Wierzchowski**, 2009. <http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/mafua/article/viewFile> . Acesso em 14 out. 2020.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Teoria cultural e educação: um vocabulário crítico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

SILVA, Tomaz Tadeu de. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2005, p. 73-102.

STEIN, Ingrid. **Figuras femininas em Machado de Assis**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

STEINBERG, Shirley; KINCHELOE, Jon (Orgs.). **Cultura infantil: a construção corporativa da infância**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

TELLES, Lygia Fagundes. A mulher escritora e o feminismo no Brasil. In: SHARPE, Peggy (Org.). **Entre resistir e identificar-se: para uma teoria da prática da narrativa brasileira de autoria feminina**. Florianópolis: Editora Mulheres, 1997. p. 95-106,

WORTMANN, Maria Lúcia Castagna; VEIGA-NETO, Alfredo. **Estudos Culturais da Ciência & Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

WESTIN, Ricardo. **Para lei escolar do império, meninas tinham menos capacidade intelectual que meninos**. Brasília: Agência Senado, 2000. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/nas-escolas-do-imperio-menino-estudava-geometria-e-menina-aprendia-corte-e-costura>. Acesso em: jan. de 2020.